

Eliana de Araújo Vieira

**Residenciais de Habitação de Interesse Social em Montes Claros/MG:
estratégias e/ou adaptações de seus moradores**

Montes Claros, 26 abril de 2018.

Eliana de Araújo Vieira

**Residenciais de Habitação de Interesse Social em Montes Claros/MG:
estratégias e/ou adaptações de seus moradores**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Associado UFMG-Unimontes em Sociedade, Ambiente e Território, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade, Ambiente e Território

Orientadora: Professora Doutora Heloisa Soares de Moura Costa.

Montes Claros, 26 de abril de 2018.

Vieira, Eliana de Araújo.

V665r Residenciais de habitação de interesse social em Montes Claros/MG:
2018 estratégias e/ou adaptações de seus moradores / Eliana de Araújo Vieira.
Montes Claros, 2018.

159 f. : il.

Dissertação (Mestrado) - Área de concentração em Sociedade, Ambiente e Território, Universidade Federal de Minas Gerais / Instituto de Ciências Agrárias.

Orientadora: Prof.^a Heloisa Soares de Moura Costa.

Banca examinadora: Prof.^a Iara Soares de França, Prof.^a Vanessa Marzano Araújo.

Inclui referências: f. 147-153.

1. Habitação popular. 2. Políticas públicas. 3. Condomínio habitacional. I. Costa, Heloisa Soares de Moura (Orientadora). II. Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Ciências Agrárias. III. Título.

CDU: 351.778.531(815.1)

Eliana de Araújo Vieira

**Residenciais de Habitação de Interesse Social em Montes Claros/MG:
estratégias e/ou adaptações de seus moradores**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Associado UFMG-Unimontes em Sociedade, Ambiente e Território, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade, Ambiente e Território.

Área de Concentração: Sociedade, Ambiente e Território.

Linha de Pesquisa: Território e Desenvolvimento.

Aprovado pela banca examinadora constituída pelas professoras:

Prof^ª. Iara Soares de França
Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^ª. Vanessa Marzano Araújo
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof^ª. Heloisa Soares de Moura Costa - orientadora
Universidade Federal de Minas Gerais

Montes Claros, 26 de abril de 2018.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente e, sobretudo, a DEUS, por ter me dado a graça de chegar até aqui, e por toda a força concedida na concretização desse sonho. Além disso, agradeço a Ele por todas as pessoas que cruzaram meu caminho durante esta trajetória.

Agradeço à todos os professores do PPGSAT que socializaram tantos e tão importantes conhecimentos.

Em especial, agradeço imensamente à Professora Doutora Heloisa Soares de Moura Costa por ter me aceitado como orientanda. Agradeço pela confiança, pelo apoio e, pelas importantíssimas sugestões, que permitiram aprimorar esse estudo.

Ao meu amado marido, pela paciência, estímulo, apoio e compreensão.

À minha irmã, pela constante admiração e alegria ao perceber meus avanços e conquistas durante o mestrado.

Aos professores Cynara Silde Mesquita Veloso e Otaviano de Oliveira Filho pelo apoio e indicação.

Aos maravilhosos colegas da turma, pelas trocas de experiências, pela amizade e companheirismo.

Aos participantes da pesquisa, que me receberam tão bem e se dispuseram prontamente a contribuir, de maneira tão fundamental, para a realização desse estudo.

Morada não é um teto e quatro paredes.

Raquel Rolnik

RESUMO

VIEIRA, Eliana de Araújo Vieira. 2018. 159f. Residenciais de Habitação de Interesse Social em Montes Claros/MG: estratégias e/ou adaptações de seus moradores. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território) Universidade Federal de Minas Gerais associada à Universidade Estadual de Montes Claros, 2018.

Este estudo se propôs a analisar as estratégias utilizadas para o enfrentamento de entraves vivenciados no cotidiano de famílias de baixa renda moradoras em residenciais de Habitação de Interesse Social, do Programa Minha Casa Minha Vida, na área urbana do município de Montes Claros (MG). Inicialmente se realizou pesquisa bibliográfica, que buscou conceitos e formulações de autores que discutem a temática, partindo-se dos princípios de direito à moradia de todo cidadão, requisito fundamental para inclusão e justiça social. Posteriormente, breve retrospectiva histórica possibilitou compreender o percurso das políticas públicas brasileiras destinadas à habitação, desde a década de 1940 até a implantação do Programa Minha Casa Minha Vida, a partir de 2009, sendo explicitadas leis, normativas e critérios que o legitimam. Para coleta de dados, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas às famílias moradoras nos residenciais (Vitória I e Montes Claros), localizados em áreas periféricas nos extremos sul e norte da cidade de Montes Claros, permitindo análise comparativa dos dados coletados, que foram devidamente sistematizados e contabilizados. Os resultados alcançados foram analisados à luz do referencial teórico. Concluiu-se que devido à distância dos residenciais em relação à área central da cidade, além da infraestrutura precária de onde se localizam, não oferecendo fácil acesso a serviços públicos e privados, ao trabalho, ao comércio em geral, ao lazer, muitas têm sido as dificuldades cotidianas enfrentadas pelas famílias que neles residem, exigindo delas estratégias de enfrentamento nem sempre possíveis à todas, pois comprometem a renda familiar. A dificuldade com a locomoção tem exigido desde o percurso de longas distâncias a pé, até deixar filhos em casas de parentes para permanecerem nas escolas. Famílias chegam a pagar consultas médicas, buscar atendimentos em outros bairros, ou até mesmo não ter acesso a serviços da saúde. A ausência dos serviços de Casas Lotéricas exige deslocamento das famílias a bairros mais próximos ou à área central. Pessoas com deficiência chegam a informar senhas a familiares para pagarem contas e/ou receberem benefícios. O tamanho das casas nem sempre atende à quantidade de integrantes, fazendo com que famílias se esforcem para adequá-las, quando têm condições. As famílias com menor renda chegam ao ponto de utilizarem sala e cozinha como locais para dormir. Para garantir mais segurança e privacidade, famílias contam com ajuda de familiares e vizinhos para murarem os lotes. Contudo, nem todas o fazem. A infraestrutura básica não adequada dos residenciais faz com que os moradores convivam com ruas escuras, esgotos entupidos e ausência de segurança, mesmo já tendo sido solicitada pela comunidade solução a partir do poder público. Além desses aspectos, identificou-se que famílias separam valor da renda mensal, deixam de pagar outras contas, ou até mesmo de comprar alimentos, para garantir o pagamento das parcelas dos imóveis. Porém, devido a razões diversas, outras têm infringido essa norma do programa, comprometendo a permanência no imóvel. Todavia, mesmo com tantas dificuldades enfrentadas, comprometendo principalmente a renda familiar, gerando diversas insatisfações, famílias têm o interesse de permanência nos residenciais e aguardam melhorias futuras, para melhor qualidade de vida na casa própria.

Palavras-chave: Política pública de habitação/moradia; Habitação de Interesse Social; estratégias e/ou adaptações.

ABSTRACT

VIEIRA, Eliana de Araújo Vieira. 2018. 159f. Residential Housing of Social Interest in Montes Claros / MG: strategies and / or adaptations of its residents. Dissertation (Master in Society, Environment and Territory) Federal University of Minas Gerais associated with the State University of Montes Claros, 2018.

The purpose of this study was to analyze the strategies used to cope with obstacles experienced in the daily life of low income families living in housing of social interest, of the Minha Casa Minha Vida Program, in the urban area of Montes Claros city (MG). Initially a bibliographical research was carried out, that searched for concepts and formulations of authors who discuss the subject, starting from the principles right to housing of every citizen, fundamental requirement for inclusion and social justice. Later, a brief historical retrospective allowed us to understand the course of Brazilian public policies for housing, from the 1940s until the implementation of the Minha Casa Minha Vida Program, starting in 2009, with the clarification of laws, regulations and criteria that legitimize it. For data collection, semi-structured interviewees were applied to households in the residential areas (Vitória I and Montes Claros), located in peripheral areas in the southern and northern extremes of Montes Claros city, allowing a comparative analysis of the collected data, which were duly systematized and accounted for. The results obtained were analyzed in the light of the theoretical reference. The conclusion was that due to the distance from the residential areas in relation to downtown area, in addition to the precarious infrastructure where they are located, not offering easy access to public and private services, work, commerce in general and leisure, many have been the daily difficulties faced by the families that live in it, demanding strategies of coping that are not always possible to all, since they compromise the family income. The difficulty with locomotion has required from the long distance journey on foot. As an alternative to this, children are left in relatives' homes to remain in schools. Families even pay for doctor's appointments, seek care in other neighborhoods, or even have no access to health services. The absence of the Lottery Houses services requires displacement of the families to the nearest neighborhoods or to the central region. People with disabilities even report passwords to family members to pay bills and / or receive benefits. The size of the houses does not always meet the number of members, causing families to make great efforts to adapt them, when they have the conditions. A lot of families with lower incomes are forced to use the living room and kitchen as sleeping places. To ensure greater security and privacy, families depend on relatives and neighbors to help make walls for the lots. However, not all do. The inadequate basic infrastructure of the residential makes the residents live with dark streets, blocked drains and lack of security, even though it has already been requested by the community solution from the public power. Besides these aspects, it was identified that families separate value from monthly income by failing to pay other bills, or even to buy food, to guarantee the payment of parcels of real estate. However, due to different reasons, others have violated this standard of the program, compromising the permanence in the property. However, even with so many difficulties to be faced, compromising the family income, generating several dissatisfactions, families have the interest of permanence in the residential and await future improvements, for a better quality of life at home.

Keywords: Public housing policy; Housing of Social Interest; strategies and / or adaptations.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
BNH - Banco Nacional de Habitação
BPC – Benefício de Prestação Continuada
CadÚnico - Cadastro Único para Programas Sociais
CADMUT - Cadastro Nacional de Mutuários
CEBAS - Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social
CF/88 – Constituição Federal de 1988
COHAB - Companhias de Habitação
CORDAM - Coordenadoria das Entidades e Associações de Moradores de Montes Claros
DOU – Diário Oficial da União
ESF – Estratégia de Saúde da Família
FAR – Fundo de Arrendamento Residencial
FCP - Fundação da Casa Popular
FDS – Fundo de Desenvolvimento Social
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNHIS - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
HBB - Programa Habitar Brasil BID
HIS – Habitação de Interesse Social
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPMF - Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira
IPPUR - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
OGU - Orçamento Geral da União
ONU – Organização das Nações Unidas
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PAIH - Plano de Ação Imediata para a Habitação
PBF – Programa Bolsa Família
PcD – Pessoa com Deficiência
PIDESC - Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNDH - Programa Nacional de Direitos Humanos
PVC – Policloreto de Vinil
SAN – Segurança Alimentar e Nutricional
SFH - Sistema Financeiro de Habitação
SIACI - Sistema Integrado de Administração de Carteiras Imobiliárias
SNHIP - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Popular
SPC - Serviço Nacional de Proteção ao Crédito
UBS – Unidade Básica de Saúde
USP – Universidade de São Paulo
ZEIS – Zonas Especiais de Interesses Sociais

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Número de unidades habitacionais construídas pelo PMCMV em cada estado.....	40
Figura 2	- Modelos de plantas de casas e apartamentos da Faixa 1 do PMCMV.....	43
Figura 3	- Conjunto residencial - Tipologia 1.....	46
Figura 4	- Condomínio Apartamentos – Tipologia 2.....	46
Figura 5	- Localização de Montes Claros na Mesorregião Norte de Minas.....	52
Figura 6	- Distância de Montes Claros a Belo Horizonte.....	52
Figura 7	- Distância do Residencial Vitória I ao centro de Montes Claros.....	60
Figura 8	- Ruas do Residencial Vitória I.....	61
Figura 9	- Casas do Residencial Montes Claros.....	62
Figura 10	- Planta baixa das casas geminadas do Residencial Montes Claros.....	63
Figura 11	- Distância do Residencial Montes Claros ao centro de Montes Claros.....	66
Figura 12	- Ruas do Residencial Montes Claros.....	67
Figura 13	- Casas do Residencial Montes Claros.....	68
Figura 14	- Planta baixa das casas geminadas do Residencial Montes Claros.....	69
Figura 15	- Rampa de acesso à rua no Residencial Montes Claros.....	112

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	- Localização das ZEIS e dos residenciais de HIS no perímetro urbano de Montes Claros.....	57
---------------	--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Características das Fases e Faixas do PMCMV.....	35
Tabela 2	- Melhorias nos critérios para construção dos imóveis da Faixa 1 na Etapa 2 do PMCMV.....	47
Tabela 3	- Valores das parcelas dos imóveis da Faixa 1 do PMCMV nas Fases 1 e 2.....	49
Tabela 4	- Valores das parcelas dos imóveis da Faixa 1 do PMCMV na Fase 3.....	50
Tabela 5	- Quantidade de moradias entregues em Montes Claros.....	54
Tabela 6	- Tipos de moradias de origem dos moradores do Residencial Vitória I....	73
Tabela 7	- Necessidades de mudança das famílias para o Residencial Vitória I.....	74
Tabela 8	- Tipos de moradias de origem dos moradores do Residencial Montes Claros.....	74
Tabela 9	- Necessidades de mudança das famílias para o Residencial Montes Claros.....	75
Tabela 10	- Bairros de origem, dificuldades de acesso a serviços e a atividades da rotina diária, distância do centro e do Residencial Vitória I.....	76
Tabela 11	- Dificuldades de acesso a serviços e a atividades da rotina diária morando no Residencial Vitória I e estratégias utilizadas.....	81
Tabela 12	- Bairro de origem, dificuldades de acessos a serviços e a atividades da rotina diária, distância do centro e do Residencial Montes Claros.....	85
Tabela 13	- Dificuldade de acesso a serviços e a atividades da rotina diária morando no Residencial Montes Claros e estratégias utilizadas.....	90
Tabela 14	- Meio(s) de transporte utilizado(s) por famílias do Residencial Vitória I	94
Tabela 15	- Meio(s) de transporte utilizado(s) por famílias do Residencial Montes Claros.....	96
Tabela 16	- Dinâmica do contato de famílias do Residencial Vitória I com familiares e/ou amigos do bairro de origem.....	98
Tabela 17	- Dinâmica do contato de famílias do Residencial Montes Claros com familiares e/ou amigos do bairro de origem.....	100
Tabela 18	- Quantidade de integrantes das famílias pesquisadas no Residencial Vitória I.....	106
Tabela 19	- Tamanho das casas do Residencial Vitória I <i>versus</i> conforto das famílias de acordo com a quantidade de integrantes.....	107
Tabela 20	- Quantidade de integrantes das famílias pesquisadas no Residencial Montes Claros.....	107
Tabela 21	- Tamanho das casas do Residencial Montes Claros <i>versus</i> conforto de acordo com a quantidade de pessoas das famílias.....	108
Tabela 22	- Realização de adequação (reforma) na parte interna de casas do Residencial Vitória I.....	109
Tabela 23	- Realização de adequação (reforma) na parte externa de casas do Residencial Vitória I.....	110
Tabela 24	- Realização de adequação (reforma) na parte externa de casas do Residencial Montes Claros.....	112
Tabela 25	- Insatisfação de famílias do Residencial Vitória I quanto à infraestrutura básica.....	114
Tabela 26	- Insatisfação de famílias do Residencial Montes Claros quanto à infraestrutura básica.....	115
Tabela 27	- Conhecimento sobre a Associação de Moradores dos Residenciais	

	Vitória I e II e benefícios alcançados.....	116
Tabela 28	– Conhecimento sobre a Associação de Moradores do Povoado São Geraldo II e benefícios alcançados.....	118
Tabela 29	– Renda mensal de famílias pesquisadas no Residencial Vitória I.....	122
Tabela 30	– Renda mensal de famílias pesquisadas no Residencial Montes Claros...	122
Tabela 31	– Origens da renda mensal de 13 famílias do Residencial Vitória I que declararam receber menos de 1 salário mínimo.....	123
Tabela 32	– Origens da renda mensal de 31 famílias do Residencial Vitória I que declararam receber entre 1 e 2 salários mínimos.....	123
Tabela 33	– Origens da renda mensal de 6 famílias do Residencial Vitória I que declararam receber entre 2 e 3 salários mínimos.....	124
Tabela 34	– Origens da renda mensal de 10 famílias do Residencial Montes Claros que declararam receber menos de 1 salário mínimo.....	124
Tabela 35	– Origens da renda mensal de 34 famílias do Residencial Montes Claros que declararam receber entre 1 e 2 salários mínimos.....	125
Tabela 36	– Origens da renda mensal de 6 famílias do Residencial Montes Claros que declararam receber entre 2 e 3 salários mínimos.....	126
Tabela 37	– Nível de escolaridade dos provedores de famílias do Residencial Vitória I.....	127
Tabela 38	– Tipo de profissão/ocupação dos provedores de famílias do Residencial Vitória I.....	128
Tabela 39	– Nível de escolaridade dos provedores de famílias do Residencial Montes Claros.....	129
Tabela 40	– Tipo de profissão/ocupação dos provedores de famílias do Residencial Montes Claros.....	130
Tabela 41	– Provedores de famílias do Residencial Vitória I.....	131
Tabela 42	– Provedores de famílias do Residencial Montes Claros.....	131
Tabela 43	– Assiduidade nas parcelas do financiamento de 50 casas do Residencial Vitória I.....	132
Tabela 44	– Assiduidade nas parcelas do financiamento de 50 casas do Residencial Montes Claros.....	134

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1 – MORADIA: DIREITO FUNDAMENTAL DO CIDADÃO	21
1.1 – Direitos humanos, dignidade humana e cidadania	21
1.2 – O direito social à moradia	25
1.3 – Situação de pobreza <i>versus</i> acesso à moradia	27
1.4 - Políticas públicas voltadas para a Habitação: breve retrospectiva histórica brasileira.....	30
CAPÍTULO 2 – O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E AS PARTICULARIDADES DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL EM MONTES CLAROS/MG.....	35
2.1 - A Habitação de Interesse Social do Programa Minha Casa Minha Vida.....	35
2.2 - O município de Montes Claros e a Habitação de Interesse Social na área urbana ...	52
2.3 – Características gerais dos Residenciais Vitória I e Montes Claros	60
2.3.1 – O Residencial Vitória I	60
2.3.2 – O Residencial Montes Claros	65
CAPÍTULO 3 – ESTRATÉGIAS UTILIZADAS E/OU ADAPTAÇÕES DE FAMÍLIAS DE RESIDENCIAIS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL EM MONTES CLAROS/MG.....	72
3.1– Entraves e estratégias para acesso a serviços básicos e a atividades de rotina diária das famílias	72
3.1.1 – Tipo de moradia de origem e a necessidade de mudança das famílias para os residenciais	73
3.1.2 – Localização e infraestrutura dos bairros de origem comparadas aos dos residenciais	75
3.1.3 – Estratégias de locomoção das famílias	94
3.1.4 – Estratégias de preservação de laços de convivência com familiares /ou e amigos	97
3.1.5 – Estabelecimento de novos laços de amizade após a mudança para os residenciais.....	102
3.2 – O tamanho e a estrutura das casas e a infraestrutura dos residenciais comparados às necessidades e estratégias utilizadas pelas famílias	106
3.2.1 – Adequações das casas ao tamanho das famílias	106

3.2.2 – A infraestrutura básica dos residenciais e as insatisfações das famílias	114
3.2.3 – Associações de Moradores e a (não) participação das famílias	116
3.3 – Perfil socioeconômico das famílias <i>versus</i> entraves e estratégias para regularidade do pagamento das parcelas	121
3.3.1 – A renda mensal das famílias	121
3.3.2 – O nível de escolaridade e as profissões/ocupações dos provedores das famílias..	127
3.3.3 – Assiduidade e estratégias para pagamento das parcelas do financiamento	132
3.4 – Satisfações e insatisfações contrapostas à intenção de permanência nos residenciais	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	147
APÊNDICES.....	154

INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), o direito à moradia é fundamental à todos os cidadãos. Trata-se de local que tem por finalidade oferecer segurança e privacidade, possibilitando a subsistência humana e contribuindo para sua dignidade. Entretanto, a pobreza financeira é o principal fator que impede que expressiva parte da população tenha acesso a esse direito primordial.

Diante dessa realidade, desde a década de 1940, várias têm sido as políticas públicas elaboradas no Brasil para possibilitar que brasileiros tivessem acesso à moradia digna e regular. Entretanto os resultados foram muito modestos e aquém das necessidades da população, mesmo sendo definido, por meio do artigo 6º da Constituição Federal de 1988, que a habitação é um direito de todo cidadão, e deve ser garantido pelo Estado.

Esse contexto se alterou a partir de 2009 quando foi lançado o maior programa habitacional da história do país, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), com o objetivo de construir milhares de moradias, com subsídios governamentais significativos, para proporcionar maior facilidade de acesso à habitação às camadas sociais com menor renda. De acordo com o Ministério das Cidades, no período de sete anos, o programa já beneficiou mais de 10,4 milhões de pessoas, entregando mais de 2,6 milhões de moradias em todo o Brasil (BRASIL, 2016).

Não há dúvidas quanto à expressiva quantidade de unidades construídas que garantiram acesso a casa própria às famílias beneficiadas. Contudo, desde sua implementação, o programa já foi alvo de algumas avaliações nacionais, tais como as realizadas pela Rede Cidade e Moradia em parceria com o Observatório das Metrôpoles, pela Secretaria Nacional de Habitação em parceria com o Ministério das Cidades e com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), dentre outras. Os resultados das pesquisas trouxeram subsídios para críticas referentes a diversos aspectos do programa partindo da localização, perpassando pela infraestrutura dos residenciais e das casas. Tais críticas contribuíram para aprimoramentos nos empreendimentos que ocorreram nas Faixas 2 e 3 do programa.

Esse estudo focou residenciais de Habitação de Interesse Social (HIS), do Programa Minha Casa Minha Vida¹ (PMCMV), na área urbana do município de Montes

¹ O **Programa Minha Casa, Minha Vida** foi desenvolvido em 2009 pelo Governo Federal com o objetivo de proporcionar moradia para famílias em situação de vulnerabilidade social. Disponível em: <<http://www.minhacasaminhavidabrasil.com.br/minha-casa-minha-vida-2015-cadastro-e-inscricao>>. Acesso em 30/03/2017

Claros (MG), subsidiando desde 2011 a aquisição de casas populares para famílias com renda mensal de até R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais).

Os residenciais são usualmente construídos em áreas periféricas da cidade, nem sempre oferecendo a mesma infraestrutura e acesso aos serviços disponíveis nas áreas mais centrais. São compostos por grande quantidade de pequenas casas com área interna a partir de 40 m², nem sempre atendendo adequadamente as necessidades das famílias.

Para a aquisição de uma moradia, as famílias são devidamente cadastradas e depois participam de sorteio de uma casa de um residencial, que pode estar localizado em área totalmente oposta a de onde residem, por vezes comprometendo o acesso ao trabalho, a serviços e equipamentos públicos e/ou privados, além da permanência de vínculos com familiares e amigos.

As famílias contempladas assinam contrato com a Caixa Econômica Federal assumindo parcelamento do valor da casa de até 120 meses. Mesmo sendo baixo o valor, normalmente inferiores aos dos aluguéis, por diversas razões famílias não têm conseguido manter a assiduidade das parcelas, infringindo as normas do programa, podendo comprometer a permanência e posse do imóvel.

Esta autora, que é assistente social, atuou na Política de Assistência Social no município de Montes Claros (MG), entre os anos 2013 e 2016. Durante sua trajetória profissional, manteve contato com famílias beneficiadas e moradoras em residenciais de HIS, do município. Identificou, por meio de relatos delas, diversas dificuldades vivenciadas após a mudança para suas casas, tendo muitas vezes que se utilizar de estratégias, nem sempre possível a todas, no sentido de minimizá-las. Também, a partir de contato com demais profissionais que atuavam na Diretoria de Habitação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, setor responsável pelos trâmites relativos à HIS do município, a autora obteve informações gerais sobre a definição da localização dos residenciais, os critérios do sorteio das casas, além do perfil do público beneficiário. As informações causaram desconforto uma vez que sugeriram que famílias, já em situação de vulnerabilidade social devido à baixa renda, podem vivenciar diversas dificuldades diárias em decorrência da dificuldade de acesso ao trabalho, a serviços e equipamentos públicos e/ou privados, dentre outros, devido à localização e infraestrutura dos residenciais.

Diante desse contexto, definiu-se como problema da pesquisa: Quais têm sido as principais dificuldades vivenciadas e quais são as estratégias utilizadas para amenizar seus efeitos no cotidiano da vida de famílias de baixa renda moradoras em residenciais de

Habitação de Interesse Social, do Programa Minha Casa Minha Vida, na área urbana do município de Montes Claros (MG)?

O objetivo geral desse estudo foi analisar as estratégias utilizadas para amenizar os efeitos dos entraves vivenciados no cotidiano de famílias de baixa renda moradoras em residenciais de Habitação de Interesse Social, do Programa Minha Casa Minha Vida, na área urbana do município de Montes Claros (MG). Para tanto, os objetivos específicos se voltaram para: identificar os principais entraves vivenciados no cotidiano das famílias no que tange ao acesso aos serviços de Educação, Saúde, Transporte, ao comércio, ao lazer, a permanência do trabalho, além do convívio com o local de origem; analisar aspectos referentes ao tamanho das casas e à infraestrutura dos residenciais, relacionando-os às necessidades das famílias que neles residem; compreender as alternativas utilizadas em relação à regularidade do pagamento das parcelas do financiamento; conhecer as principais estratégias utilizadas pelas famílias no sentido do enfrentamento de outros entraves que foram identificados ao longo da pesquisa, buscando entender se são estratégias de resistência e/ou de adaptação.

O conteúdo desse estudo se divide em três capítulos. No primeiro são abordados conceitos universais de direitos humanos, cidadania e dignidade, e a interação desses com princípios de inclusão e justiça social, remetendo aos direitos sociais, principalmente direcionados às pessoas em situação de vulnerabilidade social, tendo como foco o direito à moradia digna. Trata, também, da situação de pobreza em suas variadas vertentes, e de como esta pode dificultar o acesso ao direito à moradia, sendo necessária a intervenção estatal a partir da implantação de políticas públicas voltadas para a habitação, finalizando com breve histórico delas no Brasil, desde meados de 1940 até os dias atuais. Os principais autores utilizados foram: Abranches (1998), Arendt (1987, 1996), Azevedo (1988), Comparato (2010), Maricato (1997), Rawls (2000), Rocha (2003), Sarlet (2001), Sasaki (1997). Utilizou-se, também de instruções e normas legais na Constituição Federal (1988), Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e ONUBR (2017).

No segundo capítulo, em sua primeira parte, se discorre sobre a legislação, as características e os critérios estabelecidos para acesso à Habitação de Interesse Social do Programa Minha Casa Vida, além do perfil das famílias que por ele podem ser beneficiadas. A segunda parte cita aspectos do município de Montes Claros (MG), além do processo de implantação da Habitação de Interesse Social da Faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida. Na terceira parte os Residenciais Vitória I e Montes Claros, que foram foco dessa pesquisa, são caracterizados sendo consideradas suas localizações e infraestrutura. Para a construção do capítulo os principais conceitos, que contribuíram para a problematização,

basearam-se nos seguintes autores: Cardoso (2012), Castro (2014), Cymbalista (2006), Gohn (1997), Monteiro (2011), Moraes Filho (2015), Rufino (2015). As informações e normatizações foram obtidas a partir de obtidos dados principalmente das seguintes instituições: IBGE (2010, 2016), Caixa Econômica Federal (2011, 2013, 2016), Jornal O Norte (2016), Ministério das Cidades (2016), Portal Brasil (2016), Prefeitura Municipal de Montes Claros (2013).

No terceiro capítulo foi feita análise dos entraves e estratégias utilizadas pelas famílias moradoras nos residenciais no sentido de responder às demandas de acesso a serviços básicos e a atividades cotidianas. A primeira parte apresentou os tipos de moradias de origem e a necessidade de mudança dessas famílias para casa própria. A segunda parte estabeleceu uma comparação entre a localização e o acesso a serviços nos bairros de origem e a localização atual e a realidade dos residenciais. Considerou as estratégias de locomoção utilizadas pelas famílias, tanto para acesso a serviços quanto para a manutenção de vínculos com familiares e/ou amigos dos locais de origem. Em sua terceira parte abordou aspectos da infraestrutura e do tamanho das casas frente às necessidades das famílias e as estratégias por elas utilizadas visando melhor conforto. Na quarta parte se analisou perfil socioeconômico, comparados à renda mensal das famílias e às estratégias para garantia da assiduidade do pagamento das parcelas do financiamento. Por fim, a quinta parte discorre sobre satisfações e insatisfações dos moradores comparadas às intenções de permanência ou não nos residenciais. Além das informações obtidas dos participantes da pesquisa, para a construção desse capítulo, utilizaram-se dados do Google Maps.

Devido o fato de os residenciais se localizarem em áreas periféricas, ficam comprometidos os acessos ao trabalho; aos serviços de Saúde, de Educação, de bancos e de casas lotéricas; ao comércio em geral; ao lazer, dentre outros, impactando o conforto e, principalmente os aspectos financeiros das famílias. Muitas convivem com a distância de demais familiares e de amigos, e do bairro onde viveram e cresceram, tendo que reconstruir laços de vizinhança, de solidariedade e de amizades. Tiveram, também, que se adaptar e lutar por acesso a serviços, à infraestrutura e ao tamanho das moradias, que nem sempre atendem às demandas das famílias. Ainda, devido à situação de baixa renda econômica, famílias têm dificuldades e outras nem sempre conseguem efetuar em dia o pagamento das parcelas, gerando inadimplência.

Entretanto, mesmo diante de tantos desafios diariamente enfrentados, pelo fato de terem realizado o sonho da obtenção da casa própria, muitas vezes se conformam com a situação, demonstrando satisfação e interesse de permanência nos residenciais, na esperança

de que essa realidade seja alterada a partir de melhorias a serem conquistadas por meio da intervenção do poder público.

Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa que é do tipo descritivo e exploratório, com abordagem qualitativa, foi inicialmente subsidiada por teorias e conceitos, obtidos a partir de revisão bibliográfica, consultando obras de autores que discutem e problematizam a temática. Posteriormente, consultas a legislação, critérios de elegibilidade, documentos, matérias e reportagens disponibilizadas em *sites*, contribuíram para a realização da coleta e análise dos dados obtidos a partir de extensiva pesquisa de campo.

A pesquisa de campo se realizou durante o mês de setembro de 2017, ocorrendo no Residencial Montes Claros, entre os dias 06 e 18 e, no Residencial Vitória I, entre os dias 21 e 28. A amostra utilizada foi não-probabilística intencional, abrangendo 10% (dez por cento) das casas, o que significou a realização de um total de 100 entrevistas semiestruturadas (APÊNDICE 1), sendo 50 em cada um dos residenciais, partindo-se de uma primeira família moradora, que indicou outra a ser entrevistada, ocorrendo o mesmo procedimento de maneira subsequente. Primeiramente foi realizado um pré-teste, com aplicação de cinco formulários de entrevistas, que possibilitou adaptações e complementações, visando responder a todos os aspectos relacionados ao problema da pesquisa.

No sentido de verificar a efetivação da obrigatoriedade legal de adaptação de 3% das casas para pessoas com necessidades especiais, foram solicitadas indicações de famílias compostas por pessoas com deficiência e/ou por idosos. Demais critérios prioritários para a seleção das famílias, tais como aquelas provenientes de área de risco, as que recebiam o benefício de Auxílio Aluguel e, as chefiadas por mulheres, foram apurados durante as entrevistas. Ainda, visando avaliar o processo de adequação ao espaço oferecido pelas casas, solicitou-se a indicação de famílias numerosas.

Considerou-se a relevância da distribuição espacial da pesquisa, buscando abranger todas as ruas dos residenciais, mantendo similaridade na quantidade de entrevistas aplicadas em cada uma delas. Durante o andamento da pesquisa foi possível observar aspectos relativos tanto à infraestrutura dos residenciais quanto das casas, uma vez que na maioria delas os participantes gentilmente convidaram a pesquisadora para entrar.

A todos os 100 entrevistados foi lido e detalhadamente explicado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE 2), não havendo objeção da parte de nenhum

dos abordados, uma vez que ao compreenderem do que se tratava, e cientes de que suas identidades seriam mantidas em total sigilo, interessaram-se e se prontificaram em colaborar com a pesquisa.

Os dados coletados foram devidamente contabilizados e sistematizados, visando responder e/ou analisar todos os aspectos identificados. Para melhor visualização dos dados e locais foram utilizadas figuras e elaboradas tabelas com informações sobre cada um dos dois residenciais pesquisados, permitindo estabelecer comparações entre eles. Os resultados obtidos foram confrontados aos elementos levantados na revisão bibliográfica, possibilitando, a partir de análises, estabelecer conclusões.

CAPÍTULO 1

MORADIA: DIREITO FUNDAMENTAL DO CIDADÃO

1.1 - Direitos humanos, dignidade e cidadania

Foi após a barbárie vivenciada no vergonhoso holocausto ocorrido durante a Segunda Grande Guerra mundial, que matou aproximadamente 60 milhões de pessoas, entre os anos de 1939 e 1945, que o mundo voltou o olhar para os direitos dos seres humanos.

Na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), ocorrida em 10 de dezembro de 1948, se aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos², que teve por objetivo lutar contra toda opressão e discriminação, em favor da dignidade e da liberdade de todas as pessoas do mundo, independente de cor, nacionalidade, condição social, sexo ou opção religiosa.

De acordo com a ONUBR (2017), os direitos humanos são dotados de características, sendo essas as mais importantes:

- Os direitos humanos são fundados sobre o respeito pela dignidade e o valor de cada pessoa;
- Os direitos humanos são universais, o que quer dizer que são aplicados de forma igual e sem discriminação a todas as pessoas;
- Os direitos humanos são inalienáveis, e ninguém pode ser privado de seus direitos humanos; eles podem ser limitados em situações específicas. Por exemplo, o direito à liberdade pode ser restringido se uma pessoa é considerada culpada de um crime diante de um tribunal e com o devido processo legal;
- Os direitos humanos são indivisíveis, inter-relacionados e interdependentes, já que é insuficiente respeitar alguns direitos humanos e outros não. Na prática, a violação de um direito vai afetar o respeito por muitos outros;
- Todos os direitos humanos devem, portanto, ser vistos como de igual importância, sendo igualmente essencial respeitar a dignidade e o valor de cada pessoa.

Além de universais, os direitos humanos visam garantir a dignidade a todas as pessoas, sendo estas imensuravelmente valorizadas e tratadas com respeito simplesmente pelo

²A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é um documento marco na história dos direitos humanos. Elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo, a Declaração foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948, por meio da Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral como uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações. Ela estabelece, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>. Acesso em 03/11/2017.

fato de existirem. Immanuel Kant (2007, p. 77) afirma que “No reino dos fins tudo tem ou um preço ou uma dignidade. Quando uma coisa tem um preço, pode-se pôr em vez dela qualquer outra como equivalente; mas quando uma coisa está acima de todo o preço, e portanto não permite equivalente, então tem ela dignidade”. Sarlet (2001, p.60) também defende que:

Temos por dignidade da pessoa humana a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão dos demais seres humanos.

Assim, os direitos humanos devem ser exigidos, respeitados, promovidos e protegidos pelos países, a partir de leis que os efetivem, permitindo acesso a todos os seus cidadãos, que tanto devem usufruir deles quanto cumpri-los, tendo consciência de suas obrigações, mas também, lutar por uma sociedade mais justa e igualitária que permita o exercício da cidadania. De acordo com Hannah Arendt (1987)³, citada por Lafer (1997, p.58)

A cidadania é o direito a ter direitos, pois a igualdade em dignidade e direitos dos seres humanos não é um dado. É um construído da convivência coletiva, que requer o acesso ao espaço público. [...] é este acesso ao espaço público [...] que permite a construção de um mundo comum através do processo de asserção dos direitos humanos.

Marshall (1967, p. 76) percebe a cidadania como “um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade”, na qual “todos [...] são iguais com respeito aos direitos e obrigações”.

Entretanto, a cidadania constitui um direito que vem se construindo histórica e culturalmente. Segundo Pinsk & Pinsk (2008, p.09),

Cidadania não é uma definição estanque, mas um conceito histórico, o que significa que seu sentido varia no tempo e no espaço. [...]. Mesmo dentro de cada Estado-nacional o conceito e a prática da cidadania vêm se alterando ao longo dos últimos duzentos ou trezentos anos. Isso ocorre tanto em relação a uma abertura maior ou menor do estatuto de cidadão para sua população (por exemplo, pela maior ou menor incorporação dos imigrantes à cidadania), ao grau de participação política de diferentes

³ ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

grupos (o voto da mulher, do analfabeto), quanto aos direitos sociais, à proteção social oferecida pelos Estados aos que dela necessitam.

Nesse sentido, em 12 de dezembro de 1966, a XXII Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas criou o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC)⁴, mecanismo que permitiu que todo ser humano pertencente a Estados-parte desfrutasse desses direitos.

Contudo, mesmo sendo um Estado-parte, e já existindo na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88), o destaque ao princípio da dignidade humana, como valor absoluto, central e primordial a ser garantido pelo Estado, visando a melhor qualidade de vida da nação, esse pacto só foi ratificado no Brasil em 06 de julho de 1992, por meio do Decreto N.º. 541. Em seu artigo 2º, item 1º, estabelece que:

Cada Estado-parte no presente Pacto, compromete-se a adotar medidas, tanto por esforço próprio, como pela assistência e cooperação internacionais, principalmente nos planos econômico e técnico, até o máximo de seus recursos disponíveis, que visem a assegurar, progressivamente, por todos os meios apropriados, o pleno exercício dos direitos reconhecidos no presente Pacto, incluindo, em particular, a adoção de medidas legislativas (BRASIL, 1992).

Nesse sentido, entende-se que a cidadania constitui uma relação estabelecida entre o Estado e as pessoas, ou seja, de acordo com Santos (1995, p. 207), “O mecanismo que regula a tensão entre a sociedade civil e o Estado é a cidadania, vez que por um lado, limita os poderes do estado, por outro, universaliza e igualiza as particularidades dos sujeitos de modo a facilitar o controle social de suas atividades”. Essa relação provoca o estabelecimento de normas visando ajustar as realidades e demandas de cada nação.

Em 13 de maio de 1996 foi lançado no Brasil o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), contemplando alguns direitos econômicos, focados em direitos civis e políticos. A partir de 2002 se implantou o Programa Nacional de Direitos Humanos II (PNDH II), que incorporou ações direcionadas para o campo da garantia do direito à educação, à saúde, à previdência e assistência social, ao trabalho, à moradia, a um meio ambiente saudável, à alimentação, à cultura e ao lazer. Esse programa, além de estreitar laços com a ONU, compactuando com os princípios do PIDESC, reforça a efetivação do artigo 6º da CF/88 que prevê que: "São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a

⁴**Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.** Disponível em: <[http:// dhnet.org.br](http://dhnet.org.br)> Acesso em: 13/04/2017.

moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição".

Salienta-se que os direitos sociais são considerados fundamentais, uma vez que se voltam principalmente para os economicamente menos favorecidos. Comparato (2010, p.77) afirma que,

Com base no princípio da solidariedade passaram a ser reconhecidos como direitos humanos os chamados direitos sociais que se realizam pela execução de políticas públicas, destinadas a garantir amparo e proteção social aos mais fracos e mais pobres; ou seja, aqueles que não dispõem de recursos próprios para viver dignamente.

Eles têm por objetivo a busca da igualdade entre os indivíduos, impondo ao Estado brasileiro a garantia de que todos tenham acesso a eles, protegendo e promovendo o princípio de cidadania, além da inclusão e da justiça social. Para Sasaki (1997, p.3) a inclusão social é

O processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidade para todos.

Sendo assim, pode-se afirmar que a inclusão social acontece quando a sociedade se transforma para receber e minimizar as diferenças existentes nas mais diversas áreas do processo social, tais como: trabalho, educação, saúde, lazer, assistência social, dentre outras.

Para que tal processo aconteça, no sentido de reduzir as diferenças sociais, nos deparamos com

a justiça social ou justiça nas instituições (que) deve ser desenvolvida no intuito de prover tratamento igualitário a todas as pessoas, permitindo, desta forma, uma genuína igualdade de oportunidades, onde a sociedade deverá dar melhor atenção aos que nasceram em posições sociais menos favorecidas (RAWLS, 2000, p.65).

O autor também afirma que “devemos promover [...] a justiça nas instituições primando pela partilha dos benefícios sociais nos aspectos (econômico, político, social, cultural e ambiental)” (RAWLS, 2000, p.66).

Diante disso, constata-se a importância da aplicabilidade dos princípios da inclusão e da justiça social, possibilitando e garantindo acesso aos direitos sociais de maneira incondicional, sendo inclusive um dos pilares da Constituição Federal de 1988, que tem por finalidade legal possibilitar uma vida digna aos seus cidadãos.

1.2 - O direito social à moradia

Dentre os direitos sociais, este estudo se voltou para o direito à moradia, sendo o que possibilita abrigo, proteção e segurança para o indivíduo e para sua família, indispensável para garantia, inclusive, da sobrevivência.

Salienta-se que o direito à moradia, juntamente com o da alimentação, constitui uma das necessidades mais básicas para o ser humano, sendo fundamental, prioritário. Para Rodrigues (1989, p.11), “De alguma maneira é preciso morar. No campo, na pequena cidade, na metrópole, morar como vestir, alimentar, é uma das necessidades básicas do indivíduo. Historicamente mudam as características da habitação, no entanto é sempre preciso morar”.

Ressalta-se, também, que a moradia não se limita a uma estrutura física composta por quatro paredes. Ela deve oferecer condições dignas e capazes de atender às necessidades dos que nela residem. De acordo com Maricato (1997, p. 42-43) “a casa não é uma ilha na cidade. [...] Ela deve estar conectada às redes de infra-estrutura (água, esgoto, energia elétrica, drenagem pluvial, pavimentação) e ter o apoio dos serviços urbanos (transporte coletivo, coleta de lixo, educação, saúde, abastecimento, etc.)”.

Além do artigo XXV, item 1 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, o direito à moradia também é reconhecido

no Pacto Internacional de Direitos Sociais, Econômicos e Culturais de 1966, Artigo 11(1); na Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial de 1965, Artigo 5(e)(iii); na Declaração sobre Raça e Preconceito Racial de 1978, Artigo 9(2); na Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher de 1979, Artigo 14(2)(h); Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989, Artigo 27(3); na Declaração sobre Assentamentos Humanos de Vancouver de 1976, Seção III(8) e capítulo II(A.3); na Agenda 21 sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, capítulo 7(6) e na Agenda Habitat de 1996 (OSÓRIO, 2002, p. 19).

Também, entre as propostas 417 e 418 do PNDH II, estão estabelecidos critérios relativos à Garantia do Direito à Moradia e, especificamente a proposta 417 prevê que o Estado deve:

Promover a moradia adequada, incluindo aspectos de habitabilidade, salubridade, condições ambientais, espaço, privacidade, segurança, durabilidade, abastecimento de água, esgoto sanitário, disposição de resíduos sólidos e acessibilidade em relação a emprego e aos equipamentos urbanos, por meio da criação, manutenção e integração de programas e ações voltadas para a habitação, saneamento básico e infraestrutura urbana.

Entende-se, então, que o Estado deve garantir acesso à moradia que esteja em um ambiente adequado, possibilitando condições de vida saudáveis e dignas aos seus moradores. Entretanto, mesmo sendo fundamental ao cidadão, no Brasil muito será preciso avançar no sentido de que todos tenham acesso a esse direito, uma vez que ainda é grande a quantidade de pessoas sem moradia regular e/ou digna.

Em 2011, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a partir dos dados do último Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constatou que 75% da população brasileira possuía moradia própria, sendo 79% delas já quitadas. Porém, ainda eram 17,3% os imóveis alugados no Brasil, sendo considerado um dado negativo, principalmente para aproximadamente 25% deles alugados por famílias com renda per capita inferior a meio salário mínimo, uma vez que para 11,6% delas o valor pode comprometer até mais de 30% da renda mensal. Este percentual é considerado pelo IBGE como um “ônus excessivo”, pois de acordo com especialistas o valor deveria comprometer entre 20 e 25% da renda familiar. Segundo Rubem Magalhães, pesquisador do IBGE,

Um valor de aluguel que corresponda a uma parcela elevada do rendimento domiciliar pode indicar uma situação de vulnerabilidade, na medida em que os gastos com moradia estarão comprimindo a renda disponível para satisfazer outras necessidades da unidade domiciliar, especialmente no caso de famílias de baixa renda (IBGE, 2014, p. 173).

Cabe salientar que o “ônus excessivo com aluguel urbano” é um dos componentes utilizados pela Fundação João Pinheiro para o cálculo do déficit habitacional brasileiro (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2015, p. 5).

Ressalta-se também que aproximadamente 11 milhões, ou seja, 6% da população morava em "aglomerados subnormais"⁵ (IBGE, 2010) e, ainda que 0,6 a 1% se encontrava em situação de rua, vivendo em condições desumanas, insalubres, desprotegidas e indignas.

Diante desse contexto percebe-se que é expressiva a quantidade de pessoas que não tem acesso ao seu direito de moradia. Diversos podem ser os motivos para essa realidade, dentre eles, o mais recorrente se refere à baixa renda econômica das famílias, contribuindo para a situação de pobreza, gerando as mais variadas dificuldades.

1.3 - Situação de pobreza *versus* acesso à moradia

Diversas podem ser as maneiras de compreender a pobreza, uma vez que esta se refere a distintas situações vivenciadas pelos seres humanos. Partindo-se de seu conceito e consequências, entende-se que:

A pobreza é destituição, marginalidade e desproteção. Destituição dos meios de sobrevivência física; marginalização no usufruto dos benefícios do progresso e no acesso às oportunidades de emprego e consumo; desproteção por falta de amparo público adequado à inoperância dos direitos básicos da cidadania que incluem garantia de vida e ao bem-estar (ABRANCHES, 1998, p.3).

Asselin (2009, p.3) também define a pobreza como

[...] uma forma de exclusão social proveniente da desigual distribuição dos bens essenciais para uma vida digna. Esses bens equivalem à capacidade de indivíduos, famílias e comunidades de suprir necessidades básicas nas dimensões de renda, educação, saúde, alimentação/nutrição, acesso à água potável/saneamento, trabalho/emprego, habitação e ambiente onde vivem, acesso a ativos (crédito), acesso a mercados, participação na comunidade/bem-estar social.

Devido à sua complexidade, diferentes, porém complementares, têm sido as percepções de autores em relação às formas de se compreender a pobreza, permitindo ampliar o entendimento de um fator tão impactante na sociedade.

De acordo com Silva (2009) é possível definir a pobreza sob dois aspectos: **pobreza absoluta**, relacionada ao não atendimento das necessidades mínimas para

⁵ De acordo com o IBGE, aglomerado subnormal é “um conjunto constituído de”, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa.

reprodução biológica e **pobreza relativa** que diz respeito à estrutura e à evolução do rendimento médio de um determinado país. A autora complementa afirmando que “a concepção de pobreza relativa se fundamenta na ideia de desigualdade de renda e de privação relativa em relação ao modo de vida dominante em determinado contexto” (SILVA, 2009, p. 157).

Na perspectiva de Rocha (2003, p. 11)

Pobreza absoluta está estreitamente vinculada às questões de sobrevivência física; portanto, ao não atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital. O conceito de pobreza relativa define necessidades as serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, o que significa incorporar a redução das desigualdades de meios entre indivíduos como objetivo social. Implica, conseqüentemente, delimitar um conjunto de indivíduos “relativamente pobres” em sociedades onde o mínimo vital já é garantido à todos.

Sob outros aspectos, Barros, Camargo e Mendonça (1993) consideram o fenômeno da pobreza como sendo: **pobreza estrutural**, quando ao longo de um período a pobreza ainda persiste e o indivíduo não consegue renda suficiente para atender suas necessidades básicas, e **pobreza conjuntural**, quando causas circunstanciais como doença temporária e desemprego colocam pessoas temporariamente abaixo da linha da pobreza.

Percebe-se que mesmo havendo especificidades em relação à definição de pobreza, é possível afirmar que em ambas as situações ou causas muitas vezes o poder aquisitivo fica comprometido, podendo trazer conseqüências e empecilhos relevantes para quem a vivencia, uma vez que pode provocar situações nas quais “as necessidades não são atendidas da forma adequada” (ROCHA, 2003, p. 9).

No Brasil, a desigualdade de renda tem sido apontada como causa que contribui para a persistência da pobreza. De acordo com Henriques (2003, p. 68), “é fundamental reconhecer a desigualdade como principal fator explicativo do excessivo nível de pobreza no Brasil”. Tal realidade não remete somente à desigualdade no fator renda, mas também ao fator educacional. Para o autor, “a enorme heterogeneidade entre os níveis de escolaridade dos indivíduos representa a principal fonte de desigualdade salarial brasileira” (p.68).

Considerando-se a desigualdade financeira entre a população, Sônia Rocha (2003, p. 184), também defende que “a redução da pobreza absoluta e da desigualdade de renda no Brasil, passa necessariamente por mudanças estruturais no sistema educacional que garantam acesso à escola e à educação de boa qualidade para os mais pobres”.

Diante dessa conjuntura, compreende-se que a baixa escolaridade, ou seja, a desqualificação profissional pode provocar dificuldades, restrições e até mesmo a não inserção no mercado de trabalho formal, cada vez mais seletivo e excludente em nossa sociedade capitalista, que exige pessoas devidamente preparadas e aperfeiçoadas. Esse contexto tem fomentado a situação de informalidade de muitos trabalhadores, por vezes impossibilitando o acesso à obtenção de renda financeira capaz de suprir as necessidades básicas, contribuindo com a situação de pobreza.

De acordo com Neri (2000, p. 38), “nenhum segmento contribui mais para a pobreza brasileira do que o setor informal”. Complementa afirmando que “cerca de 51,3% dos pobres brasileiros estão em famílias chefiadas por indivíduos ocupados no segmento informal”. Trabalhadores que desenvolvem atividades informais, que nem sempre exigem elevado nível de escolaridade, muitas vezes são mal remunerados, podendo impedir o acesso a direitos sociais básicos, dentre eles o da moradia, indo contra o princípio de dignidade humana. Entende-se, assim que

a dignidade da pessoa humana como comando constitucional será observado quando os componentes de uma moradia adequada forem reconhecidos pelo Poder Público e pelos agentes privados, responsáveis pela execução de programas e projetos de habitação e interesse social, como elementos necessários à satisfação do direito à moradia (SAULE JÚNIOR⁶, 1997, p. 84 *apud* MARINHO, 2008, p. 3).

Entretanto, em seu discurso em Genebra em março de 2017, a relatora da ONU, Sra. Leilane Farha, argumentou que

A moradia perdeu sua função social e passou a ser vista como um veículo para riqueza e lucros. A transformação da moradia em uma mercadoria rouba a conexão da casa com a comunidade, a dignidade e a ideia da propriedade como um lar (ONUBR, 2017).

Seus argumentos correspondem ao de David Harvey (2012, p.73), ao afirmar que: “vivemos num mundo onde os direitos de propriedade privada e a taxa de lucro se sobrepõe a todas as outras noções de direito”. Partindo-se dessas ideias é possível afirmar que o direito à moradia, essencial a todos, independente de condições financeiras, tem sido visto como

⁶ SAULE JÚNIOR, Nelson. **Novas perspectivas do direito urbanístico brasileiro**. Ordenamento constitucional da política urbana. Aplicação e eficácia do plano diretor. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1997.

mercadoria, excluindo os mais vulneráveis, em favor de um desenvolvimento econômico da classe dominante.

Farha, em 2016, também disse em Quito (Equador), na Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (HABITAT III), que: “Há um interesse global em habitação, mas não como um direito humano e como uma questão que requer atenção urgente para ajudar os grupos mais vulneráveis em cidades em todo mundo” (ONUBR, 2017).

Nesse sentido, faz-se indispensável a intervenção do Estado, a partir da implantação de políticas públicas capazes de amenizar essa tão necessária e relevante demanda social, de garantir à todos esse direito considerado fundamental.

1.4 - Políticas públicas voltadas para a Habitação: breve retrospectiva histórica brasileira

Foi durante o processo de urbanização brasileira, ocorrido a partir da terceira década do século XX, decorrente do intenso desenvolvimento industrial, que se agravam os mais diversos problemas sociais nas cidades, dentre eles o de moradia. De acordo com Osório (2002, p. 3) “no período de 1940-60 a população brasileira passou de 41 milhões para 70 milhões de habitantes, com taxa de urbanização aumentando de 31% para 45% fazendo crescer os assentamentos ilegais, que avançaram sobre as cidades, para dar moradia às pessoas de baixa renda”. Grande parte desta população era proveniente de áreas rurais e de pequenas cidades e, se instalou de maneira irregular à procura da inserção no mercado de trabalho e da garantia de sobrevivência.

Diante dos mais expressivos problemas decorrentes desse contexto, sob a Lei 9.218, de 1º de maio de 1946, surgiu no governo do presidente Eurico Gaspar Dutra, o primeiro programa habitacional, a Fundação da Casa Popular (FCP), que tinha por meta construir cem mil casas populares, se estendendo até início da década de 1960. Entretanto, não obteve êxito, pois sem ter critérios devidamente definidos, em relação ao acesso às moradias, sofreu fortes influências políticas clientelistas. Para Martins (1999, p. 29), “o clientelismo político como uma relação de troca de favores políticos por benefícios econômicos, não importa em que escala. Portanto, é essencialmente uma relação entre poderosos e os ricos e não principalmente uma relação entre os ricos e os pobres.” Sendo assim, ao invés de assistir aos mais pobres, que realmente necessitavam, os ‘amigos’ de políticos eram os beneficiados.

Na década de 1960, o Governo Federal instituiu, sob a Lei 4.380 de 21/08/1964, o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), que teve por objetivo captar recursos para o financiamento de habitações a partir das cadernetas de poupança e dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através do Banco Nacional de Habitação (BNH). O sistema habilitou agentes privados para as construções que atendiam classes médias e altas. Já os responsáveis pela construção de unidades habitacionais para atender às camadas populares eram as Companhias de Habitação (COHAB), isto é, “empresas mistas sob o controle acionário dos governos estaduais e/ou municipais” (AZEVEDO⁷, 1988, p.111 *apud* SANTOS, 1999, p. 13). Para que ocorresse o financiamento era necessário que famílias de todas as classes comprovassem capacidade de pagamento. Tal critério prejudicou a população de baixa renda, pois não conseguia provar que seus rendimentos seriam suficientes para pagar a dívida.

Devido o fato de muitas das famílias não terem acesso ao SFH, durante as décadas de 1970 a 1990, de acordo com a denominação do IBGE, houve e explosão da "moradia subnormal", tendo por características a instalação de residências nas periferias das cidades, em locais irregulares, em áreas ilegais, desordenadamente distribuídas, sem infraestrutura, insalubres e, sem acesso a serviços básicos. De acordo com Maricato (1982, p.71), esse processo se desenvolveu a partir de um “mutirão em meio urbano: [uma] solidariedade forçada”. Ou seja, “A autoconstrução, o mutirão, a auto-ajuda, a ajuda mútua são termos usados para designar um processo de trabalho calcado na cooperação entre as pessoas, na troca de favores, nos compromissos familiares”.

De acordo com Holtz e Monteiro (2008), durante as décadas de 1980 e 1990 a conjuntura de crise econômica vivenciada no Brasil causou arrocho salarial, perda do poder aquisitivo e significativo índice de desemprego. O alto índice da inflação impactou nos reajustes das prestações das moradias, provocando acentuada inadimplência, principalmente da população de mais baixa renda. Tal conjuntura, além da corrupção e da instabilidade econômica do período, levou ao descrédito do sistema, ocorrendo em novembro de 1986, a extinção do BNH e a incorporação dos programas habitacionais, à Caixa Econômica Federal. O resultado desse contexto foi que as famílias com renda salarial mais elevada, superior a 8 salários mínimos, se beneficiaram muito mais com o SFH do que as de menor poder aquisitivo, com renda de até 3 salários mínimos. Ou seja, o SHF também não conseguiu

⁷ AZEVEDO, Sérgio. Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-1986): criação, trajetória e extinção do BNH. **Revista de Administração Pública**, v.22, n.4, out./dez. 1988.

atingir a principal demanda do déficit habitacional do país que era a da classe menos favorecida economicamente.

Durante o breve mandato de Fernando Collor de Melo (1990-1992), foi lançado o Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH). Segundo Azevedo (1996, p.85)

O Plano consistia na construção, em caráter emergencial, de aproximadamente 245 mil unidades habitacionais em 180 dias, por meio da contratação de empreiteiras privadas, objetivo este que não se concretizou. A atuação desse governo na área da habitação foi caracterizada por processos em que os mecanismos de alocação de recursos passaram a obedecer preferencialmente a critérios clientelistas, característica do referido plano.

Em 1992, após o *impeachment* do presidente Collor, assume o poder o vice-presidente Itamar Franco (1992 - 1994), que possibilitou a partir de um governo mais participativo, com maior controle social⁸, positivas alterações nos programas habitacionais que foram redesenhados. Durante seu governo foi lançado o Programa Habitar Brasil, para municípios com mais de 50 mil habitantes e o Programa Morar Brasil, para municípios de menor porte, que eram subsidiados por verbas orçamentárias ou recursos advindos do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF). De acordo com Azevedo (1996, p. 88) “do ponto de vista político, os programas apresentaram um avanço quanto à gestão da política habitacional através dos conselhos e a constituição de fundos específicos para a habitação”. Contudo, tiveram reduzida efetividade uma vez que houve pouca redução no déficit habitacional.

Já no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), entre 1995 e 1998, sob a pressão de vários movimentos populares, a política habitacional sofreu importantes transformações.

Nos anos 90, os movimentos populares de moradia que atuam no Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNUR) apresentaram no Congresso Brasileiro, uma iniciativa popular subscrita por um milhão de eleitores, criando o Fundo Nacional de Moradia Popular e o Conselho Nacional de Moradia Popular, com o objetivo de implantar uma política habitacional nacional para os extratos mais empobrecidos das classes subalternas (RIBEIRO, 2007, p. 4).

⁸ Controle social é uma forma de compartilhamento de poder de decisão entre Estado e sociedade sobre as políticas, um instrumento e uma expressão da democracia e da cidadania. Trata-se da capacidade que a sociedade tem de intervir nas políticas públicas. Esta intervenção ocorre quando a sociedade interage com o Estado na definição de prioridades e na elaboração dos planos de ação do município, do estado ou do governo federal. Controle social das Políticas Públicas. In: **REPENTE**: Participação Popular na Construção do Poder Local. n.29, 2008. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/1058/1058.pdf>. Acesso em 20/04/2017

Foi um governo que, mesmo condicionado pelos entraves sociais provocados pelo sistema neoliberal, de certa forma ofereceu melhores condições de participação popular e, destinou recursos para a construção de casas para as camadas menos favorecidas moradoras em áreas irregulares, de risco, em favelas, em cortiços, etc. Foram criadas novas linhas de financiamento habitacional, além dos programas Habitar Brasil, financiado pelo Orçamento Geral da União (OGU), e Pró-moradia financiando a partir do FGTS, dos trabalhadores formais.

No segundo mandato de FHC (1999-2002), o Programa Habitar Brasil, implantado a partir de 1999, recebeu financiamento internacional do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), passando a ser chamado como Programa Habitar Brasil BID (HBB). Entretanto, mesmo subsidiado por verbas internacionais, o investimento provindo do setor privado imperou não atingindo realmente os interesses e necessidades da população menos favorecida.

Foi durante os mandatos de Luis Inácio Lula da Silva (2003 - 2010), com a criação do Ministério das Cidades em 01 de janeiro de 2003 e, havendo maior direcionamento para o planejamento e para a criação de condições para uma reforma urbana, que ocorre uma inovadora transformação na política habitacional. O novo Sistema Nacional de Habitação de Interesse Popular (SNHIP), instituído em 16 de junho de 2005, sob a Lei Federal 11.124, presidido pelo Ministério das Cidades e subsidiado pelo Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), volta o olhar para o que se prevê na CF/88, em seu artigo 6º, que se refere aos direitos sociais, dentre eles o de moradia, e tem por objetivo principal "viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável" (RIBEIRO, 2007, p. 6). Ou seja, que a política de habitação tenha interesse social, com coerência e eficiência, visando a dignidade das famílias.

Durante seu segundo mandato, de acordo com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, em 2007 foi criado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que "[...] promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável" (BRASIL, 2015).

Inserido no PAC, em abril de 2009, é lançada a primeira etapa do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), convertido na Lei 11.977, de 7 de julho de 2009, com uma meta de construção de 1 milhão de moradias em áreas urbanas e rurais de todo o país, atingindo famílias com renda de até 10 salários mínimos. Tal investimento, além da geração de empregos, volta-se para uma política de caráter distributivo, com subsídios do Estado,

tendo por objetivo atender à demanda habitacional da população de baixa renda (BRASIL, 2015).

Nos governos de Dilma Rousseff, entre os anos 2011 e 2016, houve continuidade no PMCMV, que vivenciou o final da primeira etapa, em junho 2011. Iniciou a segunda etapa em junho de 2011, finalizada em dezembro de 2014 e, a etapa 3 iniciada em março de 2016. Durante essa trajetória, de acordo com BRASIL (2016), foram entregues mais de 2,6 milhões de moradias, beneficiando a vida de mais de 10,4 milhões de pessoas.

Em decorrência do processo de *impeachment* (dez./2015 a ago./2016), da presidente Dilma, em 31 de agosto de 2016, assume o comando do país, o presidente Michel Temer que, dando continuidade ao PMCMV, tem por meta, de acordo com o Portal Brasil (2016), construir mais 2.000 mil unidades até 2018, atingindo em nove anos um total de 4,6 milhões de moradias entregues, constituindo em termos quantitativos o maior programa habitacional já implantado no Brasil, contemplando, principalmente a Habitação de Interesse Social, correspondendo a aproximadamente 60% das moradias construídas, destinadas às famílias de mais baixa renda econômica.

CAPÍTULO 2

O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E AS PARTICULARIDADES DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL EM MONTES CLAROS/MG

2.1 - A Habitação de Interesse Social do Programa Minha Casa Minha Vida

Em março de 2009 o Governo Federal lançou o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que subsidia a aquisição de imóveis próprios (casas ou apartamentos), para famílias com baixa renda financeira das áreas urbana e rural, sendo a maior iniciativa habitacional já criada no Brasil, além de contribuir e possibilitar acesso a emprego e renda para trabalhadores da construção civil.

O programa é regulamentado pelo Ministério das Cidades, e subsidiado com verbas provenientes do Orçamento Geral da União (OGU), que são repassadas para a Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. Desde seu lançamento o programa sofreu alterações, passando por 3 Fases, estipulando renda mensal máxima das famílias para acesso. Na Fase 1, de 2009 a 2011, e na Fase 2, entre 2011 e 2016, era dividido em 3 Faixas. Já na Fase 3, desde 2016 até o momento, se divide em 4 Faixas, havendo características distintas entre elas, conforme Tabela 1:

Tabela 1 – Características das Fases e Faixas do PMCMV

	FASE 1	FASE 2	FASE 3	
FAIXA DO PMCMV	Renda familiar mensal	Renda familiar mensal	Renda familiar mensal	CARACTERÍSTICAS
Faixa 1 (HIS)	Até R\$ 1.395,00	Até R\$ 1.600,00	Até R\$ 1.800,00	Subsídio de até 90%. Financiamento em até 120 meses sem juros.
Faixa 1,5	-	-	Até R\$ 2.600,00	Até 30 anos para pagar. Taxas de juros de 5% ao ano.
Faixa 2	Até R\$ 2.790,00	Até R\$ 3.600,00	Até R\$ 4.000,00	Subsídios calculados de acordo com a renda.
Faixa 3	Até R\$ 4.650,00	Até R\$ 5.000,00	Até R\$ 7.000,00	Taxas de juros diferenciadas em relação ao mercado

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados extraídos do *site* da Caixa Econômica Federal. **Minha Casa Minha Vida** – habitação urbana. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/urbana/Paginas/default.aspx>. Acesso em 18/02/2018.

Já na área rural, a renda familiar anual não deve exceder R\$ 78.000,00.

A Faixa1 consiste em Habitação de Interesse Social, pois visa atender às famílias menos favorecidas economicamente, que podem se cadastrar gratuitamente na Prefeitura ou em um órgão do Governo do Estado da cidade onde residem, portando toda a documentação exigida, sem a necessidade de comprovação de renda formal, uma vez que grande parte desse público realiza trabalho autônomo. E, mesmo estando com o nome inserido em órgãos de proteção ao crédito, como o Serviço Nacional de Proteção ao Crédito (SPC) e/ou o SERASA, não há impedimento para o cadastro. A única razão que impossibilita a inserção nessa faixa é a renda familiar ultrapassar o valor máximo estabelecido. Nesse sentido, o cadastramento das famílias no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)⁹, contribui para a comprovação da baixa renda.

O cadastro deve atender a até 6 (seis) critérios prioritários exigidos, sendo três do Governo Federal, vigentes em todo o país e, até 3 (três) critérios locais exigidos pelos Estados e Municípios. De acordo com o Ministério das Cidades, os critérios prioritários exigidos para todo o território nacional são:

- a) famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas, comprovado por declaração do ente público;
- b) famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar, comprovado por autodeclaração; e
- c) famílias de que façam parte pessoa(s) com deficiência, comprovado com a apresentação de atestado médico (BRASIL, 2016, p.6).

Percebe-se que ao definir esses critérios, o governo considerou relevantes aspectos voltados para situações de vulnerabilidade social, muitas vezes vivenciadas, principalmente pelas famílias menos favorecidas, visando contribuir com a melhoria da qualidade de vida delas.

A vulnerabilidade social [...] pressupõe um conjunto de características, de recursos materiais ou simbólicos e de habilidades inerentes a indivíduos ou grupos, que podem ser insuficientes ou inadequados para o aproveitamento das oportunidades disponíveis na sociedade. Assim, essa relação irá determinar maior ou menor grau de deterioração de qualidade vida dos sujeitos (MONTEIRO, 2011, p. 35).

⁹O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) é um instrumento de coleta de dados e informações com o objetivo de identificar todas as famílias de baixa renda existentes no País.[...] O CadÚnico é constituído por sua base de dados, instrumentos, procedimentos e sistemas eletrônicos, e sua base de informações pode ser usada pelos governos municipais, estaduais e federal para obter o diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas. Dessa forma, o CadÚnico possibilita a análise das principais necessidades das famílias cadastradas e auxilia o poder público na formulação e gestão de políticas voltadas a esse segmento da população. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2010/03/cadunico>>. Acesso em 30/03/2017.

Já os critérios locais, também nomeados como critérios adicionais, devem ser discutidos e aprovados por Conselhos de Habitação, atendendo às prerrogativas do Plano Diretor municipal e devidamente divulgados pelos meios de comunicação, informando inclusive a localização do empreendimento. Dentre outros, de acordo com o Ministério das Cidades, esses são exemplos de critérios que podem ser definidos em âmbito local:

- a) famílias que habitam ou trabalham a, no máximo, “x” km de distância do centro do empreendimento, comprovado com a apresentação de comprovante de residência;
- c) famílias beneficiadas por Bolsa Família ou Benefício de Prestação Continuada (BPC) no âmbito da Política de Assistência Social, comprovado por declaração do ente público;
- d) famílias que se encontrem em situação de rua e que recebam acompanhamento socioassistencial do Distrito Federal, estado ou município, ou de instituições privadas sem fins lucrativos, com Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) e que trabalhem em parceria com o poder público, comprovado por declaração do ente público ou da instituição (BRASIL, 2016, p. 6).

É possível afirmar que, prioritariamente, esses critérios visam garantir proximidade tanto com o local de trabalho, contribuindo para a manutenção do vínculo empregatício, quanto com o bairro de origem, possibilitando a preservação dos costumes e laços comunitários e, até mesmo com demais familiares. Considera-se a importância de permanência desses vínculos, pois,

[...] o sentimento que possuímos em relação a alguns lugares e às comunidades que os lugares ajudam a definir e que são, por sua vez, definidos por elas – lar (família, parentes, amigos), local de trabalho, (colegas), igreja (os outros devotos), vizinhança (vizinhos), cidade, país, continente –, certamente contribui, forte e positivamente, para definir nossa identidade, dar sentido à nossa vida, enriquecê-la com valores, metas e significado (GIULIANI, 2004, p. 90).

Objetivam também, oferecer maior condição de acesso para as famílias com menor poder aquisitivo, inseridas em programas sociais de transferência de renda, ou ainda em situação de rua, em sua maioria sem renda, permitindo a inclusão social, assegurando a dignidade humana dessas.

Estando regularmente cadastradas, e atendendo aos critérios exigidos, as famílias aguardarão a data, o horário e o local do sorteio, que deve ser amplamente divulgado, e devidamente acompanhado, por representantes do município, da Caixa Econômica Federal, para aquisição de um imóvel em futuro empreendimento. O sorteio acontece devido não haver

quantidade de moradias suficientes para atender à todas as famílias de uma só vez. As que foram sorteadas são chamadas para assinatura do contrato, já as demais devem aguardar o sorteio de moradias de empreendimentos futuros. Cabe ressaltar que as famílias contempladas não têm o direito de escolha, nem da localização do residencial, podendo ser distante do bairro onde residem, nem da localização da residência dentro do empreendimento. Por fim, o resultado com os nomes dos sorteados deverá ser amplamente divulgado pelo poder local, além de estar disponibilizado para consulta pública no Portal do PMCMV.

Já as famílias inseridas nas Faixas 1,5, 2 e 3 que, devido ao valor da renda mensal, não se enquadram no perfil para a HIS, podem procurar diretamente a Caixa Econômica Federal ou o Banco de Brasil e solicitar simulação de financiamento, que poderá ser concedido após aprovação de crédito, salientando-se que essas não participam de sorteios, uma vez que podem escolher onde desejam morar.

Além de a família não poder ultrapassar os limites de renda, de acordo com o Ministério das Cidades, são também critérios para que se enquadre como beneficiária do PMCMV:

- a) renda familiar compatível com a modalidade;
- a.1) o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Bolsa Família, fornecidos pelo Governo Federal, não compõem a renda familiar.
- b) não ser proprietário, cessionário ou promitente comprador de imóvel residencial; e
- c) não ter recebido benefício de natureza habitacional oriundo de recursos orçamentários do município, dos Estados, da União, do FAR, do FDS ou de descontos habitacionais concedidos com recursos do FGTS, excetuadas as subvenções ou descontos destinados à aquisição de material de construção para fins de conclusão, ampliação, reforma ou melhoria de unidade habitacional (BRASIL, 2016, p.4).

Os critérios acima explicitam claramente que o objetivo inclusivo do programa é o de beneficiar somente famílias que não possuem moradia própria, evitando que se torne objeto de investimento e de acumulação de famílias das camadas mais abastadas, já detentoras de um ou mais imóveis. Eles são complementados e corroborados por outras condições que também impossibilitam o acesso ao grupo familiar, que não pode:

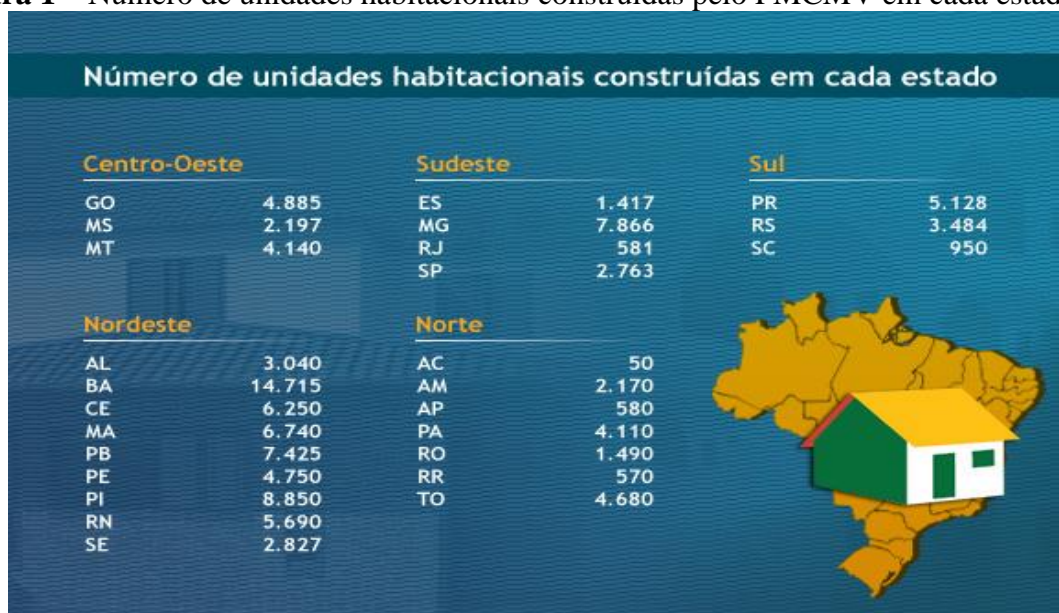
- ser dono ou ter financiamento de imóvel residencial;
- ter recebido benefício de outro programa habitacional do Governo;
- estar cadastrado no Sistema Integrado de Administração de Carteiras Imobiliárias (SIACI) e/ou Cadastro Nacional de Mutuários (CADMUT);
- ter débitos com o Governo Federal (BRASIL, 2016).

Ainda, de acordo com o Ministério das Cidades, é definido pelo PMCMV que no mínimo 3% (três por cento) dos imóveis sejam direcionados para atender os seguintes segmentos:

- a) pessoas idosas, na condição de titulares do benefício habitacional, conforme disposto no inciso I, do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso, na ausência de percentual superior fixado em legislação municipal ou estadual, e
- b) pessoas com deficiência, conforme disposto no inciso I, do art. 32, da Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) ou famílias de que façam parte pessoas com deficiência, na ausência de percentual superior fixado em legislação municipal ou estadual (BRASIL, 2016, p. 9).

Tratam-se também de critérios voltados para pessoas, que devido à condição e fragilidade advindas da própria faixa etária e debilidades físicas, encontram-se em situação de maior vulnerabilidade social, necessitando de mais proteção, devendo ser tratadas com prioridade, atendendo às respectivas leis nas quais se inserem: Estatuto do Idoso, Lei 10.741 de 01/10/2003, e Estatuto da Pessoa com Deficiência (PcD), Lei 13.146 de 06/07/2015.

De acordo com o Ministério das Cidades, desde seu início, em 2009, o PMCMV já construiu mais de 4,2 milhões de moradias, e entregou mais de 2,6 milhões delas, possibilitando que 10,4 milhões de pessoas tivessem acesso a casa própria. Conseguiu reduzir, entre os anos 2009 e 2014, o *déficit* habitacional em todo o país, destacando-se as regiões Norte (-6,4% ao ano) e Nordeste (-3%), principalmente o estado da Bahia, de acordo com a Figura 1, onde foi construída a maior parte das moradias, atendendo à ampla demanda (BRASIL, 2016).

Figura 1 – Número de unidades habitacionais construídas pelo PMCMV em cada estado

Fonte: Extraído de: Feirão de Imóveis. **Minha Casa Minha Vida 2017 Cadastro e Inscrição.**

Disponível em: <http://www.feiraodacaixa2016.com.br/cadastro-minha-casa-minha-vida-2013>. Acesso em 09/05/2017.

É possível afirmar que por meio da aplicabilidade de seus critérios de acesso, o PMCMV tem por objetivo atender às necessidades das famílias brasileiras pertencentes às camadas menos favorecidas. Entretanto, é preciso considerar a existência de relevantes problemas vivenciados por seus beneficiados.

Segundo resultados de pesquisas realizadas e organizadas, desde 2009, pelo professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Adauto Lúcio Cardoso, foram identificados grandes problemas na primeira etapa do PMCMV, entre 2009 e 2011. Em entrevista concedida, em 2012, ao Observatório das Metrôpoles, o professor informou que o primeiro problema, sendo recorrente nos mais variados locais estudados, é a localização dos empreendimentos em áreas periféricas e isoladas dos centros das cidades, gerando dificuldades em termos de transporte e infraestrutura, comprometendo a qualidade de vida dos moradores, sendo um fator a ser enfrentado, uma vez que

Provavelmente a principal das trincheiras da batalha da reforma urbana seja a busca por responder ao desafio de melhorar a localização dos pobres nas cidades e suas condições de vida. Com algumas exceções, determinadas por condicionantes locais, a regra nas cidades brasileiras tem sido a eterna expulsão dos mais pobres rumo às periferias distantes e desequipadas, por vezes explicitamente desalojados pelo poder público de locais mais centrais e infra-estruturados (CYMBALISTA, 2006, p.37).

Ressalta-se que, de acordo com o § 1º do artigo 3º da Lei nº 11.977 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, os critérios de prioridade para atender às construções na área urbana são:

- I – a doação pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios de terrenos localizados em área urbana consolidada para implantação de empreendimentos vinculados ao programa;
- II – a implementação pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios de medidas de desoneração tributária, para as construções destinadas à habitação de interesse social;
- III – a implementação pelos Municípios dos instrumentos da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, voltados ao controle da retenção das áreas urbanas em ociosidade (BRASIL, 2009).

Porém, muitas vezes esses locais se encontram em áreas periféricas, normalmente atendendo às normas de mercado, ou seja, em terrenos mais baratos, tendo menor infraestrutura do que as partes mais consolidadas das cidades, provocando as mais diversas dificuldades para a população beneficiada. O PMCMV tem contribuído para o processo de mercantilização das cidades, considerando interesses da acumulação urbana, uma vez que a

[...] ausência de uma política fundiária impacta negativamente a localização e a inserção dos conjuntos nas cidades. Sendo o mercado imobiliário, e não as prefeituras (dotadas dos instrumentos legais previstos no Estatuto das Cidades), o responsável pela escolha da localização da habitação social, os empreendimentos estão sendo produzidos em áreas periféricas onde, naturalmente, o preço da terra é mais barato, o que representa, em parte, a transferência do subsídio para a especulação imobiliária, desvirtuando os propósitos do programa (COSTA, 2014, p.7).

Tal situação pode contribuir significativamente para a proliferação da desigualdade de maneira abrangente uma vez que, de acordo com Meyer (2014, p.111), “[...] ao deslocar a população para locais distantes esse modelo satura o sistema viário, degrada o meio ambiente e segrega os moradores socialmente, de forma a dificultar o acesso às oportunidades de emprego e de serviços”. Cabe, então, salientar os impactos negativos da segregação, pois é uma

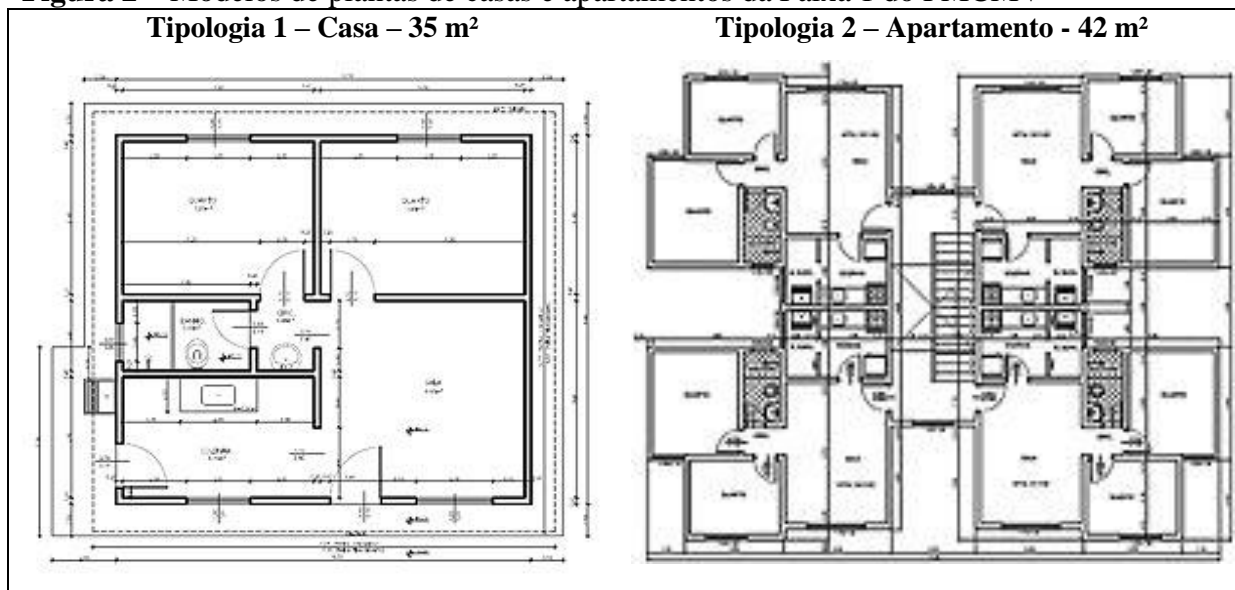
[...] forma de exclusão social que apresenta uma dimensão espacial. [...] A segregação como um mecanismo de dominação e exclusão, sempre impede ou dificulta o acesso dos segregados a algum serviço público, benefício, direito ou vantagem, seja público, seja privado. A segregação espacial urbana atua através da acessibilidade, ou seja, através das facilidades ou dificuldades de locomoção no espaço urbano. Uns tem os equipamentos e serviços urbanos mais acessíveis, outros, menos acessíveis, entendendo-se acessibilidade em termos de tempo e custo de deslocamento no espaço urbano (VILLAÇA, 2003, p. 341-342).

Percebe-se, então que a população mais empobrecida que vivencia esse processo usualmente passa a gastar mais tempo e a necessitar de mais dinheiro para seus deslocamentos, podendo ser isolada do convívio com os benefícios da cidade. Além disso, nas áreas mais afastadas os investimentos públicos muitas vezes são comprometidos, tornando-se morosos e até mesmo não realizados.

O professor Aduato alegou que o segundo problema se refere às plantas das casas dos residenciais, da tipologia 1, com 35 m², que não se adequam e nem sempre possibilitam adaptação às realidades das famílias de baixa renda pois, dependendo da forma como foram construídas, com paredes de concreto (pré-moldadas), por exemplo, não permitem que sejam furadas para a construção de mais cômodos ligados à parte interna da moradia. Outras moradias, construídas com materiais de péssima qualidade, quando se tenta quebrar as paredes, há o risco de provocar a queda de todo o imóvel (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2012).

É importante considerar que o tamanho das casas é planejado para abrigar 4 pessoas, podendo não atender à quantidade de membros de todas as famílias que, por serem de baixa renda, nem sempre possuem condições financeiras para ampliar as casas, tornando o espaço muito escasso. Segundo o professor Alexandre Delijaicov¹⁰, “Tem-se como metragem ideal os 15 m² por habitante da residência. Se considerarmos a família média com cinco componentes, as casas deveriam ter, no mínimo, 75m² de área varrida” (SINATURA, 2009, p. 1). Ressalta-se, ainda, a impossibilidade de ampliação da área interna dos apartamentos.

¹⁰ Alexandre Delijaicov é professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

Figura 2 – Modelos de plantas de casas e apartamentos da Faixa 1 do PMCMV

Fonte: Extraído de: **Programa Minha Casa, Minha Vida**. Ministério das Cidades. 2016. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/habitacao-cidades/programa-minha-casa-minha-vida-pmcmv>. Acesso em 12/05/2017.

Para o professor Adauto, as taxas cobradas nos condomínios de apartamentos são o terceiro problema do PMCMV, pois muitas vezes podem comprometer a renda das famílias. Já o projeto arquitetônico, de tipologia 2, com 42 m², e as normas de convivência nem sempre se adéquam aos costumes, podendo também não ser devidamente assimiladas por essa população. Além desses aspectos, são condomínios fechados muito grandes que, de certa forma isolam o contato com a cidade, nem sempre suprem as necessidades de lazer de seus moradores e, também, dificultam o processo de gestão (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2012).

Como um quarto problema, complementando aspectos relativos ao primeiro, no que tange à localização, o professor considerou que pelo fato de os empreendimentos serem construídos em áreas periféricas das cidades, muitas vezes seus moradores convivem com a ausência de serviços básicos, como escolas, postos de saúde, áreas de lazer, além do comércio em geral, uma vez que este último é proibido dentro dos conjuntos habitacionais, dentre outros (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2012).

Nesse sentido, o artigo 5^o-A, da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, define que devem ser observados os seguintes critérios para a implantação dos empreendimentos:

- I - localização do terreno na malha urbana ou em área de expansão que atenda aos requisitos estabelecidos pelo Poder Executivo federal, observado o respectivo plano diretor, quando existente;
- II - adequação ambiental do projeto;

III - infraestrutura básica que inclua vias de acesso, iluminação pública e solução de esgotamento sanitário e de drenagem de águas pluviais e permita ligações domiciliares de abastecimento de água e energia elétrica; e
IV - a existência ou compromisso do poder público local de instalação ou de ampliação dos equipamentos e serviços relacionados a educação, saúde, lazer e transporte público (BRASIL, 2009).

Entretanto, tal realidade nem sempre ocorre, uma vez que, de acordo com o subitem 2.4, das Diretrizes para elaboração de projetos, contidas no item 2, da Portaria N° 465, de 03 de outubro de 2011, ficou definido que:

Sem prejuízo das exigências municipais de destinação de áreas públicas para aprovação de projetos independente do seu porte, os empreendimentos que totalizem mais de mil unidades, deverão ter garantidas áreas para implantação dos equipamentos públicos necessários para atendimento da demanda gerada por estes (BRASIL, 2011).

Também, o subitem 2.8 dessa portaria, definiu que: “As famílias residentes nos empreendimentos, com crianças em idade escolar, deverão ser atendidas, por escolas de educação infantil e de ensino fundamental localizadas, preferencialmente, numa faixa de até dois mil metros ao redor do empreendimento” (BRASIL, 2011).

Contudo, devido às relevantes dificuldades vivenciadas pelos moradores dos primeiros residenciais entregues, essas diretrizes sofreram alterações, reduzindo a quantidade mínima de casas construídas para a garantia da oferta de equipamentos públicos, a partir da Portaria N° 518, de 8 de novembro de 2013, definindo no subitem 2.4 de seu Anexo IV que:

Sem prejuízo das exigências municipais de destinação de áreas públicas, o empreendimento, ou o conjunto de empreendimentos contíguos, [...] a partir de 500 (quinhentas) unidades habitacionais, deverá ter garantido as áreas para a implantação de equipamentos públicos necessárias para o atendimento da demanda gerada pelo empreendimento ou o conjunto de empreendimentos (BRASIL, 2013).

Houve, também, redução da distância máxima permitida para acesso aos equipamentos públicos, uma vez que o subitem 2.7 do Anexo IV define que:

Os equipamentos públicos deverão estar localizados em área situada na poligonal do empreendimento ou em área adjacente, à distância máxima de 1.000 (mil) metros de seu acesso por via pública, e ser dotados de vias de acesso pavimentadas, drenagem pluvial, calçadas, guias e sarjetas, rede de energia elétrica e iluminação pública, rede para abastecimento de água

potável, solução para esgotamento sanitário e coleta de lixo (BRASIL, 2013).

Essa portaria também definiu no subitem 2.3, do mesmo Anexo IV que “A contratação dos equipamentos públicos deverá ocorrer simultaneamente à contratação das unidades habitacionais, excetuando-se as contratações de empreendimento ocorridas até 31 de dezembro de 2013” (BRASIL, 2013).

Diante desse contexto, é possível afirmar que às famílias moradoras dos primeiros residenciais podem ter sido limitados os acessos aos tão importantes equipamentos públicos, devido à exigência mínima de 1000 casas, nem sempre existentes nos empreendimentos. Além disso, cabe considerar a distância de até dois quilômetros, muitas vezes exigindo significativo esforço dessas famílias que, por conviverem com limitada renda financeira, nem sempre possuem meios próprios e/ou condições financeiras para se locomoverem.

Salienta-se que a nova portaria de 2013 definiu a redução para 500 casas construídas, o que nem sempre ocorre, e a distância mínima de locais que oferecem equipamentos públicos, visando facilitar um pouco mais o acesso aos moradores. Entretanto, é preciso considerar que por já atenderem a outros bairros, próximos aos residenciais, podem não conseguir responder ao aumento de novas demandas, gerando desconforto e/ou ofertas de serviços precários, comprometendo tanto os que são assistidos quanto os que assistem. Além disso, por serem empreendimentos construídos em áreas periféricas, muitas vezes com menor infraestrutura, o acesso a demais equipamentos, pode ficar comprometido, ou até mesmo inviável. Em pesquisa realizada por Rufino (2015, p.68) se constatou que:

Com relação ao acesso à cidade, aos serviços e às infraestruturas houve grande convergência na percepção de que a inserção urbana em periferias [...] - observadas em termos gerais como característica predominante dos empreendimentos da Faixa 1 do Programa – tende a impor um distanciamento cada vez maior da chamada cidade completa, plenamente dotada de infraestrutura, de equipamentos urbanos, de comércio e serviços diversificados e, fundamentalmente, de oferta de emprego.

Tal conjuntura pode trazer significativos transtornos para a dinâmica cotidiana das famílias, exigindo que estas utilizem as mais variadas alternativas de enfrentamento, ou seja, estratégias e/ou adaptações, nem sempre possíveis às realidades de todas.

O professor Aduino, em sua entrevista, ainda criticou e afirmou que

Além disso, nós percebemos que as soluções arquitetônicas são convencionais e se repetem no Brasil inteiro, sem uma adaptação às

necessidades regionais da população. Dessa forma, diante de inúmeras falhas fica explicitado a falta de regulação e de diretrizes do MCMV com relação à qualidade e a ele ser adaptado à baixa renda (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2012).

Tal conjuntura se constata ao se observar a construção de grande quantidade de moradias iguais, conforme exemplos nas Figuras 3 e 4:

Figura 3 – Conjunto residencial: Tipologia 1



Fonte: Extraído de: Minha Casa Minha Vida Rodônia 2017. Disponível em: <http://feiraodacaixa2017.com.br/minha-casa-minha-vida-rondonia-2017/>. Acesso em: 20/10/2017.

Figura 4 – Condomínio de apartamentos: Tipologia 2



Fonte: Extraído de: João Paulo Prudêncio (2017). Disponível em: <http://www.rondoniaovivo.com/noticias/condominio-do-minha-casa-minha-vida-esta-abandonado-ha-mais-de-um-ano-na-zona-leste/114860>. Acesso em 20/05/2017.

Cabe salientar as considerações do professor Oreste Bortolli¹¹ ao afirmar que “a grande dificuldade em construir casas de acordo com necessidades particulares é que o governo não conhece, de fato, o perfil das famílias brasileiras”. Em sua opinião, uma avaliação social é imprescindível em um programa habitacional, assim como considerar aspectos climáticos, alegando que “uma casa na Amazônia não pode ser idêntica a uma casa no Planalto Central ou em São Paulo”. Complementa ressaltando que “tais questões demandam um tempo longo de planejamento, o que não ocorreu nesse programa”. Como exemplo citou o Plano Nacional de Vivendas (PNV), implementado no Uruguai entre 1968 e 1983, cuja elaboração começou bem antes, durante a década de 1950. Informou ainda que “durante esse tempo, foram desenvolvidos projetos de casas com um a quatro dormitórios, e a zona central de Montevideu foi mapeada para identificar pontos estratégicos para a construção” (SINATURA, 2009, p. 1).

¹¹ Oreste Bortolli é professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

Diante desse contexto, é preciso que se faça um diagnóstico que considere e busque maneiras de atender às singularidades das demandas das famílias. Para tanto é importante a aplicabilidade do princípio da equidade, que visa oferecer condições diferenciadas para necessidades também desiguais, adaptando-se regras pré-definidas a situações concretas, tendo por objetivo a melhoria da qualidade de vida da população tornando-a mais justa e igualitária. De acordo com as ideias de Aristóteles, em seu Livro V da *Ética a Nicômaco* (1991), a equidade é um apelo que se faz à justiça para retificar a lei quando ela se revela insuficiente; é a justiça aplicada ao caso concreto. Ou seja, a equidade seria uma forma de suprir o que a lei não consegue alcançar, considerando-se as particularidades das situações.

Entende-se que diante de relevantes aspectos existentes nesse contexto há desafios a serem enfrentados no PMCMV para que este possa garantir uma melhor qualidade de vida às famílias por ele beneficiadas. Entretanto, é preciso considerar que durante o transcorrer das etapas 2 e 3 o programa sofreu significativos ajustes e aprimoramentos, relativos ao tamanho e a infraestrutura das moradias e dos residenciais, além dos critérios voltados para renda, taxas de subsídios e condições de financiamento.

Na etapa 2, entre 2011 e 2014, os critérios para construção de imóveis da Faixa 1 passaram pelas seguintes melhorias:

Tabela 2 - Melhorias nos critérios para construção dos imóveis da Faixa 1 na Etapa 2 do PMCMV

Itens	Como era no PMCMV 1	Como ficou no PMCMV 2
Tamanho mínimo	Casa: 35 m ² Apartamento: 42 m ²	Aumento da área para melhoria de acessibilidade Casa: 39,6 m ² Apartamento: 45,5 m ²
Especificações	Piso cerâmico no banheiro, cozinha e área de serviço	Piso cerâmico em todos os ambientes
	Azulejo nas paredes das áreas molhadas	Azulejo em todas as paredes de cozinha e banheiro
	Aquecedor solar em 40 mil unidades nas regiões S, SE e CO	Aquecedor solar em todas as casas
	Limite mínimo apenas para portas externas (0,8 m)	Todas as portas com 0,8 m e janelas maiores para melhoria das condições de iluminação e ventilação

Fonte: Extraído de: Apresentação Minha Casa Minha Vida 2 (2011)

Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/apresentacoes/.../110616_apresentacao_mcmv_pac2.pdf>. Acesso em 09/05/2017.

Já na etapa 3, iniciada a partir de março de 2016,

Os imóveis da faixa 1 terão acréscimo de 2 metros quadrados na metragem mínima, passando para 41 metros quadrados, além de melhor isolamento térmico e acústico [...] Serão incorporados mais itens de sustentabilidade, como aeradores de torneira, válvulas de descarga com acionamento duplo, sensores de presença para a iluminação de áreas comuns, bombas de água com certificação Procel e sistemas alternativos ao de aquecimento solar (PORTAL BRASIL, 2016)¹³.

Percebe-se que o programa buscou melhorias nos acabamentos e aumentou o tamanho das moradias, visando maior conforto e acessibilidade para os membros das famílias. Porém, manteve o planejamento das casas para abrigar quatro pessoas, respeitando a legislação brasileira que define áreas mínimas de espaço construído, em lotes também de tamanho mínimo.

Definiu-se também que

Os novos projetos deverão ser realizados na forma de loteamentos, ou seja, todas as ruas deverão ser públicas e conectadas com o restante do bairro ou da cidade. [...] As quadras deverão ter tamanho máximo que permita o deslocamento seguro dos pedestres, e as calçadas e ruas deverão ter larguras mínimas que comportem diferentes modos de transporte e arborização (PORTAL BRASIL, 2016).

Essas alterações nas áreas livres dos residenciais têm por objetivo permitir maior integração e acessibilidade entre os moradores, além de possibilitar melhor acesso aos serviços oferecidos no entorno dos empreendimentos. Salienta-se, também a importância da arborização nos residenciais.

A arborização é essencial a qualquer planejamento urbano e tem funções importantíssimas como: propiciar sombra, purificar o ar, atrair aves, diminuir a poluição sonora, constituir fator estético e paisagístico, diminuir o impacto das chuvas, contribuir para o balanço hídrico, valorizar a qualidade de vida local, assim como economicamente as propriedades ao entorno (SANTOS, 2001, p.3).

Além desses aspectos, as árvores também possibilitam locais de interação, tornando-se espaços de lazer e de convivência, contribuindo para um melhor bem estar da comunidade.

Diante desse contexto, está em tramitação o Projeto de Lei do Senado, nº 443/2013, que propõe emenda, alterando os artigos 5º-A e 51 da Lei 11.977/09 do PMCMV,

tendo por obrigatoriedade o plantio de uma árvore em frente a cada unidade construída nos residenciais em âmbito nacional.

Alterações também ocorreram em relação ao critério renda para a Faixa 1 do programa que, na Fase 1 era de até R\$ 1.350,00, passando para R\$ 1.600,00 na Fase 2 e, atualmente, na Fase 3, é de R\$ 1.800,00. Em 13/01/2016, a presidente da Caixa Econômica Federal, Miriam Belchior, após ter se reunido com o ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, em entrevista ao G1 (2016), em Brasília, justificou que

Toda vez que muda de fase tem mudança de regra. Estamos discutindo ainda várias coisas. No que se refere ao valor da prestação, ela não tem reajuste desde 2009 quando o programa foi lançado. O salário mínimo subiu. A renda das pessoas subiu. O valor dos imóveis também subiu. Esse aumento da prestação está em linha com o crescimento da renda das pessoas e com o crescimento do imóvel. O subsídio [pago pelo governo] continua o mesmo. [...]. Não tem uma penalização.

As taxas de subsídio e formas de financiamento que o governo concede para a Faixa 1 do programa são de até 90% do valor do imóvel, de acordo com a renda mensal total da família, financiando o saldo restante em até 120 meses, com parcelas fixas. Durante as Fases 1 e 2 as parcelas do financiamento correspondiam a 5% da renda mensal das famílias, sendo R\$ 25,00 o valor mínimo, de acordo com a Tabela 3:

Tabela 3 – Valores das parcelas dos imóveis da Faixa 1 do PMCMV nas Fases 1 e 2

Fases	Valor mínimo da parcela	Valor máximo da renda familiar	Valor máximo da parcela
Fase 1	R\$ 25,00	R\$ 1.350,00	R\$ 67,50
Fase 2	R\$ 25,00	R\$ 1.600,00	R\$ 80,00

Fonte: elaboração própria a partir de informações do G1. **Valor da prestação do Minha Casa para quem tem renda menor subirá.** 13/01/2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2016/01/valor-da-prestacao-da-primeira-faixa-do-minha-casa-subira-diz-caixa.html>. Acesso em 18/02/2108.

Na atual Fase 3 do programa, as parcelas variam de no mínimo R\$ 80,00 a no máximo R\$ 270,00, de acordo com a renda familiar, conforme Tabela 4:

Tabela 4 – Valores das parcelas dos imóveis da Faixa 1 do PMCMV na Fase 3

Renda Mensal	Parcela Mensal
Até R\$ 800,00	R\$ 80,00
De R\$ 801,00 a R\$ 1.200,00	A parcela pode comprometer no máximo 10% da renda mensal
De R\$ 1.201,00 a R\$ 1.600,00	A parcela pode comprometer no máximo 15% da renda mensal
De R\$ 1.601,00 a R\$ 1.800,00	A parcela pode comprometer no máximo 20% da renda mensal

Fonte: Extraído de: Programa Minha Casa, Minha Vida. Ministério das Cidades. 2016. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/habitacao-cidades/programa-minha-casa-minha-vida-pmcmv>. Acesso em 10/05/2017.

É possível afirmar que as taxas de subsídios têm por finalidade possibilitar que as famílias com menores condições financeiras consigam acesso à moradia, uma vez que assumem somente 10% do valor total do imóvel. Já as formas de financiamento, permitem que consigam valores relativamente baixos das parcelas, tendo por objetivo não comprometer a renda mensal, sendo inclusive menor que os valores cobrados em aluguéis. Porém, devido a situação de baixa renda, e ainda com a intensificação da crise que ocorre no país, contribuindo para o aumento do desemprego, nem sempre as famílias conseguem manter a regularidade do pagamento das parcelas, gerando inadimplência, correndo o risco de perder a moradia. O Ministro das Cidades, Bruno Araújo informou em entrevista à Agência Brasil¹², em 06/10/2016, que a inadimplência da Faixa 1 do PMCMV é de 25%, e afirmou que:

É algo injustificável, porque a sociedade brasileira aporta 90% do valor do imóvel e cabe ao beneficiado pagar só 10% do pagamento por dez anos. As pessoas precisam ser conscientizadas de que se não pagarem e não cumprirem com seus compromissos não terão a escritura.

Salienta-se que, de acordo com o Ministério das Cidades, é regra do PMCMV que a partir da segunda parcela em atraso a família correrá o risco de perder o imóvel, com toda benfeitoria nele investida, tornando-o disponível para outra família que aguarda ser sorteada (BRASIL, 2016). De acordo com Flávio Amaury¹³ “As pessoas de menor renda são as mais suscetíveis a mudanças na economia. Com aumento do desemprego e a inflação elevada, a tendência é mais inadimplência até essas pessoas conseguirem ajustar o orçamento” (CUCOLO, 2015, p. 2).

¹² Agência Brasil. **Minha Casa, Minha Vida terá campanha para diminuir inadimplência**. 06/10/2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-10/minha-casa-minha-vida-tera-campanha-para-diminuir-inadimplencia-diz-ministro>. Acesso em 03/05/2017.

¹³ Flávio Amaury - presidente do Secovi-SP (sindicato da habitação).

Para Lauro Gonzalez¹⁴ “o cenário econômico favorece a inadimplência, pois essas famílias gastam mais com água, luz e condomínio. Há ainda a perda de renda com a inflação e o desemprego” (CUCOLO, 2015, p. 2).

Contudo, de maneira crítica, Gonzalez complementa afirmando que

Quando se cobra um valor muito inferior à capacidade de pagamento, a pessoa enxerga aquela obrigação como um compromisso menos importante. Elas priorizam, portanto, o pagamento de outras despesas. Há ainda o fato de que até hoje, não foram retomados imóveis da faixa 1 por falta de pagamento. As pessoas têm pouco comprometimento com o pagamento e pouco incentivo para fazê-lo (CUCOLO, 2015, p. 2).

Entende-se que independente da(s) razão(ões) a inadimplência pode gerar insegurança às famílias que, por não conseguirem garantir o pagamento das mensalidades, podem vir a correr o risco de perder suas casas se não regularizem o débito.

Cabe ainda salientar que, a partir da Resolução n° 4.223 do Conselho Monetário Nacional, de 12/06/2013, todos os beneficiados da Faixa 1 do PMCMV tiveram o direito de realizar compras para mobiliar suas moradias por meio do cartão "Minha Casa Melhor", possibilitando a compra de até 10 produtos, atingindo um total de R\$ 5.000,00, financiados em até 48 parcelas, com baixos juros de 5% ao ano. Em 16/10/2013, a Resolução n° 4.273, aumentou de 10 para 14 itens a serem adquiridos, envolvendo móveis e eletrodomésticos (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2013).

Entretanto, com a justificativa de inadimplência, em 26/02/2015 foi anunciada pela ex-presidente Dilma Rousseff, a interrupção do programa, quando afirmou que "O Minha Casa Melhor nós estamos revendo. Ao contrário do Minha Casa Minha Vida, que tem baixa inadimplência, ele começou com inadimplência. Estamos avaliando incluí-lo dentro do Minha Casa Minha Vida. É um processo de avaliação" (CASTRO, 2015). Tal decisão, mesmo que justificada, impossibilitou a oportunidade de aquisição de equipamentos de maneira mais facilitada, devido à baixa taxa de juros, capazes de permitir maior conforto à famílias.

Enfim, diante de todas as suas características, com importantes aspectos ainda a serem ajustados, pode-se afirmar que a Habitação de Interesse Social do PMCMV foi implantada com o objetivo de transformar e garantir dignidade e cidadania para a vida de milhões de famílias, reduzindo o déficit quantitativo e facilitando o acesso ao direito social à

¹⁴ Lauro Gonzalez - coordenador do Centro de Estudos em Microfinanças da Inclusão Financeira da Faculdade Getúlio Vargas.

habitação em diversas cidades do Brasil, sendo uma delas Montes Claros, na região norte do estado de Minas Gerais.

2.2 - O município de Montes Claros e a Habitação de Interesse Social na área urbana

Montes Claros, que completou 160 anos de emancipação em 03/07/2017, é o município polo da Mesorregião do Norte do estado de Minas Gerais, localizando-se a 418 km da capital Belo Horizonte.

Figura 5 – Localização de Montes Claros na Mesorregião Norte de Minas



Fonte: IBGE, 2012. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd181/a-relacao-de-urbano-rural-e-geotecnologias.htm>. Acesso em 05/04/2018.

Figura 6 – Distância de Montes Claros a Belo Horizonte



Fonte: Extraído de Prefeitura de Montes Claros. Como Chegar a Montes Claros. Disponível em: <http://www.montesclaros.mg.gov.br/cidade/cheGAR.htm>. Acesso em 01/08/2017.

Com área de 3.568.941 Km² em 2016, e população estimada de 402.027 mil habitantes em 2017, é o sexto maior município do estado (IBGE, 2017)¹⁵, sendo considerado de médio porte (IBGE, 2010)¹⁶.

Em 2010, na sua sede urbana, com área de aproximadamente 97 km², residiam 344.427 mil pessoas, com densidade demográfica de 101,41 habitantes por km², e Índice de Desenvolvimento Humano¹⁷ de 0,770, considerado médio pela ONU. Já, em 2003 o Índice de

¹⁵ IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2017. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=314330>. Acesso em 31/08/2017.

¹⁶ O IBGE define município de médio porte aquele que possui entre 100.001 e 500.000 habitantes. (IBGE, 2010)

¹⁷ De acordo com a ONU, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi desenvolvido em 1990 pelos economistas Amartya Sen e Mahbud Ul Haq. É utilizado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e no Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), com o objetivo de estabelecer comparações de desenvolvimento a partir de pontuações que variam entre 0 e 1. Consideram-se países menos

Incidência da Pobreza¹⁸ era de 31,37% (IBGE, 2016).

Devido ao seu dinamismo econômico, uma vez que dispõe de significativa quantidade de serviços de saúde e de educação, além de diversos equipamentos urbanos que atendem as demais cidades, Montes Claros é uma cidade média com grande influência na região norte mineira. Para Deus (2004, p. 89-90),

[...] o que define uma cidade média é sua função, seu grau de polarização, seus equipamentos de serviços e de lazer e o papel que sua estrutura urbana exerce na região recebendo e emitindo externalidades, ou seja, a cidade média nada mais é que uma cidade com uma população acima da média regional, que exerce uma influência em uma determinada sub-região, com funções que a fazem assumir o papel de polo regional na hierarquia urbana, provendo o consumo produtivo e coletivo da sub-região onde está inserida.

Montes Claros, da mesma forma que as demais cidades médias brasileiras, vem sofrendo significativas transformações nos últimos anos, tendo a necessidade de atender às mais variadas necessidades de sua crescente população, dentre elas a da habitação voltada para a camada economicamente menos favorecida, em situação de vulnerabilidade social. Para tanto, visando minimizar o déficit habitacional municipal calculado de 10 mil moradias no ano de 2010 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013), o município em parceria com a Caixa Econômica Federal, desde 2011 tem realizado a construção de moradias, visando à melhoria da condição de vida de milhares de famílias.

Nesse sentido, em 09/04/2010¹⁹, firmou-se o convênio entre o município de Montes Claros e a Caixa Econômica Federal, por meio da operação 0.318.879-48/2010, para realização do Trabalho Social no âmbito do PMCMV-FAR, iniciado pelo planejamento da construção das primeiras 496 casas de Habitação de Interesse Popular, no Residencial Nova Suíça (Diário Oficial da União, 2015, p. 107).

A partir de dados obtidos no *site* da Prefeitura Municipal de Montes Claros, desde novembro de 2011 até maio de 2017, foram 4.851 as famílias do município beneficiadas por Habitações de Interesse Social do PMCMV, conforme Tabela 5:

desenvolvidos os que atingem 0,499 pontos, com desenvolvimento médio, os que possuem notas entre 0,500 e 0,799, e com alto desenvolvimento, os que alcançam acima de 0,800 de pontuação. Os critérios utilizados para essa avaliação são a renda, a longevidade e a educação de um país, de um estado ou de um município.

¹⁸ De acordo com o IBGE, o Índice de Incidência da Pobreza é a proporção de pessoas em situação de pobreza na população total de um país, estado ou município.

¹⁹ Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. Programa Minha Casa, Minha Vida – Modalidade FAR – Faixa 1. 31/12/2015. Disponível em: www.consultaesic.cgu.gov.br/.../RESPOSTA_PEDIDO_Cpia%20de%202016_80200_00... Acesso em: 01/12/2017.

Tabela 5 - Quantidade de moradias entregues em Montes Claros

Residencial / Bairro	Quantidade de casas	Construtora	Data da entrega	Fase do PMCMV
Nova Suíça / Independência	496	Emcasa	28/11/2011	1
Santos Dumont / Independência	241	Momento Eng.	19/04/2012	1
Vitória I / Cidade Industrial	499	Momento Eng.	19/07/2013	2
Recanto das Águas / Village do Lago	500	Emcasa	02/12/2013	2
Monte São I / Village do Lago	498	Realiza Eng.	30/12/2013	2
Monte São II / Village do Lago	300	Realiza Eng.	Jan/2014	2
Minas Gerais / Village do Lago	499	Celta Engenharia	03/04/2014	2
Monte São IV / Village do Lago	393	Realiza Eng.	25/05/2016	2
Vitória II / Cidade Industrial	660	Momento Eng.	24/06/2016	2
Montes Claros / São Geraldo II	499	Celta Engenharia	01/07/2016	2
Rio do Cedro / Vila Castelo Branco	266	Momento Eng.	23/05/2017	2
Total moradias entregues	4.851			

Fonte: elaboração própria a partir de dados do *site* da Prefeitura Municipal de Montes Claros Disponível em: www.montesclaros.mg.gov.br/. Acesso em 04 e 05 de agosto de 2017.

Os dados permitem perceber que o município de Montes Claros passou por 2 fases do PMCMV, sugerindo haver diferenças tanto em relação a infraestrutura dos residenciais quanto das casas, uma vez que, atendendo normas do programa, os projetos da Fase 2 sofreram aprimoramentos no sentido de oferecer mais conforto às famílias beneficiadas. É possível também observar as construtoras responsáveis pela construção dos residenciais, considerando que a Caixa Econômica Federal as define como

Empresas do setor de Construção Civil que participam na apresentação de propostas e execução dos projetos aprovados para aquisição de unidades habitacionais na forma estabelecida pelas normas do programa e realiza a guarda dos imóveis pelo prazo de 60 dias após a conclusão e legalização das unidades habitacionais.²⁰

O Artigo 4º da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009 dispõe que:

Em áreas urbanas, deverão ser respeitados os seguintes critérios de prioridade para projetos do PMCMV, observada a regulamentação do Ministério das Cidades:

I - a doação pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios de terrenos localizados em área urbana consolidada para implantação de empreendimentos vinculados ao programa (BRASIL, 2009).

²⁰ CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Minha Casa Minha Vida: recursos FAR. Disponível em: http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/habitacao/minha-casa-minha-vida/Paginas/default.aspx/saiba_mais.asp. Acesso em 20/02/2018.

Essas áreas podem ser definidas a partir do Plano Diretor. De acordo com Villaça (1999), o Plano Diretor

Seria um plano que, a partir de um diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, política e administrativa da cidade, do município e de sua região, apresentaria um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infra-estrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana, para a cidade e para o município, propostas estas definidas para curto, médio e longo prazos, e aprovadas por lei municipal (VILLAÇA, 1999, p. 238).

O plano é um importante instrumento para a administração do município e, é a partir dele que se definem as Zonas Especiais de Interesses Sociais (ZEIS), que

No processo de construção de uma nova ordem urbanística, fundada no princípio da função social da propriedade, as ZEIS se consolidaram como um tipo especial de zoneamento, cujo principal objetivo é a inclusão da população de menor renda no direito à cidade e à terra urbana servida de equipamentos e infra-estrutura, tanto por meio da delimitação de áreas previamente ocupadas por assentamentos precários, quanto por meio da delimitação de vazios urbanos e de imóveis subutilizados, destinados à produção de novas moradias populares (BRASIL, 2009, p. 17).

Devido suas características e objetivos, as ZEIS se destinam à áreas para construção de residenciais populares podendo, por exemplo, ser os da Faixa 1 do PMCMV.

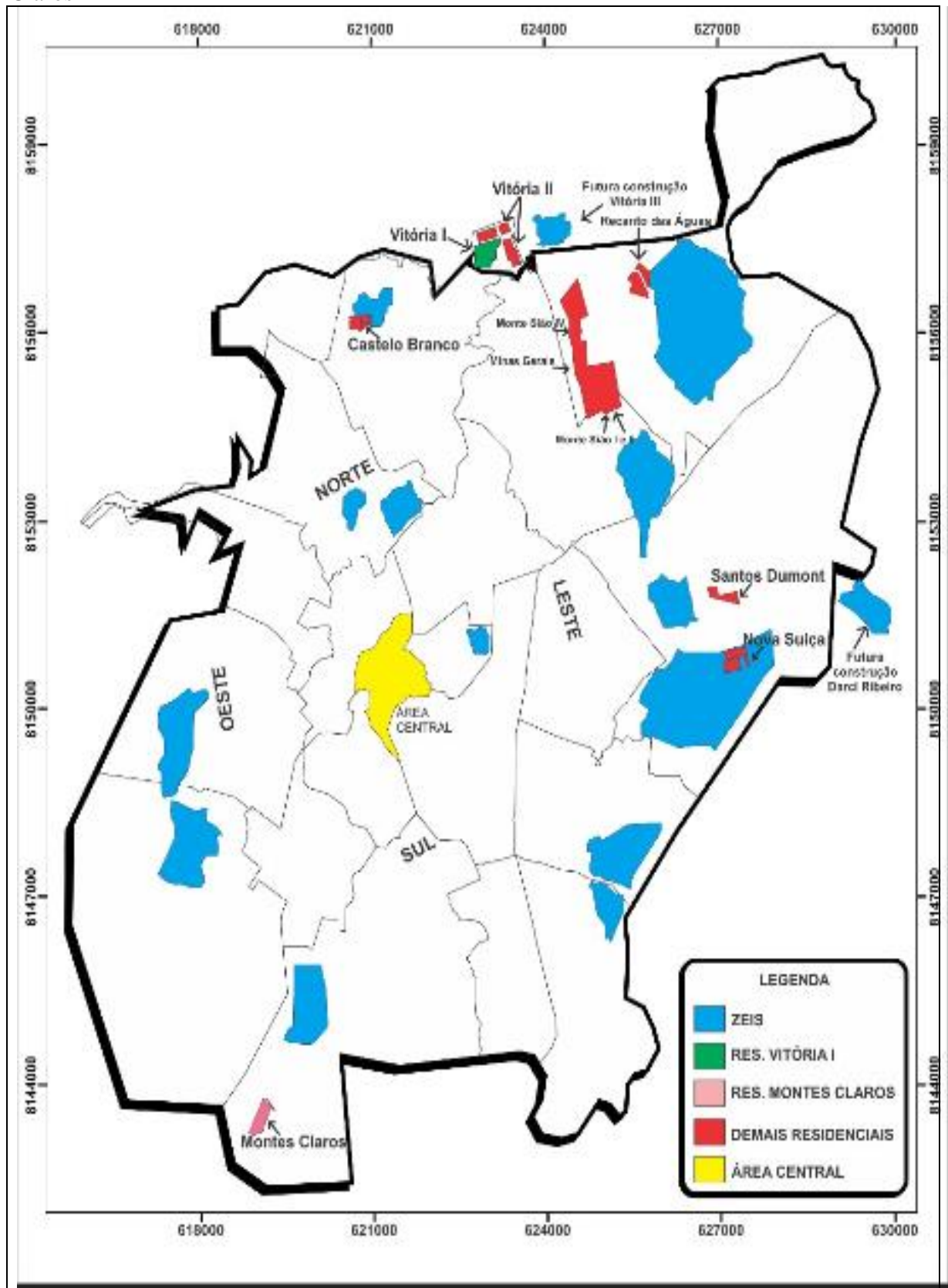
O primeiro Plano Diretor do município de Montes Claros, aprovado em 02 de setembro de 1970, foi elaborado com a intenção de modernização, urbanização e desenvolvimento, tendo seus direcionamentos voltados para responder aos anseios da “elite modernizadora do município” (SILVA, 2008, p. 88). Por meio dele se setorizou a cidade definindo as áreas central, industrial e habitacional, entretanto não especificando locais destinados à habitação popular, havendo certo ‘descuido’ em relação aos interesses sociais da população menos favorecida.

O plano sofreu atualizações, tendo novas versões. Na de 27 de agosto de 2001, sancionada pela Lei 2.921, seu artigo 56 já previa “Identificar as áreas nas quais, por razões sociais, haja interesse público em ordenar a ocupação por meio de urbanização e regularização fundiária ou em implantar programas habitacionais de interesse social” (PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS, 2001). Porém, somente em 09 de maio de 2008 foi sancionada a Lei 3.936 aprovando a localização das ZEIS, que em sua maioria se encontram distantes da área central da cidade. Entende-se assim que, devido à

distância em relação à área central da cidade, a construção dos residenciais do PMCMV nas ZEIS não traria significativas alterações.

O fato é que, mesmo tendo sido assinado o contrato de implantação do PMCMV com a Caixa Econômica Federal em 09/04/2010, ou seja, dois anos após a definição das ZEIS municipais, somente 2 dos residenciais que foram construídos estão localizados em ZEIS. Na verdade, segundo Moraes Filho (2015, p. 157), “[...] em Montes Claros as construtoras adquiriram os terrenos, elaboraram os projetos, em sua grande maioria, sem os equipamentos públicos, e a CAIXA aprovou tais projetos.” Complementa fazendo a seguinte crítica: “São empresários da construção civil voltados para o objetivo de ganhar dinheiro, não demonstrando compromisso social ou ambiental, a despeito de serem utilizados pelo governo como peças-chave para o estabelecimento do PMCMV” (p. 157). Como consequência, todos residenciais se localizam em áreas distantes do centro da cidade, onde o custo da terra normalmente é menor, conforme o Mapa 1:

Mapa 1 - Localização das ZEIS e dos residenciais de HIS no perímetro urbano de Montes Claros



Fonte: Elaboração própria a partir do mapa do Plano Diretor (2015) da Prefeitura de Montes Claros. Disponível em: <http://www.montesclaros.mg.gov.br/planodiretor/Mapas%20e%20Plantas%20Diretor/Centros%20de%20Refer%C3%A2ncia.JPG>. Acesso em: 04/09/2017.

No Mapa 1 se observam todos os 11 residenciais de HIS, já entregues no município, sendo 10 na cor vermelha e, os 2 pesquisados nesse estudo que são o Vitória I, na cor verde, ao norte da cidade, e o Montes Claros, em rosa, ao sul, bem próximo a uma das ZEIS, em local menos distante da área central. Na cor azul se observam as 16 ZEIS, sendo que 3 delas se localizam a aproximadamente 2,5 km da área central, representada no Mapa 1 pela cor amarela. Há 4 que estão em distância aproximada de 4,5 km do centro. As 9 demais se localizam em áreas extremas da cidade. Observa-se a localização dos residenciais Nova Suíça, na área leste da cidade, e Rio do Cedro, ao norte, que foram os únicos construídos em ZEIS.

Salienta-se, ainda, que em 12/06/2014 foi baixado pelo prefeito o decreto N°. 3.186 criando uma das ZEIS, ao extremo norte, para futura construção o Residencial Vitória III, sendo que o terreno pertence à construtora responsável pela obra, que assinou contrato com a Caixa Econômica Federal. Também, ao extremo leste foi definida, por meio de outro decreto, N°. 3.087 de 17/10/2013, área para a futura construção do Residencial Darcy Ribeiro. Observa-se que são áreas localizadas no perímetro rural do município (MORAES FILHO, 2015, p.131-312). Tal contexto remete às ideias de Maricato (2010) quando afirma que o Plano Diretor de Montes Claros se insere nos modelos de “planos diretores genéricos, cheios de boas intenções, mas sem efetividade”, uma vez que definem instrumentos a serem cumpridos, porém pela ausência de cobranças, ou por demais interesses, muitas vezes não são.

Para terem acesso às casas as famílias interessadas, se cadastraram no Programa pelo *site* da prefeitura. Também, foram realizadas inscrições nos 11 telecentros da cidade, sendo disponibilizados estagiários para auxiliarem as pessoas com dificuldade de domínio de informática (PREFEITURA DE MONTES CLAROS, 2013).

Os dados de todas as famílias inscritas foram analisados por profissionais da Diretoria de Habitação da Secretaria de Desenvolvimento Social, visando verificar quais as que possuíam perfil que atendessem às normas do programa, principalmente aquelas consideradas prioritárias.

Devido à insuficiência de moradias para todas as famílias inscritas, foram realizados sorteios previamente agendados e amplamente divulgados.

Para estar apto a participar do sorteio das moradias, a pessoa tem que atender aos seguintes critérios: famílias que residem ou que tenham sido desabrigadas de áreas de risco ou insalubres; famílias que tenham mulheres como responsáveis; famílias com dependentes menores de idade; famílias

com renda per capita de até um salário mínimo e residente há pelo menos cinco anos na cidade (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2013).

Nos sorteios, além de representantes do município e da Caixa Econômica Federal, houve a participação e acompanhamento das famílias. Eles se deram de maneira automatizada e transparente, mostrando em um telão os nomes e o futuro endereço dos sorteados, para visualização de todos. Salienta-se, também, que as listas das famílias contempladas foram disponibilizadas no *site* da prefeitura.

Conforme publicado no Diário Oficial da União em 27/12/2011, o PMCMV definiu um percentual mínimo de 3% das casas que devem ser destinadas tanto para deficientes físicos quanto para idosos. Entretanto, seguindo as normas da Lei Municipal 3995/2008, 5% das casas sorteadas são destinadas às famílias que tenham integrantes com deficiência física, mental ou outras e, 3% para famílias com integrantes idosos, acima de 60 anos. Já as demais obedecem aos critérios de menor renda *per capita*, famílias chefiadas por mulheres, maior quantidade de filhos e moradores de áreas de risco (PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS, 2008).

Após o sorteio, as famílias se dirigiram à Diretoria de Habitação da Secretaria de Desenvolvimento Social para assinatura dos contratos e, caso necessário, regularização de documentação pendente. No sentido de verificar se a documentação apresentada estava condizente com a realidade de vida das famílias, visando atender as que realmente se enquadravam no perfil do programa, visitas foram realizadas por profissionais da Diretoria de Habitação. A partir desse processo, as famílias aguardaram o anúncio da entrega das chaves, para enfim terem acesso à casa própria.

Depois da entrega das chaves e, principalmente, após a mudança para os residenciais, muitas famílias passaram a vivenciar um novo estilo de vida, podendo ter sofrido impactos positivos e/ou negativos. Tiveram que se adaptar a um local diferente, muitas vezes distante de onde viviam. Passaram a conviver com novas pessoas, e a se adequar a um ambiente diferente que garante a casa própria, porém, devido à distância do centro da cidade, nem sempre oferece fácil acesso a equipamentos, tanto de caráter público quanto privado, podendo comprometer a qualidade de vida dessas famílias.

Tal realidade muitas vezes exige estratégias de enfrentamento das demandas da rotina diária de famílias, que podem já ter vivenciado diversas dificuldades devido à situação de baixa renda financeira. Nesse sentido, considerando-se principalmente os impactos que a distância da área central pode gerar, esse estudo se realizou em dois residenciais localizados

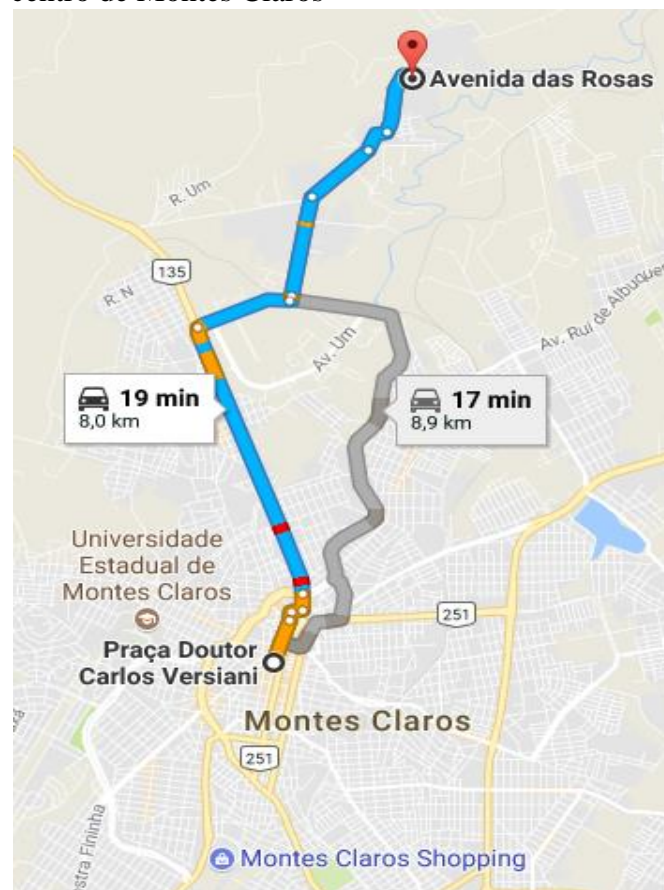
nos extremos norte e sul da cidade de Montes Claros, para os quais se apresentam a seguir suas características.

2.3 - Características gerais dos Residenciais Vitória I e Montes Claros

2.3.1 – O Residencial Vitória I

O Residencial Vitória I se localiza no extremo norte da cidade de Montes Claros, a 8 km de distância do centro, tomando-se como referência a menor distância de deslocamento entre a Avenida das Rosas, por ser a entrada do residencial, e a Praça Doutor Carlos Versiani Ataíde, centro comercial da cidade.

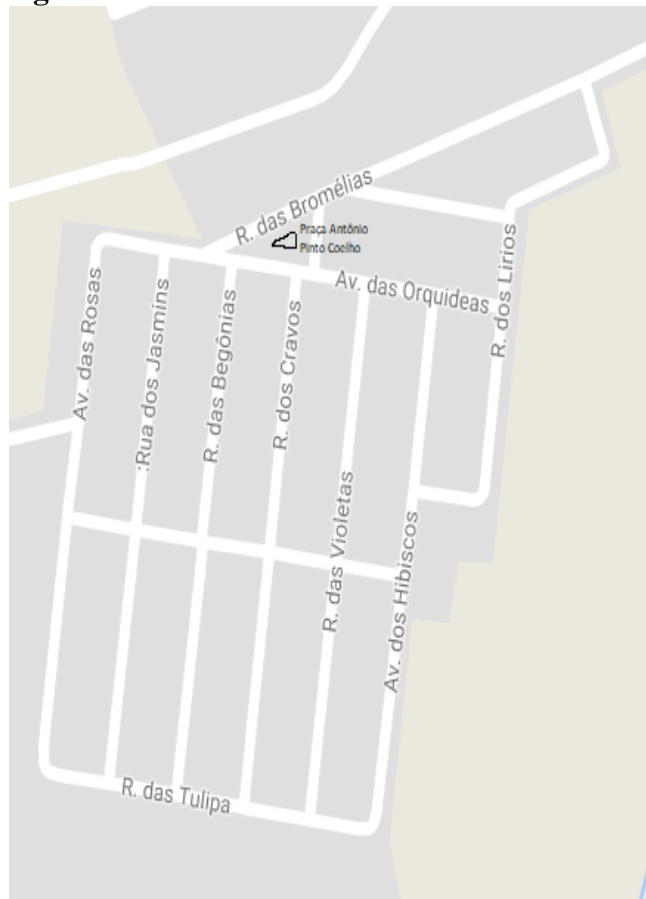
Figura 7 - Distância do Residencial Vitória I ao centro de Montes Claros



Fonte: Extraído de: Google Maps
Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/dir/>.
Acesso em: 29/08/2017

O residencial foi entregue com 499 casas, distribuídas em 13 ruas devidamente pavimentadas, com iluminação pública; rede de esgoto e sistema de drenagem de água pluvial.

Figura 8 – Ruas do Residencial Vitória I



Fonte: Extraído de: Mapas App

Disponível em: <https://mapasapp.com/mapa/minas-gerais/montes-claros-mg/3448-residencial-vitoria/>.

Acesso em: 29/09/2017.

As casas, com área 40,79 m², construídas em lote de 150 m², são geminadas em uma das laterais, e foram entregues sem muros, com um estreito corredor cimentado que dá acesso ao passeio, que conta com duas rampas em cada lote, sendo uma para acesso à garagem de automóveis e outra à entrada social. Em frente a cada uma das casas foi plantada uma árvore. Há, também, um local para pequena praça arborizada, com bancos, porém sem *playground*. O serviço de coleta de lixo ocorre regularmente em três dias da semana.

Figura 9 – Casas do Residencial Vitória I

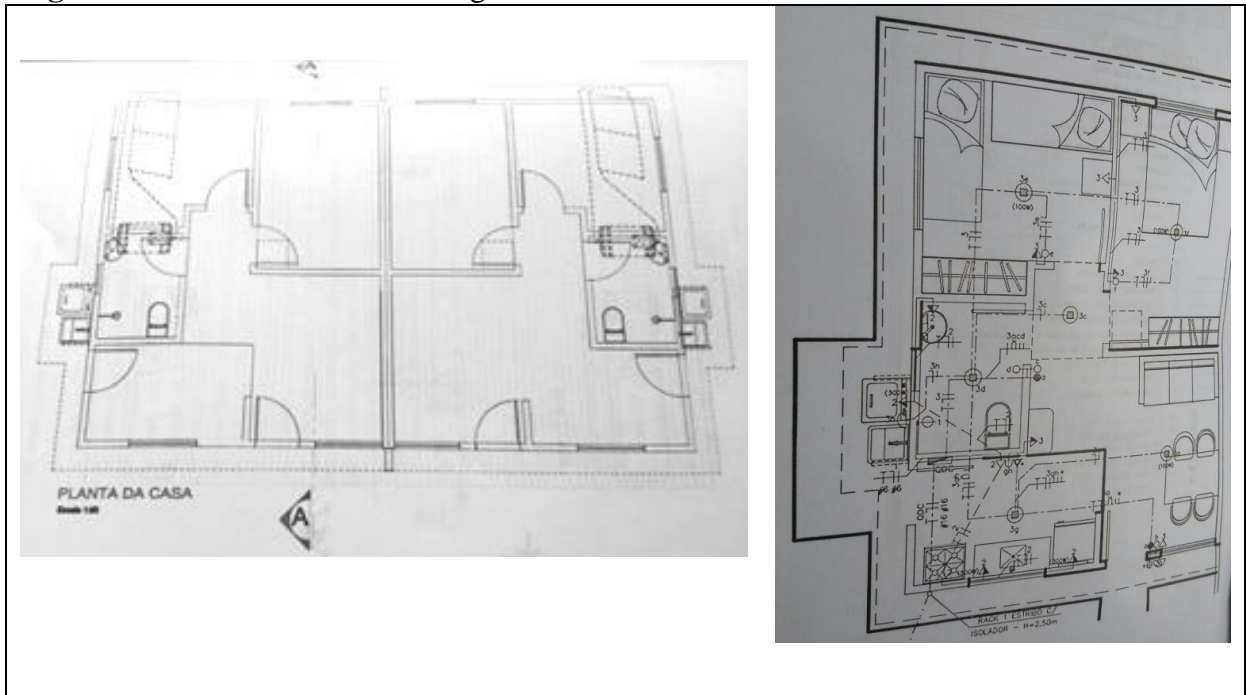


Fonte: Extraído de: Prefeitura Municipal de Montes Claros

Disponível em: http://www.montesclaros.mg.gov.br/agencia_noticias/2013/jul-13/not_12_07_13_0693.php. Acesso em: 16/02/2018

Planejadas para abrigar famílias com quatro moradores, de acordo com a Figura 10, são compostas por dois dormitórios, uma sala, uma cozinha e um banheiro, com piso e azulejos, além de forro em Policloreto de Vinil (PVC). No quintal existe uma área de serviço aberta, com tanque, em pequena cobertura, com piso cimentado. Também, foram entregues com aquecedor solar instalado (BRASIL, 2016).

Figura 10 - Planta baixa das casas geminadas do Residencial Vitória I



Fonte: Foto tirada do contrato de uma família moradora no Residencial Vitória I, em 28/09/2017.

As famílias contempladas foram informadas, no dia da entrega das chaves, que o governo federal, a partir do Cartão Minha Casa Melhor, disponibilizou R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para compra de até 10 produtos para mobiliar as casas. O acesso a esse valor se dava por meio de um cartão de crédito solicitado por uma linha telefônica 0800, ou diretamente em uma agência da Caixa Econômica Federal, podendo ser financiado em até 48 meses, com baixíssimos juros (PEREIRA; VIEIRA, 2013).

Quando foi entregue, no Residencial Vitória I não havia nada além das casas. Para terem acesso a serviços de saúde, escola, demais equipamentos públicos e, a um incipiente comércio, composto basicamente por pequenas mercearias, os moradores buscam a infraestrutura que atende ao bairro mais próximo, o Cidade Industrial, localizado a 1 km de distância. Também se deslocam para os bairros mais próximos, com distância mínima de 6,5 km (Santos Reis), ou para o centro. Mesmo já havendo atualmente poucos pontos comerciais no residencial, essa é ainda a rotina de grande parte dos moradores.

O residencial é atendido por uma linha de transporte público que disponibiliza ônibus em diversos horários, em todos os dias da semana, oferecendo condição de deslocamento para todos os bairros da cidade por meio do sistema de integração. Contudo cabe salientar que a malha viária que o liga ao centro da cidade é composta por avenidas, que mantém intenso fluxo, normalmente lento, devido à grande quantidade de veículos, inclusive

de carga, que se dirigem ao distrito industrial e à saída para a BR-135, que dá acesso a outros municípios. Tal realidade muitas vezes dificulta e compromete a mobilidade dos moradores.

Ressalta-se, também, que durante a entrega das chaves se anunciou que “Um dos projetos que serão feitos em prol dos novos moradores é a construção de duas escolas e uma Unidade Básica de Saúde” (PEREIRA; VIEIRA, 2013). Entretanto houve alteração no projeto para a construção de uma escola, com 4000 m² de área construída e capacidade para atender 1500 alunos. O processo licitatório aconteceu em setembro de 2015 e, no mês de abril de 2016 as obras se iniciaram quando os moradores foram informados que a previsão de entrega seria em abril de 2017 (JORNAL O NORTE, 2016). Durante a realização desse estudo, moradores informaram que a entrega da escola foi adiada para início de 2018. Essa informação foi confirmada a partir de observação *in loco* da placa de obra, que informa término da obra em 06 de março de 2018. Entretanto foi possível perceber um moroso processo de construção, com poucas pessoas trabalhando no local, sugerindo não ser possível finalizar em tempo hábil.

Cabe abrir um parêntese para recente informação, obtida a partir de reportagem transmitida no quadro Calendário, do Jornal MG Inter TV 1ª edição - Grande Minas, em 21/03/2018, quando os moradores se mobilizaram cobrando a conclusão da construção da escola que se encontra paralisada desde novembro de 2017. Dois moradores disseram:

Já foi dois contrato e era pra ser entregue agora dia seis do três de 2018 e nada foi feito. Desde novembro de 2017 tá parada.

Tá muito complicado. Eu acho um desperdício de dinheiro público uma escola ficar parada aqui, ó gente. Dos anos que isso aqui tá parado já era pra tá evoluindo, pra tá funcionando. E hoje tá essa situação feia, crítica.

Em entrevista, o diretor administrativo financeiro da Secretaria Municipal de Educação, informou que a paralisação se deu por falta do aporte financeiro por parte do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que já “colocou” mais de setecentos mil reais, do total de três milhões e quatrocentos e cinco mil, cinquenta e três reais e oitenta e oito, a serem investidos. Segundo ele, devido o fato de a escola se localizar em terreno irregular, o FNDE exigiu a construção de taludes e muros de arrimo, visando garantir a segurança da escola. Somente após a construção desses, que é de responsabilidade do poder

público municipal, o FNDE dará continuidade às obras, a partir de um aporte de um milhão e meio de reais. Finalizou sua entrevista dizendo que a retomada das obras acontecerá em um prazo máximo de 30 dias. Em seguida um dos moradores disse à repórter:

Eu e a comunidade iremos cobrar a posição da prefeitura e fiscalizar a conclusão das obras.

Enquanto essa situação não é solucionada, as crianças continuam se deslocando para outros bairros para terem acesso à Educação.

Ainda é importante informar que, segundo informações do líder comunitário, existe no residencial, desde dezembro de 2015, a Associação de Moradores dos Residenciais Vitória I e II. Ressalta-se a importância de sua existência, uma vez que

A principal função das associações é, sem dúvida, uma função social: constituídas de membros solidários, elas visam à constituição de uma comunidade de interesses baseada na defesa de direitos sociais iguais. Elas visam à criação de formas de inserção social e de responsabilização, assumindo o papel de mediação entre o cidadão e instituições (WAUTIER, 2001, p.11²¹ *apud* POZZER, 2010, p. 32).

O artigo 5º. da CF/1988, prevê a liberdade de associação para fins lícitos, reuniões pacíficas e legitimidade de representar seus associados. Trata-se de um espaço de encontro democrático e participativo que possibilita troca de conhecimentos e ideias, visando alcançar interesses comuns por meio da união das pessoas, que passam a formar um grupo representativo em favor da comunidade. Para tanto, entende-se que deve ser organizada, divulgue e mantenha reuniões regulares e, principalmente, busque estratégias que possibilitem a presença e participação dos moradores, que busquem por melhorias para todos.

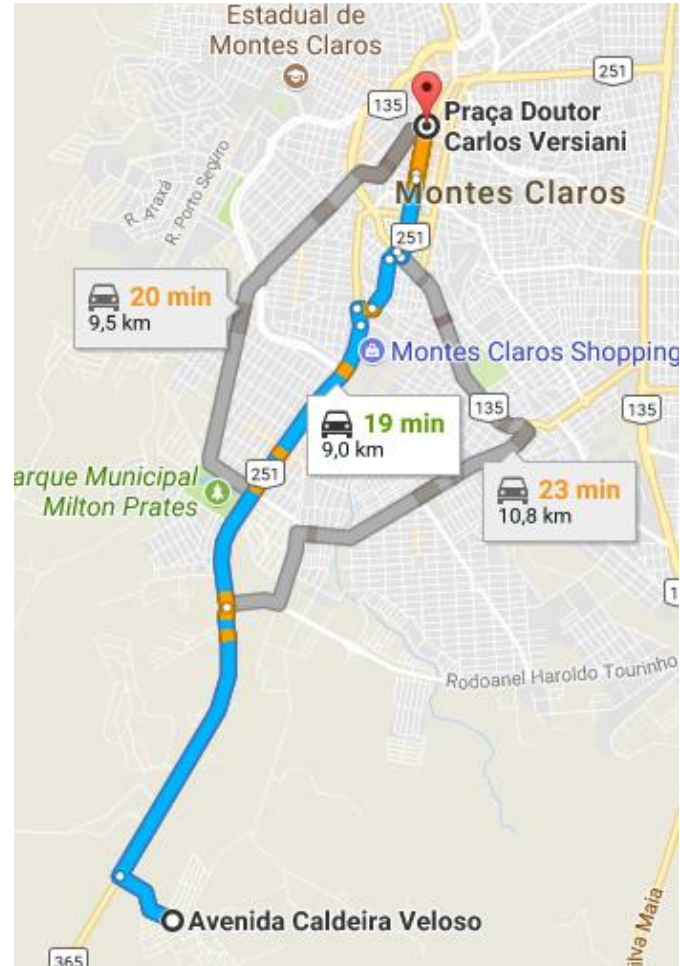
2.3.2 – O Residencial Montes Claros

O Residencial Montes Claros está localizado no bairro São Geraldo II, no extremo sul da cidade de Montes Claros, a 9 km do centro. Também se tomou como referência a menor distância de deslocamento entre a Praça Doutor Carlos Versiani Ataíde,

²¹ WAUTIER. A. M. **A construção identitária e o trabalho nas organizações associativas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001.

por ser o centro comercial da cidade, e a Avenida Caldeira Veloso, por dar acesso direto ao residencial.

Figura 11 - Distância do Residencial Montes Claros ao centro de Montes Claros



Fonte: Extraído de: Google Maps

Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/dir/>.

Acesso em: 29/08/2017.

O residencial é composto por 499 casas, que estão distribuídas em 7 ruas devidamente pavimentadas, com iluminação pública; rede de esgoto; sistema de drenagem de água pluvial.

Figura 12 – Ruas do Residencial Montes Claros

Fonte: Extraído de: Google Maps

Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/place/>.

Acesso em: 29/09/2017.

As casas são geminadas em uma das laterais, e possuem área construída de 44,55m², em lotes com aproximadamente 130 m², sendo maiores que as do Residencial Vitória I, embora os lotes sejam menores. Os moradores as receberam sem muros e com um estreito passeio cimentado que dá acesso da porta de entrada à calçada, sem rampas de acesso à garagem, nem ao portão social, havendo uma rampa somente no final de cada quarteirão. Em frente a cada uma das casas foi plantada uma árvore, com exceção das da Rua C. Há, também, um local para construção da praça sem bancos nem *playground*. É realizada regularmente a coleta de lixo em três dias da semana.

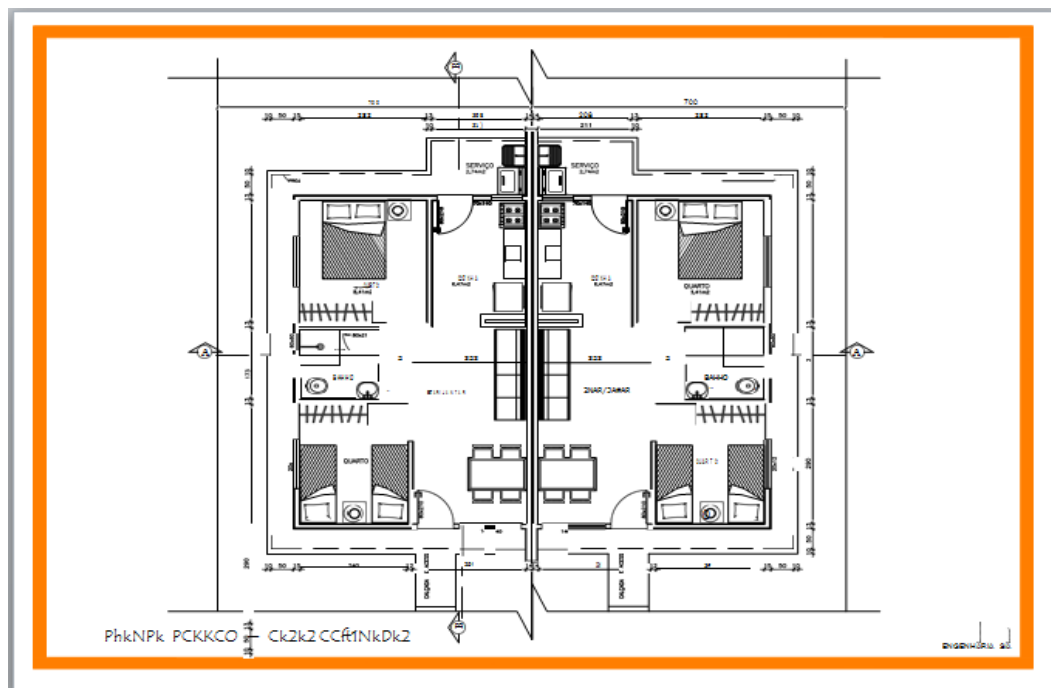
Figura 13 – Casas do Residencial Montes Claros



Fonte: Extraído de: Prefeitura Municipal de Montes Claros
Disponível em: http://www.montesclaros.mg.gov.br/agencia_noticias/2014/jun-14/not_26_06_14_2376.php. Acesso em: 16/02/2108.

Conforme a Figura 14 também foram planejadas para famílias compostas por quatro pessoas, tendo dois dormitórios, sala, cozinha e banheiro, com pisos em cerâmica e azulejo, além de revestimento em PVC no teto. Em sua área externa existe uma área de serviço aberta, com tanque, em pequena cobertura, com piso cimentado. Cada uma das casas foi entregue com aquecedor solar instalado.

Figura 14 - Planta baixa das casas geminadas do Residencial Montes Claros



Fonte: Acervo de Bruna Andrade Ferreira cedido à autora

O residencial foi entregue apenas com as casas. Para terem acesso à escola, aos serviços de saúde e demais equipamentos públicos e precário comércio, composto basicamente por pequenas mercearias, os moradores se utilizam da infraestrutura do bairro São Geraldo II, a aproximadamente 250m de distância. Também se deslocam para outros bairros mais próximos, com distância mínima de 5,5 km (Major Prates), ou para o centro.

Em coletiva de imprensa realizada no dia 03 de março de 2015, o prefeito anunciou melhorias para residenciais do município, dentre eles o Montes Claros. De acordo com Moraes (2015), o residencial,

localizado no bairro São Geraldo II, é composto por 499 casas, o que exime a construtora da responsabilidade de construir escolas, unidades de Saúde e outros equipamentos públicos (eles só são obrigatórios em empreendimentos que possuem pelo menos 500 imóveis). Após a negociação da Prefeitura, ficou decidido que o residencial terá um aditivo de 10%, passando a ter 549 casas. Com isso, será liberada uma verba de R\$ 1,9 milhão, para a construção de uma creche e uma Unidade Básica de Saúde (UBS). A construção destes estabelecimentos poderá ser feita pela própria construtora que fez o residencial ou por alguma outra, que deverá ser contratada pela Prefeitura. [...] Enquanto os novos equipamentos não forem construídos, o município vai utilizar duas casas do residencial para o funcionamento de uma UBS, pagando o Aluguel Social para os moradores residirem, provisoriamente, em outro local (MORAES, 2015).

Pelo fato da entrada do residencial ficar às margens da BR-365, o município proporia a divisão do valor a ser investido com a construtora para a construção de um trevo. Também, o município se comprometeu a duplicar a ponte que comportava apenas um carro por vez (MORAES, 2015).

A ponte foi duplicada, facilitando o tráfego local. Entretanto, até o momento desse estudo a Estratégia de Saúde da Família (ESF), utilizada pelos moradores do residencial é a já existente no Povoado São Geraldo II, e o trevo na BR-395, que daria melhor acesso ao residencial, também não foi construído.

Salienta-se que em setembro de 2016 houve manifestação da população com o objetivo de aumentar a quantidade de vagas na escola existente no bairro, visando atender aos novos moradores do residencial. Reivindicaram, também, a conclusão das obras da Unidade Básica de Saúde. Percebe-se que a população, em ação coletiva, buscou por cumprimento de direitos, por meio de um movimento social.

(...) movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio de solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo (GOHN, 1997, p. 171).

Em resposta, o superintendente de ensino do município “anunciou que serão construídas quatro salas para ampliar a oferta de vagas e que o pedido da criação municipal tem de ser resolvida com a Prefeitura” (ALENCAR, 2016). Também, o líder comunitário explicou que a UBS,

[...] além de atender o São Geraldo II, ainda terá jurisdição sobre 12 comunidades rurais. Serão duas equipes do Saúde da Família, uma especificamente para atender o São Geraldo II e outra para as 11 comunidades rurais. (...) Ele reclamou ainda que na elaboração do novo Plano Diretor, o bairro não foi incluído como centro bairro e isso poderá gerar impactos negativos” (ALENCAR, 2016).

Contudo, durante a realização dessa pesquisa, se constatou que a situação ainda não se encontrava resolvida.

No Residencial Montes Claros atualmente existem alguns pequenos estabelecimentos comerciais construídos pelos próprios moradores, entretanto, pouco atendem às necessidades das famílias. Além disso, uma linha de transporte público oferece ônibus todos os dias da semana, em diversos horários, permitindo deslocamento dos moradores para todos os bairros da cidade por meio do sistema de integração. Salienta-se que, mesmo tendo acesso pela BR-365, a malha viária que o liga ao centro da cidade oferece fluidez satisfatória e rápida, uma vez que é composta por avenidas praticamente sem desvios, com pouca quantidade de veículos de carga, possibilitando boa mobilidade dos moradores.

Enfatiza-se que a população do Residencial Montes Claros é representada pela Associação de Moradores do Povoado São Geraldo II, existente desde 17 de abril de 1986 (ECONODATA, 2016), tendo por objetivo se organizar e buscar melhorias em parceria com a comunidade. Salienta-se, ainda, que as Associações de Moradores podem contar com o apoio da Coordenadoria das Entidades e Associações de Moradores de Montes Claros (CORDAM), que tem a função de prestar serviços para esse setor da sociedade na questão documental e na elaboração de pequenos projetos.

Percebe-se que os dois residenciais apresentam características semelhantes, principalmente no que tange aos aspectos relativos à distância da área central da cidade e à infraestrutura por eles oferecida. Diante dessa conjuntura e, considerando-se o perfil das famílias neles residentes, este estudo teve por objetivo analisar as estratégias utilizadas para o enfrentamento de entraves vivenciados no cotidiano de famílias de baixa renda moradoras em residenciais de Habitação de Interesse Social, do Programa Minha Casa Minha Vida, na área urbana do município de Montes Claros (MG), tomando como estudos de casos os dois residenciais apresentados.

CAPÍTULO 3

ESTRATÉGIAS UTILIZADAS E/OU ADAPTAÇÕES DE FAMÍLIAS DE RESIDENCIAIS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE MONTES CLAROS/MG

Os dois residenciais pesquisados permitiram a efetivação do direito e a concretização do acesso à casa própria. Porém, se localizam nos extremos norte e sul da cidade, distantes da área central, e muitas vezes dos locais de origem das famílias beneficiadas, inclusive dificultando a permanência de vínculos familiares e/ou de amizade. Foram entregues não oferecendo toda infraestrutura necessária, comprometendo o fácil acesso a serviços básicos e a atividades da rotina diárias das famílias, muitas vezes impactando na renda financeira da família devido à constante necessidade de despesas com locomoção.

São compostos por pequenas casas padronizadas que, por nem sempre atenderem às necessidades dos moradores, exigem adequações tanto na área interna quanto externa. Aspectos relativos à infraestrutura física causam insatisfações e, muitas vezes transtornos para os moradores. A proximidade e similaridade das realidades de vida das famílias dos residenciais possibilitam que novos laços de amizade sejam criados. Nos dois residenciais existem Associações de Moradores, compostas por pessoas que os representam, tendo por objetivo conseguir melhorias.

A maior parte das famílias é provida por integrantes com baixo nível de escolaridade, comprometendo a inserção e a permanência tanto no mercado de trabalho formal quanto informal. Além disso, pela não qualificação profissional, muitos realizam atividades consideradas mais simples, normalmente mal remuneradas. Tal realidade contribui para a baixa renda financeira familiar, muitas vezes dificultando e/ou impossibilitando que as parcelas do financiamento sejam pagas com regularidade, podendo gerar insegurança às famílias no que se refere a permanência e posse dos imóveis.

No sentido de enfrentamento desse contexto, e de seus desdobramentos, estratégias utilizadas pelas famílias se encontram identificadas nos próximos itens, que estabelecem análise comparativa entre os residenciais.

3.1 – Entraves e estratégias para acesso a serviços básicos e a atividades de rotina diária das famílias

Pelo fato de as famílias beneficiadas pelo PMCMV estarem em situação de vulnerabilidade social, devido principalmente à baixa renda e, conseqüentemente à pobreza, dificultando o acesso à moradia própria, que não a de interesse social, que tem garantido o subsídio governamental, inicia-se essa análise identificando os tipos de moradias de origem e a necessidade de mudança para os residenciais.

3.1.1 – Tipos de moradias de origem e a necessidade de mudança das famílias para os residenciais

As chaves das casas do Residencial Vitória I foram entregues em 19 de julho de 2013 para famílias de baixa renda oriundas de diversos tipos de moradias, conforme Tabela 6:

Tabela 6 - Tipos de moradias de origem dos moradores do Residencial Vitória I

Tipos de moradias	Alugada	Cedida	Compartilhada	Área de risco	Aux. Aluguel
Quantidade de famílias	12	16	13	6	3
Percentual	24%	32%	26%	12%	6%

Fonte: Elaboração própria

Percebe-se que 24% das famílias são provenientes de moradias alugadas, sendo um aspecto demasiadamente impactante devido à situação de baixa renda delas. Nesse sentido, a rápida mudança para o residencial, além de permitir acesso à casa própria, ainda pode ter colaborado para uma melhor utilização da renda, uma vez que as parcelas são muito menores que os valores pagos em casas alugadas.

As famílias oriundas de moradias cedidas e compartilhadas somam 58% das pesquisadas. Ressalta-se que mesmo não pagando aluguel, fator realmente relevante, essas famílias nem sempre conseguiam viver suas vidas com privacidade, uma vez que dividiam espaço, dentro da mesma casa ou no mesmo quintal. Ainda que não morassem nessa condição, se queixaram de insegurança por morarem em local incerto. Outras também informaram que muitas vezes foram humilhadas por dependerem da casa de outrem.

Já as famílias provenientes de área de risco, correspondendo a 12% das pesquisadas, puderam encontrar no residencial o refúgio, a segurança. Ainda, 6% das famílias, consideradas público prioritário, pois recebiam o benefício de Auxílio Aluguel, proveniente de verba municipal.

Diante dessa conjuntura, para diversas das famílias pesquisadas a mudança para a casa própria foi urgente, relevante e necessária, trazendo segurança, conforto e consequentemente dignidade, como se pode observar nos dados da Tabela 7:

Tabela 7 – Necessidades de mudança das famílias para o Residencial Vitória I

Ano da mudança Mês	2013					2014				2015			
	Jul	Ago	Set	Out	Dez	Fev	Mai	Jul	Set	Dez	Mar	Jun	Out
Quant. de famílias	31	03	1	3	1	2	1	1	2	2	1	1	1
Percentual	62%	6%	2%	6%	2%	4%	2%	2%	4%	4%	2%	2%	2%

Fonte: elaboração própria

Observa-se que das 50 famílias pesquisadas, 31 se mudaram durante o mês de julho/2013, 3 durante o mês de agosto, uma no mês de setembro, 3 no mês de outubro e uma no mês de dezembro. Percebe-se a necessidade de moradia que a maioria, ou seja, 78% das famílias vivenciava, se organizando para ocupar seu espaço, sua casa própria, o mais rápido possível.

Entretanto, o mesmo não ocorreu com os demais 22% das famílias que se mudaram entre os meses de fevereiro de 2014 e outubro de 2015. Essa realidade pode ter ocorrido devido às condições de moradia de onde veio cada uma delas, uma vez que algumas informaram que tiveram que esperar vencer contratos de aluguéis para não pagarem multas rescisórias. Outras disseram que devido à insegurança preferiram primeiro murar o lote para depois se mudarem. Ressalta-se que com receio de terem suas casas invadidas, moradores informaram que se organizaram para que pelo menos um dos integrantes das famílias dormisse nas casas até o momento da mudança.

Em 01/07/2016, foram entregues as chaves das casas do Residencial Montes Claros, também beneficiando famílias provenientes de diferentes tipos de moradia, de acordo com a Tabela 8:

Tabela 8 - Tipos de moradias de origem dos moradores do Residencial Montes Claros

Tipos de moradias	Alugada	Cedida	Compartilhada	Área de risco
Quantidade de famílias	20	16	13	1
Percentual	40%	32%	26%	2%

Fonte: Elaboração própria

Percebe-se que 40% das famílias são provenientes de moradias alugadas, impactando negativamente em suas vidas, devido à baixa renda. Sendo assim, a rápida mudança para o residencial, além de permitir acesso ao sonho da casa própria, também,

devido o fato de pagarem parcelas com valores menores que os aluguéis, pode ter contribuído para uma melhor utilização da renda familiar.

Foram 58% as famílias entrevistadas oriundas de moradias cedidas e compartilhadas, que também informaram que mesmo não pagando aluguel, sentiam falta de privacidade, uma vez que dividiam o mesmo espaço com outra(s) família(s). Ainda salientaram o fator insegurança por não morarem em local próprio.

Já a família proveniente de área de risco registrou que encontrou no residencial o refúgio, a segurança, a salubridade, pois morava próximo ao aterro sanitário do município, podendo comprometer a saúde de todos.

A urgência e necessidade dos beneficiários pesquisados em relação à mudança para suas casas foram as seguintes:

Tabela 9 – Necessidades de mudança das famílias para o Residencial Montes Claros

Mês da mudança	Julho	Agosto	Setembro
Quantidade de famílias	41	8	1
Percentual	82%	16%	2%

Fonte: elaboração própria

A partir dos dados, observa-se que das 50 famílias entrevistadas, 41 se mudaram durante o mês de julho, 8 durante o mês de agosto e, uma no início do mês de setembro de 2016. Percebe-se o quão significativa foi a necessidade, ou a urgência de moradia para a grande maioria das famílias desse residencial, sendo inclusive maior do que as do Residencial Vitória I, pois se organizaram para ocupar seu espaço, sua casa própria, o mais rápido possível.

Diante dessas realidades é possível afirmar que foi positivo o recebimento das chaves das casas, possibilitando maior segurança, estabilidade habitacional e dignidade para a vida de cada uma das famílias beneficiadas, pois deixaram de pagar aluguéis, de morar em locais cedidos, muitas vezes não oferecendo privacidade em suas vidas, ou em áreas de risco. Contudo sair dos bairros de origem, muitas vezes tendo melhor infraestrutura e/ou maior proximidade com a área central da cidade, trouxe impactos na vida das famílias, dificultando acesso a serviços e a atividades da rotina diária, de acordo com as seguintes informações.

3.1.2 – Localização e infraestrutura dos bairros de origem comparadas aos dos residenciais

Tabela 10 – Bairros de origem, dificuldades de acesso a serviços e a atividades da rotina diária, distância do centro e do Residencial Vitória I “(continua)”

Bairro de Origem / Área da cidade*	Quant. Famílias	Dificuldades de acesso a:	Distância do centro*	Distância do residencial*
Alterosa / Sul	2	Serviços bancários. ²²	6,4 km	9,1 km
Alto São João / Central	1	Serviços bancários.	2,2 km	8,4 km
Centro	1	-	0 km	8,3 km
Chiquinho Guimarães / Sul	3	Serviços bancários; Casa Lotérica; lazer ²³ .	5,7 km	14,1 km
Cidade Industrial /Norte	5	Comercio em geral ²⁴ ; Trabalho; Serviços bancários; Casa Lotérica; Correios; lazer.	7,7km	1,0 km
Cintra / Leste	1	Serviços bancários.	2,6 km	10,6 km
Ciro dos Anjos / Sul	4	Serviços bancários.	4,2 km	13,8 km
Eldorado / Noroeste	1	Trabalho; Serviços bancários; casa lotérica; comércio em geral.	5,2 km	4,9 km
Independência / Nordeste	2	Serviços bancários.	7,0 km	11,2 km
Interlagos / Leste	1	Serviços bancários.	5,6 km	10,1 km
Jardim Alvorada / Sul	1	Serviços bancários.	3,8 km	12,7 km
Jardim Palmeiras / Leste	1	Serviços bancários.	3,2 km	11,7 km
Major Prates / Sul	2	Serviços bancários.	4,2 km	12,5 km
Maracanã / Sul	1	Serviços bancários.	5,2 km	14,1 km
Monte Carmelo / Leste	1	Saúde; creche; comércio em geral; serviços bancários; lazer.	4,2 km	11,1 km
Raul Lourenço / Leste	1	Escola; creche; saúde; transporte; trabalho; serviços bancários.	5,3 km	7,7 km
Renascença / Norte	5	Serviços Bancários; Casa Lotérica; lazer.	4,4 km	5,8 km
Santo Amaro / Sul	1	Tudo, menos escola e transporte.	8,4 km	17,7 km
Santo Inácio / Sul	1	Serviços bancários; Casa Lotérica; lazer.	4,8 km	13,3 km
Santa Rafaela / Sul	1	Tudo, menos acesso ao trabalho.	6,6 km	15,7 km
Santos Reis / Oeste	4	Serviços bancários; Casa lotérica.	3,5 km	6,0 km
São Geraldo II / Sul	1	Comércio em geral; Serviços bancários; Casa lotérica.	9,4 km	18,3 Km
Sumaré / Leste	1	Serviços bancários.	3,1 km	12,9 km
Vila Atlântida / Noroeste	1	Serviços bancários; Casa Lotérica.	3,7 km	5,9 km
Vila Castelo Branco / Norte	1	Tudo, menos transporte.	5,5 km	3,8 km
Vila Guilhermina / Central	1	-	1,9 km	10,8 km

²² Por serviços bancários entende-se: acesso a conta corrente, extratos bancários, pagamentos, depósitos, transferências, etc. (Nota nossa)

²³ Por lazer entende-se: tempo e local para distração, recreação, entretenimento, práticas esportivas, socialização, etc. (Nota nossa)

²⁴ Por comércio em geral entende-se: supermercados, farmácias, sacolões, lojas com produtos variados, etc. (Nota nossa)

Tabela 10 – Bairros de origem, dificuldades de acesso a serviços e a atividades da rotina diária, distância do centro e do Residencial Vitória I “(conclusão)”

Bairro de Origem / Área da cidade*	Quant. Famílias	Dificuldades de acesso a:	Distância do centro*	Distância do residencial*
Vila Regina / Central	1	Serviços bancários.	2,2 km	6,6 km
Vila São Francisco de Assis / Oeste	1	Serviços bancários.	3,8 km	6,0 km
Vila Telma / Sul	1	Transporte; comércio em geral; serviços bancários; lazer.	5,5 km	14,0 km
Vila Tiradentes / Sul	1	Serviços bancários; casa lotérica; lazer.	6,8 km	15,8 km
Área rural de outro município	1	Tudo, menos escola e trabalho.	630 km	638 km

Fonte: Elaboração própria

*Dados obtidos a partir do Google Maps.

Ao observar a Tabela 10 é possível perceber que as 50 famílias entrevistadas são provenientes de 30 bairros distintos, com diversas singularidades, principalmente no que tange a infraestrutura e a distância do centro da cidade. Pode-se afirmar que o sorteio das casas permitiu que cadastrados de toda a cidade fossem contemplados, residindo próximo ou não do Residencial Vitória I. Temos como exemplo 13 famílias vindas de bairros localizados na área sul da cidade, estando entre 13,8 e 18,3 km de distância do Residencial Vitória I e, entre 4,2 e 9,4 km do centro. São 11 as famílias oriundas de bairros que se localizam nas áreas leste e norte, estando distantes entre 7,7 e 12,9 km do residencial e, entre 2,6 e 5,3 km do centro da cidade. Cabe informar que mais próximos a esses bairros, outros residenciais de interesse social foram entregues desde 2012.

Também se identifica que as demais 25 famílias residiam em bairros localizados nas áreas central, oeste, noroeste e norte da cidade, com distância entre 1 e 10,8 km do Residencial Vitória I e, entre 0 e 7,7 km do centro da cidade, não tendo havido a construção de outros residenciais de interesse social antes do Vitória I. Salienta-se, ainda, o fato de uma das famílias ser proveniente da área rural de município distante 630 km²⁵ de Montes Claros. Diante desse contexto é possível afirmar que principalmente as 45 famílias vindas de bairros mais distantes, com identidades e particularidades diferentes, inclusive a proveniente de outro município, tiveram que se ajustar a uma nova realidade de vida e de local, podendo inclusive ter sofrido dificuldades de adaptação.

Já em relação às dificuldades de acesso das famílias a serviços e a atividades da rotina diária nos bairros de origem, foi possível perceber o seguinte:

- **Acesso aos serviços de saúde:** foram 4 moradores, provenientes dos bairros Santa Rafaela, Santo Amaro, Vila Castelo Branco e, de outro município, que informaram que não tinham fácil acesso aos serviços de Saúde. Já os 46 demais disseram que tinham facilidade de acesso a esse serviço onde residiam.
- **Acesso ao transporte público:** foram 3 os moradores, oriundos dos bairros Santa Rafaela e Vila Telma e, de outro município, que informaram que onde moravam tinham dificuldade de acesso ao transporte público. Contudo, os 47 moradores restantes informaram que não tinham essa dificuldade antes de se mudarem.

²⁵ Tal situação infringe duas vezes as regras do PMCMV, que exige domicílio mínimo de 5 anos no município. Entretanto os moradores informaram que se mudaram diretamente do local de origem para o residencial. Outra infração é que o imóvel foi vendido, sob 'contrato de gaveta', mesmo sem ter sido quitado pelo antigo proprietário, ou seja, pelo verdadeiro beneficiário do programa. (Nota nossa)

- **Acesso à escola e creche:** 1 dos moradores, proveniente do bairro Monte Carmelo, informou que tinha dificuldade de acesso à escola e creche e, outros 2 vindos do bairro Santo Amaro e da área rural de outro município informaram que tinham difícil acesso à creche. Ao contrário, 47 moradores dos outros bairros informaram que o acesso onde moravam era fácil.
- **Acesso ao trabalho:** foi possível observar que 5 famílias oriundas dos bairros Cidade Industrial, Eldorado, Santo Amaro e Vila Castelo Branco, informaram que onde moravam tinham difícil acesso ao trabalho. Porém, as 45 famílias dos demais bairros informaram que tinham facilidade de acesso.
- **Acesso ao comércio em geral:** os 11 informantes vindos dos bairros Cidade Industrial, Eldorado, Santa Rafaela, Santo Amaro, São Geraldo II, Vila Telma, e da área rural de outro município, informaram que tinham dificuldade de acesso ao comércio em geral. Entretanto, os 39 demais moradores informaram que onde moravam tinham facilidade de acesso.
- **Acesso aos serviços dos Correios:** foram 7 os moradores que informaram dificuldade de acesso aos serviços de Correios quando residiam nos bairros Cidade Industrial, Vila Castelo Branco e na área rural de outro município. Contudo, os 43 demais disseram que tinham fácil acesso a esses serviços onde moravam.
- **Acesso a Casas Lotéricas:** os 23 informantes provindos dos bairros Chiquinho Guimarães, Cidade Industrial, Eldorado, Renascença, Santa Rafaela, Santo Amaro, Santo Inácio, Santos Reis, São Geraldo II, Vila Atlântida, Vila Castelo Branco, Vila Tiradentes e da área rural de outro município, disseram que não existiam Casas Lotéricas onde moravam. Porém, foram 27 moradores que informaram que onde residiam esse acesso era fácil.
- **Acesso ao lazer:** um total de 20 moradores vindos dos bairros Chiquinho Guimarães, Cidade Industrial, Monte Carmelo, Renascença, Santo Amaro, Santo Inácio, Vila Castelo Branco, Vila Telma, Vila Tiradentes e área rural de outro município, informaram que não tinham acesso ao lazer. Todavia, 30 foram os que informaram que onde moravam tinham facilidade de acesso.
- **Acesso a serviços bancários:** foram apenas 2 os entrevistados, oriundos do centro e da Vila Guilhermina, que informaram que onde moravam tinham fácil acesso aos serviços bancários. Entretanto, os 48 informantes restantes disseram não haver acesso a esses serviços onde residiam.

A partir dos dados, percebe-se que a maior dificuldade de acesso nos bairros de origem era em relação aos serviços bancários, às Casas Lotéricas e ao lazer. Salienta-se que a maioria desses entrevistados residia em bairros mais distantes do centro da cidade e/ou com menor infraestrutura. Entretanto, ainda assim, a maior parte dos moradores informou que tinha acesso a Casas Lotéricas, serviços de Correios e comércio em geral, ressaltando-se que morava em bairros mais próximos ao centro e/ou com melhor infraestrutura, uma vez que nem sempre a distância da área central compromete a infraestrutura de um bairro. Por fim, foram poucas as famílias que informaram que tinham difícil acesso ao trabalho, à escola e creche, ao transporte público e aos serviços de saúde. Em relação aos últimos três itens, pode-se perceber a satisfatória cobertura desses serviços na cidade. Já em relação ao trabalho, entrevistados informaram que trabalhavam distante de onde moravam, entretanto é preciso considerar que muitas vezes esse fator nem sempre é controlável.

Diante desse contexto, teve-se a intenção de fazer uma comparação entre a antiga e a atual conjuntura, após a mudança das famílias para o Residencial Vitória I, no que se refere às dificuldades de acesso a serviços e a atividades da rotina diária, e quais estratégias utilizam para acessá-los. Obtivemos as seguintes respostas:

Tabela 11 – Dificuldades de acesso a serviços e a atividades da rotina diária morando no Residencial Vitória I e estratégias utilizadas

“(continua)”

Serviços e atividades da rotina diária	Motivo(s) da(s) dificuldade(s) de acesso	Quantidade de famílias com dificuldade(s) de acesso	Estratégias para acesso ou adaptação
Escola	<ul style="list-style-type: none"> - Escola fica distante; - Faltam vagas, devido grande demanda; - O ônibus escolar do município é muito lotado e desordenado e, às vezes não busca as crianças; - Crianças não se adaptaram à escola devido à má qualidade do ensino. 	49	<ul style="list-style-type: none"> - Filhos utilizam ônibus municipal que os levam para a escola no bairro Cidade Industrial; - Crianças estudam em outros bairros; - Filhos utilizam ônibus escolar do município que os levam para outras escolas em bairros próximos; - Na ausência do ônibus as crianças vão de bicicleta ou a pé (25 a 30 minutos), ou faltam às aulas; - Filhos vão de Van particular para a escola; - Filhos moram com familiares (avós, pais), para estudar.
Creche	<ul style="list-style-type: none"> - Creche fica distante; - Faltam vagas, devido demanda; - Não há atendimento em tempo integral; - O ônibus escolar do município é muito lotado e desordenado e, às vezes não busca as crianças. 	45	<ul style="list-style-type: none"> - Filhos utilizam ônibus municipal que os levam para a escola no bairro Cidade Industrial; - Na ausência do ônibus as crianças vão a pé (25 a 30 minutos), ou faltam às aulas; - Famílias levam as crianças para creches em outros bairros; - Crianças ficam sem estudar por falta de vaga. - Criança morando com avó, próximo de creche com vagas; - Famílias ficam sem alternativa quando não há vagas, uma vez que o ônibus não leva as crianças menores para outras escolas.
Saúde	<ul style="list-style-type: none"> - ESF fica distante; - Atendimento precário devido a excessiva demanda; - Morosidade no agendamento de consultas; - Ausência de profissionais e materiais; 	47	<ul style="list-style-type: none"> - Buscam atendimento em postos de Saúde e/ou hospitais de outros bairros; - Buscam atendimento no bairro de origem; - Aguardam que o posto dê uma solução para o problema ou ficam sem atendimento devido a ausência de condições financeiras para buscar atendimento em outro local; - Buscam atendimento particular (convênio); - Buscam atendimento particular.
Transporte	<ul style="list-style-type: none"> - Atraso no horário das lotações; - Gastam muito tempo devido a distância; - Lotação muito cheia. 	6	<ul style="list-style-type: none"> - Não há o que fazer. É preciso se adaptar à situação.

Tabela 11 – Dificuldades de acesso a serviços e a atividades da rotina diária morando no Residencial Vitória I e estratégias utilizadas
“(conclusão)”

Serviços e atividades da rotina diária	Motivo(s) da(s) dificuldade(s) de acesso	Quantidade de famílias com dificuldade(s) de acesso	Estratégias para acesso ou adaptação
Acesso ao trabalho	- Devido a distância, gastam muito tempo para chegar ao trabalho e/ou têm alto custo para locomoção (lotação, gasolina), comprometendo a renda familiar; - Não existência de clientes no residencial.	45	- Utilizam duas lotações para ter acesso ao trabalho; - Por falta de recursos financeiros, utilizam bicicletas mesmo para longas distâncias; - Tiveram que adaptar horários na rotina diária, sendo dispensados para o acesso ao trabalho; - Abriram mão do trabalho pelo difícil acesso.
Comércio em geral	- Alto custo e escassez da variedade de produtos.	50	- Deslocam para outros bairros e/ou centro da cidade; - Pagam taxas para entrega das compras; - Pedem para vizinhos e/ou familiares trazerem ou utilizam carona; - Trazem quando voltam do trabalho; - Por não terem verba para locomoção, chegam a passar necessidade das coisas.
Serviços bancários	- Ausência de agências ou serviços bancários próximos ao residencial;	50	- Precisam se deslocar para o centro; - Dependem de familiares que utilizam cartões e senhas para saques de salários, pensões, benefícios e, também, pagamentos de contas.
Casa Lotérica	- Ausência de Casa Lotérica próxima ao residencial.	50	- Precisam se deslocar para bairro Edgar Pereira, a 6,4 km, ou para o centro; - Dependem de familiares que utilizam cartões e senhas para saques de salários, pensões, benefícios e, também, pagamentos de contas.
Correios	- Correios não realizam serviços de entregas no residencial.	49	- Deslocam-se para a agência central para receber encomendas e realizar postagens; - Utilizam endereço de familiares para receber encomendas.
Lazer	- Residencial totalmente desprovido de espaços destinados ao lazer.	50	- Ficam sem lazer; - Deslocam-se para outros bairros; - Visitam parentes e amigos.

Fonte: Elaboração própria

A Tabela 11 permite perceber que todos os 50 entrevistados informaram que depois que se mudaram para o residencial têm dificuldades de **acesso aos serviços das Casas Lotéricas**, salientando serem muito necessárias para essa população, uma vez que possibilitam pagamentos de contas e boletos, recebimentos previdenciários e de benefícios sociais, saques e depósitos, recarga de celulares, dentre outros serviços. Ao contrário dessa realidade, foram 23 as famílias que vivenciavam essa situação onde residiam.

Foram também 50 os que informaram dificuldades de **acesso ao comércio em geral**, pois além de poucos pontos comerciais existentes, que não oferecem variedade de produtos, o preço das mercadorias é elevado, sendo incompatível com a realidade financeira dessa população. Entretanto, 11 foram os entrevistados que informaram também ter vivenciado essa dificuldade onde moravam.

Ainda, a dificuldade de **acesso ao lazer** foi mencionada pelos 50 informantes, ressaltando-se que por meio do lazer podemos preservar a saúde, contribuindo para o bem estar de todos, uma vez que permite socialização, entretenimento, diversão e descontração. Em relação ao lazer, foram 20 os moradores que informaram ter vivenciado essa dificuldade no local onde viviam.

Foram 49 as que informaram que desde a mudança para o residencial, enfrentam dificuldades referentes ao **acesso à escola** e 45 em relação à **creche**. Ressalta-se ser a educação direito de todos e, por meio dela se pode minimizar a pobreza, formando cidadãos informados e mais preparados para o mercado de trabalho. Porém foram 3 os que também viveram essa conjuntura onde moravam.

A dificuldade de **acesso aos serviços de Correios** foi mencionada por 49 dos informantes, sendo que um deles disse não os utilizar. Tal situação pode trazer desconforto para a família, uma vez que precisam se deslocar de suas casas para postar e/ou receber mercadorias e correspondências. Todavia, foram 7 os que informaram a mesma dificuldade de acesso onde moravam.

Foi mencionada por 48 entrevistados a dificuldade de **acesso a serviços bancários** desde a mudança para o residencial, sendo que os outros 2 informaram que não os utilizam. Entende-se serem serviços muito importantes, possibilitando controle financeiro da família por meio de movimentos em contas correntes, pagamentos e recebimentos, aplicações em caderneta de poupança, etc. Também, foram 48 os que informaram ter vivenciado essa dificuldade de acesso a esses serviços no lugar onde moravam.

O **acesso aos serviços de saúde** foi citado como de difícil acesso para 47 dos moradores desse residencial. Salienta-se serem de direito universal, considerados básicos, fundamentais e indispensáveis, posto que visam qualidade de vida física e psicológica para todos. Entretanto, apenas 4 dos entrevistados informaram ter vivenciado essa situação onde moravam.

Foram 45 os informantes que mencionaram que depois da mudança para o residencial, têm dificuldades de **acesso ao trabalho**. Partindo-se do princípio de que é a partir do trabalho que se sobrevive, sendo essencial para a vida de qualquer família, o difícil acesso pode trazer muitos impactos negativos, tais como desconforto e insegurança. Ao contrário dessa situação, foram 5 os que informaram ter convivido com essa realidade no local onde viviam.

A dificuldade em relação ao **acesso aos serviços de transporte** foi citada por 6 moradores, ressaltando-se serem necessários para a locomoção dessa população, residente em local considerado distante da área central da cidade. Entretanto, foram 3 os entrevistados que informaram ter vivenciado essa dificuldade de acesso no lugar onde moravam.

Tal contexto nos permite afirmar que, depois da mudança para o Residencial Vitória I, exceto em relação aos serviços bancários, para o qual não houve alteração, para todos os demais aspectos pesquisados, as famílias têm vivenciado maior dificuldade de acesso do que quando moravam nos bairros de origem.

Para as famílias pesquisadas no Residencial Montes Claros, foram registradas as seguintes informações em relação às dificuldades de acesso a serviços e a atividades e rotinas diárias vivenciadas nos bairros de origem:

Tabela 12 – Bairro de origem, dificuldades de acessos a serviços e a atividades da rotina diária, distância do centro e do Residencial Montes Claros “(continua)”

Bairro de Origem / Área da cidade*	Quant. Famílias	Dificuldades de acesso a:	Distância do centro*	Distância do Residencial*
Alice Maia / Nordeste	1	Serviços bancários.	3,2 km	13,5 km
Alterosa / Sul	1	Trabalho, serviços bancários, lazer.	6,4 km	9,1 km
Alterosa II / Sul	1	Serviços bancários.	7 km	8,4 km
Chiquinho Guimarães / Sul	2	Serviços bancários.	5,7 km	5,2 km
Ciro dos Anjos / Sul	1	Tudo, menos transporte.	4,2 km	4,2 km
Clarice Ataíde / Nordeste	1	Comércio em geral, serviços bancários, casa lotérica, Correios e lazer.	8,4 km	20,7 km
Comunidade Palmital / Sul	1	Tudo, menos ao trabalho.	10 km	1 km
Conj. Joaquim Costa / Sul	2	Serviços bancários, Casa Lotérica e lazer.	3,6 km	7,5 km
Conj. José Correia Machado / Sul	1	Trabalho, comércio em geral, Correios, serviços bancários, Casa Lotérica e lazer.	6,1 km	7 km
Delfino Magalhães / Leste	1	Serviços bancários.	4,5 km	13,1 km
Doutor João Alves / Sul	1	Serviços bancários.	4,1 km	8,8 km
Edgar Pereira / Central	1	Serviços de Saúde, creche, serviços bancários e lazer.	3,4 km	13,4 km
Eldorado / Oeste	1	Serviços bancários, Correios, Casa Lotérica e lazer.	5,2 km	14,3 km
Independência / Nordeste	2	Serviços bancários e lazer.	7 km	17,3 km
Major Prates / Sul	2	-	4,2 km	5,9 km
Maracanã / Sul	2	-	5,2 km	7,6 km
Monte Sião / Nordeste	1	Tudo, menos transporte.	9,3 km	19 km
Morrinhos / Central	2	-	1,9 km	8,7 km
Nossa Senhora das Graças / Sul	3	Serviços bancários, comércio em geral e lazer.	5,5 km	8,5 km
Santa Lúcia / Leste	2	Correios e lazer.	3,5 km	14 km
Santa Rita I / Central	2	Serviços bancários, Casa Lotérica e lazer.	2 km	10 km
Santo Antônio II / Sul	1	Serviços bancários, Casa Lotérica e lazer.	4,9 km	13 km
Santo Inácio / Sul	2	Serviços bancários e lazer.	4,8 km	9,5 km
Santos Reis / Oeste	1	Serviços bancários.	3,5 km	13,1 km
São Geraldo II / Sul	4	Serviços bancários, Casa Lotérica e comércio em geral.	9,4 km	0 Km
São José / Central	1	-	1 km	10,6 km
São Judas Tadeu / Sul	1	Escola, creche, acesso ao trabalho, serviços bancários.	3,8 km	7,7 km
Vera Cruz / Leste	1	Serviços bancários e lazer.	3,1 km	12,9 km
Vila Campos / Sul	1	Serviços bancários e lazer.	4,8 km	7,7 km

Tabela 12 – Bairro de origem, dificuldades de acessos a serviços e a atividades da rotina diária, distância do centro e do Residencial Montes Claros “(conclusão)”

Bairro de Origem / Área da cidade*	Quant. Famílias	Dificuldades de acesso a:	Distância do centro*	Distância do Residencial*
Vila Itatiaia / Sul	1	Serviços bancários, Correios, comércio em geral e lazer.	6,7 km	7,4 km
Vila Oliveira / Oeste	1	Trabalho, serviços bancários, Correios e Casa Lotérica.	3,8 km	12,2 km
Vila Regina / Central	1	-	2,5 km	11,8 km
Vila Sion / Sul	1	Serviços bancários, Casa Lotérica, Correios e lazer.	6,5 km	11,1 km
Vila Tiradentes / Sul	2	Serviços bancários e Correios	6,6 km	8,7 km
Village do Lago / Nordeste	1	Serviços bancários, Casa Lotérica, lazer, Correios e comércio em geral.	6,9 km	19,1 km

Fonte: Elaboração própria

*Dados obtidos a partir do Google Maps.

A partir dos dados da Tabela 12 é possível perceber que as 50 famílias entrevistadas são oriundas de 34 bairros distintos, com diversas singularidades principalmente no que se refere à infraestrutura e à distância do centro da cidade. Também, percebe-se que o sorteio das casas permitiu que cadastrados de toda cidade fossem contemplados, residindo anteriormente em bairros próximos ou não do Residencial Montes Claros. Temos como exemplo 9 famílias vindas de bairros localizados nas áreas leste e nordeste da cidade, estando entre 13,5 e 20,7 km de distância do Residencial Montes Claros e, entre 3,1 e 9,3 km do centro. São 3 as famílias oriundas de bairros que se localizam nas áreas oeste e noroeste, estando distantes entre 13 e 19,1 km do residencial e, entre 3,4 e 6,1 km do centro da cidade. Cabe informar que em alguns desses bairros, ou próximos a eles, outros residenciais de interesse social já foram entregues desde 2012.

Também se identifica que as demais 38 famílias residiam em bairros localizados nas áreas central, oeste, sul e sudeste da cidade, com distância entre 0 km, sendo esse o bairro São Geraldo II, onde está o Residencial Montes Claros, e 13,5 km e, entre 1 e 10 km do centro da cidade. Ressalta-se que se localizam onde não houve a construção de outros residenciais de interesse social.

Pode-se afirmar que, principalmente as famílias vindas de bairros mais distantes, com identidades e particularidades diferentes, tiveram que se adequar a uma nova realidade de vida e de local, podendo inclusive ter sofrido dificuldades de adaptação.

Já em relação às dificuldades de acesso a serviços e a atividades da rotina diária nos bairros de origem, percebeu-se o seguinte:

- **Acesso aos serviços de saúde:** apenas 1 morador, proveniente do bairro Edgar Pereira informou que não tinha fácil acesso aos serviços de Saúde. Já os 49 demais disseram que tinham facilidade de acesso a esses serviços nos bairros onde residiam.
- **Acesso ao transporte público:** apenas 1 morador informou que onde vivia tinha dificuldade de acesso ao transporte público. Salientou que morava na Comunidade Palmital próxima ao já desativado aterro sanitário municipal, em área de risco, local considerado área rural. Contudo, os 49 moradores restantes informaram que não tinham essa dificuldade de acesso onde moravam.
- **Acesso à escola e creche:** foram 4 os moradores, provenientes dos bairros Ciro dos Anjos, Comunidade Palmital, Monte Sião e São Judas Tadeu, que informaram que tinham difícil acesso à escola e creche. Ao contrário, 46 moradores dos outros bairros informaram que o acesso era fácil.

- **Acesso ao trabalho:** foi possível observar que 6 famílias oriundas dos bairros Alterosa, Ciro dos Anjos, Conjunto José Correia Machado, Monte Sião, São Judas Tadeu e Vila Oliveira, informaram que onde moravam tinham difícil acesso ao trabalho. Porém, as 44 famílias dos demais bairros informaram que tinham facilidade de acesso.
- **Acesso ao comércio em geral:** os 12 informantes vindos dos bairros Clarice Ataíde, Ciro dos Anjos, Conjunto José Correia Machado, Comunidade Palmital, Monte Sião, Nossa Senhora das Graças, São Geraldo II, Vila Itatiaia e Village do Lago, informaram que tinham dificuldade de acesso ao comércio em geral. Entretanto, os 38 demais moradores informaram que onde moravam tinham facilidade de acesso.
- **Acesso aos serviços dos Correios:** foram 13 os moradores que informaram dificuldade de acesso aos serviços de Correios quando residiam nos bairros Ciro dos Anjos, Clarice Ataíde, Comunidade Palmital, Conjunto José Correia Machado, Eldorado, Monte Sião, Santa Lúcia, Vila Itatiaia, Vila Oliveira, Vila Sion, Vila Tiradentes e Village do Lago. Contudo, os 37 demais disseram que tinham fácil acesso a esses serviços onde moravam.
- **Acesso a Casas Lotéricas:** os 14 informantes provindos dos bairros Ciro dos Anjos, Clarice Ataíde, Comunidade Palmital, Conjunto Joaquim Costa, Conjunto José Correia Machado, Eldorado, Monte Sião, Santa Rita I, Santo Antônio II, São Geraldo II, Vila Oliveira, Vila Sion, Village do Lago, disseram que não existiam Casas Lotéricas onde moravam. Porém, foram 36 moradores que informaram que onde residiam esse acesso era fácil.
- **Acesso ao lazer:** um total de 26 moradores vindos dos bairros Alterosa, Clarice Ataíde, Comunidade Palmital, Conjunto Joaquim Costa, Conjunto José Correia Machado, Edgar Pereira, Eldorado, Independência e Monte Sião, Nossa Senhora das Graças, Santa Lúcia, Santa Rita I, Santo Antônio II, Santo Inácio, Vera Cruz, Vila Campus, Vila Itatiaia, Village do Lago e Vila Sion, informaram que não tinham acesso ao lazer. Todavia, 24 foram os que informaram que onde moravam tinham facilidade de acesso.
- **Acesso a serviços bancários:** foram 12 os entrevistados, oriundos dos bairros Major Prates, Maracanã, Morrinhos, Santa Lúcia, São José e Vila Regina, que informaram que onde moravam tinham fácil acesso aos serviços bancários. Entretanto, os 38 informantes restantes disseram não haver acesso a esses serviços onde residiam.

Os dados mostram que a maior dificuldade de acesso é em relação aos serviços bancários e ao lazer. Salienta-se que a maioria desses entrevistados residia em bairros mais distantes do centro da cidade e/ou com menor infraestrutura. Entretanto, a maioria dos moradores informou ter acesso às Casas Lotéricas, serviços de Correios e comércio em geral, ressaltando-se que morava em bairros mais próximos ao centro e/ou que tinham melhor infraestrutura. Por fim, foram poucas as famílias que informaram que onde moravam tinham difícil acesso ao trabalho, à escola e creche, ao transporte público e aos serviços de saúde.

Após se mudarem para o Residencial Montes Claros, as famílias entrevistadas informaram quais são as dificuldades de acesso aos serviços e as atividades da rotina diária e quais as estratégias utilizam para acessá-los, permitindo fazer uma comparação com os bairros de origem, de acordo com a Tabela 13:

Tabela 13 – Dificuldade de acesso a serviços e a atividades da rotina diária morando no Residencial Montes Claros e estratégias utilizadas
“(continua)”

Serviços e atividades da rotina diária	Motivo(s) da(s) dificuldade(s) de acesso	Quantidade de famílias com dificuldade(s) de acesso	Estratégia para acesso ou adaptação
Escola	- Insatisfatória qualidade do ensino; - Ausência de vagas devido a demanda.	5	- Filhos estudam em bairros distantes, utilizando ônibus municipal que os levam para as escolas; - Filho estuda em outro bairro próximo ao trabalho do pai.
Creche	- Ausência de vagas devido a demanda.	3	- Criança morando com avó, próximo de creche com vagas; - Filhos sem estudar por falta de vaga.
Saúde	- Atendimento precário devido a excessiva demanda; - Morosidade no agendamento de consultas; - Ausência de profissionais e materiais.	33	- Buscam atendimento em postos de Saúde e/ou hospitais de outros bairros; - Buscam atendimento no bairro de origem; - Aguardam que o posto dê uma solução para o problema ou ficam sem atendimento devido a ausência de condições financeiras para buscar atendimento em outro local; - Buscam atendimento particular (convênio); - Buscam atendimento particular.
Transporte	- Atraso no horário das lotações; - Lotação muito cheia.	5	- Não há o que fazer. É preciso se adaptar à situação.
Acesso ao trabalho	- Devido a distância, gastam muito tempo para chegar ao trabalho e/ou têm alto custo para locomoção (lotação, gasolina), comprometendo a renda familiar; - Não existência de clientes no residencial.	30	- Utilizam duas lotações para ter acesso ao trabalho; - Por falta de recursos financeiros, utilizam bicicletas mesmo para longas distâncias; - Tiveram que adaptar horários na rotina diária, sendo dispensados para o acesso ao trabalho; - Abriram mão do trabalho pelo difícil acesso.
Comércio em geral	- Alto custo e escassez da variedade de produtos.	50	- Deslocam para outros bairros e/ou centro da cidade; - Pagam taxas para entrega das compras; - Pedem para vizinhos e/ou familiares trazerem ou utilizam carona; - Trazem quando voltam do trabalho; - Por não terem verba para locomoção, chegam a passar necessidade das coisas.

Tabela 13 – Dificuldade de acesso a serviços e a atividades da rotina diária morando no Residencial Montes Claros e estratégias utilizadas “(conclusão)”

Serviços e atividades da rotina diária	Motivo(s) da(s) dificuldade(s) de acesso	Quantidade de famílias com dificuldade(s) de acesso	Estratégia para acesso ou adaptação
Serviços bancários	- Ausência de agências ou serviços bancários próximos ao residencial.	48	- Precisam se deslocar para bairro mais próximo (Major Prates, a 5,9 km), shopping, ou centro; - Dependem de familiares que utilizam cartões e senhas para saques de salários, pensões, benefícios e, também, pagamentos de contas.
Casa Lotérica	- Ausência de Casa Lotérica próxima ao residencial.	50	- Precisam se deslocar para bairro mais próximo (Major Prates, a 5,9 km), shopping, ou centro; - Dependem de familiares que utilizam cartões e senhas para saques de salários, pensões, benefícios e, também, pagamentos de contas.
Correios	- Correios não realizam serviços de entregas no residencial.	39	- Deslocam-se para a agência central para receber encomendas e postagens; - Utilizam endereço de familiares para receber encomendas; - Utilizam serviços da agência São Geraldo II, somente para postagens.
Lazer	- Residencial totalmente desprovido de espaços destinados ao lazer.	50	- Ficam sem lazer; - Deslocam-se para o Parque Municipal, shopping, outros bairros; - Visitam amigos; - Utilizam Praça do bairro São Geraldo II.

Fonte: Elaboração própria

Os dados mostram que todos os 50 entrevistados informaram que depois de se mudarem para o residencial, têm dificuldades de **acesso aos serviços das Casas Lotéricas**. Ao contrário dessa realidade, foram 14 as famílias que vivenciavam essa situação onde residiam.

Foram 50 os que informaram dificuldades de **acesso ao comércio em geral**. Entretanto, 12 foram os entrevistados que informaram ter vivenciado essa dificuldade onde moravam.

A dificuldade de **acesso ao lazer** também foi informada pelos 50 entrevistados. Porém, foram 26 os moradores que informaram também vivenciar essa dificuldade no bairro de origem.

Foi mencionada por 48 entrevistados a dificuldade de **acesso a serviços bancários** desde a mudança para o residencial, sendo que os outros 2 informaram que não os utilizam. Contudo, foram 38 os que informaram também existir dificuldade de acesso a esses serviços no lugar onde moravam.

A dificuldade de **acesso aos serviços de Correios** foi mencionada por 39 dos informantes, sendo que os demais disseram não os utilizar. Todavia, foram 13 os que informaram a mesma dificuldade onde moravam.

O **acesso aos serviços de saúde** foi citado como de difícil acesso para 33 dos moradores desse residencial. Contudo apenas 1 dos entrevistados informou ter vivenciado essa situação onde morava.

Foram 30 os informantes que mencionaram ter dificuldades de **acesso ao trabalho** após a mudança para o residencial. Ao contrário dessa situação, foram 6 os que informaram conviver com essa realidade no local onde viviam.

Foram 8 as que informaram dificuldades referentes ao **acesso à escola e creche** desde quando estão no residencial. Porém foram 4 os que disseram que também viveram essa conjuntura onde moravam.

A dificuldade em relação ao **acesso aos serviços de transporte** foi citada por 5 moradores. Entretanto, apenas 1 entrevistado informou ter vivenciado essa dificuldade de acesso no lugar onde morava.

Diante desses dados percebe-se que a mudança para o Residencial Montes Claros, mesmo tendo garantido um bem essencial para o ser humano, que é uma casa para morar, provocou dificuldades de acesso em todos os aspectos, impactando de forma negativa

inclusive em relação a serviços considerados essenciais para todos, como os da saúde e da educação.

Os dados também possibilitam perceber que nos dois residenciais as famílias se utilizam de semelhantes estratégias e/ou adaptações em relação às dificuldades vivenciadas no cotidiano. No que se refere ao acesso à escola e a creches, parte-se de percorrer longas distâncias a pé, chegando-se ao ponto de filhos morarem com parentes para continuarem os estudos e, até mesmo, não estudarem por ausência de vagas. Outras famílias, por precisarem trabalhar e por não terem como levar e buscar os filhos na escola, pagam por serviços de vans, comprometendo a renda familiar.

Em relação ao acesso à saúde, famílias têm buscado atendimento em outros bairros ou nos de origem. Outras, pela ausência de condições financeiras se submetem à precariedade de atendimento no lugar mais próximo, aguardando meses por um atendimento e/ou exame. Por fim, chegam a buscar atendimento particular, com impactos na renda da família que já é baixa.

No aspecto acesso ao trabalho, devido ao fator distância, famílias tiveram que se adequar com relação ao tempo dispensado para a ida e volta, tanto utilizando transporte público quanto particular. Salienta-se quanto ao aumento dos custos quando o transporte é motorizado. Em situação extrema, chegaram a abandonar o trabalho devido ao difícil acesso, ou por não terem condições de pagar a passagem das lotações.

Para terem acesso ao comércio em geral, famílias além de se deslocarem para bairros mais próximos e/ou para o centro, dependendo muitas vezes de carona pelo fato de não terem condições de arcar com custos de transporte, ainda pagam taxas de transporte para receber as compras em casa. Houve, inclusive, casos de famílias que informaram já terem passado necessidades por não terem dinheiro para se deslocarem para realizar suas compras.

Em relação aos serviços de Casas Lotéricas e bancos, as famílias só conseguem acesso em bairros mais próximos ou no centro. Outras, devido à idade ou deficiência, dependem de familiares e/ou amigos, inclusive entregando cartões e informando senhas, para terem acesso a salários e realizar pagamentos de contas.

Para recebimento de encomendas, via Correios, as famílias se deslocam para agências no centro da cidade, ou fornecem endereços de familiares ou amigos. Para postagens, moradores do Residencial Vitória I também dependem das agências na área central da cidade. Já no bairro São Geraldo II as postagens podem ser feitas na pequena agência existente.

Diversas foram as famílias que informaram que para terem acesso ao lazer se deslocam para outros bairros, casas de parentes e/ou amigos. Entretanto, significativa parcela, principalmente as em condições menos favorecidas, informaram não terem lazer.

Por fim, as famílias que se queixaram do acesso ao transporte informaram ser preciso se adaptar, uma vez que, segundo opinião delas, não há o que fazer.

Diante dessa conjuntura, pode-se afirmar que a mudança para os residenciais tem exigido dessas famílias, que pela situação de baixa renda financeira já podem ter vivenciado tantas ausências e limitações, diferentes estratégias de enfrentamento e/ou de adaptação muitas vezes capazes de gerar negativos impactos físicos e/ou psicológicos e financeiros. Muitas se veem obrigadas a conviver com essa situação por nem sempre terem outras opções, alternativas, uma vez que foram nesses locais distantes que realizaram o sonho do acesso à casa própria.

Considerando-se principalmente o fator distância, o impacto financeiro na renda e, também, o tempo dispensado, as famílias pesquisadas informaram os meios de transporte utilizados como estratégias para locomoção.

3.1.3 – Estratégias de locomoção das famílias

Tabela 14 – Meio(s) de transporte utilizado(s) por famílias do Residencial Vitória I

Meio de transporte	Lotação	Automóvel próprio	Motocicleta Própria	Bicicleta	A pé	Outro
Quantidade de famílias	50	13	11	19	14	Uber = 2 Moto taxi = 4 Van = 2 TOTAL = 8
Percentual	100%	26%	22%	38%	28%	16%

Fonte: Elaboração própria

Os dados mostram que nas 50 famílias pesquisadas há integrante(s) que utiliza(m) lotação. Em 21 delas são as mulheres quem utilizam, dentre elas uma cadeirante. Em duas são os homens. Em 08 são as mulheres e filhos. Em 19 é toda a família. E em uma é o filho.

Foram 13 as famílias que informaram possuir e utilizar automóvel próprio. Em 7 delas esse transporte é utilizado pelo homem, tendo por finalidade o trabalho. Em uma é utilizado pela mulher. Nas 5 demais pela família, normalmente aos finais de semana. Inclusive, uma das famílias informou que só utiliza quando tem condições financeiras para abastecer o automóvel.

São 11 as famílias que utilizam motocicletas como meio de transporte. Em 7 delas para o trabalho do homem. Em 3, pelo casal e, em uma pelo filho, também com finalidade de acesso ao trabalho.

São 19 famílias que utilizam a bicicleta, sendo que em 10 são utilizadas pelo homem; em uma pela mulher; e, em duas, pelo casal, todas com a finalidade de acesso ao trabalho. Em outras 4 famílias é utilizada por filhos e, em mais duas, por todos.

Salienta-se que 6 famílias declararam possuir automóvel e motocicleta próprios, porém 5 delas disseram utilizar a motocicleta para acesso ao trabalho diário do homem e o automóvel somente para as necessidades da família tais como: compras e passeios aos finais de semana. Já na outra o casal é aposentado e utiliza os dois meios de transporte.

Foram 14 as famílias que informaram se locomover a pé, sendo que em 12 delas as mulheres levam e buscam os filhos na escola, uma vez que consideraram não ser longa a distância. Em outra o marido se desloca para o trabalho e em outra todos se locomovem a pé devido à precária condição de renda.

Finalmente, no que se refere aos demais meios de transporte, duas delas informaram que os filhos utilizam van para irem para a escola. Outras duas informaram que quando todos saem juntos, fica mais barato utilizar *Uber*. Já, 04 informaram utilizar moto taxi com certa frequência, por ser um meio de transporte rápido, entretanto alegaram ser oneroso.

Das 50 famílias entrevistadas no Residencial Vitória I, 38 informaram que o(s) meio(s) de transporte utilizado(s) atende(m) às necessidades das famílias. Entretanto, as outras 12 responderam negativamente, sendo que 10 delas disseram que pagam taxas para entrega das feiras, pois nem sempre conseguem levar na lotação. Um delas também justificou assim:

Nem sempre tenho dinheiro pra lotação. Dependo de muitos favores.

Já no Residencial Montes Claros, obtivemos as seguintes informações em relação aos meios de transporte por elas utilizados:

Tabela 15 – Meio(s) de transporte utilizado(s) por famílias do Residencial Montes Claros

Meio de transporte	Lotação	Automóvel próprio	Motocicleta Própria	Bicicleta	A pé	Outro
Quantidade de famílias	46	10	10	10	10	Uber = 2 Moto taxi = 5 Van = 1 Cadeira roda elétrica = 1 Carona = 1 Moto emprestada = 1 TOTAL = 12
Percentual	92%	20%	20%	20%	20%	22%

Fonte: Elaboração própria

Observa-se que 46 das famílias utilizam lotação. Em 18 delas são as mulheres quem utilizam. Em 12 são as mulheres e filhos. Em 14 é a família. E, em duas são os filhos.

Foram 10 as famílias que informaram possuir e utilizar automóvel próprio. Em 5 delas esse transporte é utilizado pelo homem, tendo por finalidade o trabalho, e nas demais também pela família, normalmente aos finais de semana. Uma das famílias informou que o marido utiliza bicicleta para ter acesso ao trabalho, deixando o automóvel na garagem visando economizar combustível.

São 10 as famílias nas quais a motocicleta é utilizada para o trabalho do homem. São 10 as que utilizam a bicicleta, com a mesma finalidade.

Cabe salientar que uma das famílias declarou possuir automóvel e motocicleta próprios, porém utilizam a motocicleta como acesso ao trabalho diário do homem e o automóvel somente para as necessidades da família tais como: compras e passeios nos finais de semana. A mulher ainda informou que utiliza lotação durante a semana, como estratégia para economizar.

Foram 10 as famílias que disseram se locomover a pé, sendo que 8 delas levam e buscam os filhos na escola, devido à pouca distância. Outras duas realizam visitas a familiares, pois uns moram perto e outros a mais ou menos 1 hora de caminhada.

Finalmente, no que se refere aos demais meios de transporte, uma pessoa informou que constantemente utiliza carona do vizinho, pois dificilmente tem recursos para pagar a lotação. Outra informou somente se locomover com sua cadeira de rodas elétrica e, que pouquíssimas vezes saiu do residencial. Já outra pessoa também com deficiência informou utilizar van para se locomover para outros bairros. Três famílias informaram que quando toda a família sai, fica mais barato utilizar *Uber*. Foram 5 as que informaram utilizar moto taxi com certa frequência, por ser um meio de transporte rápido, entretanto alegaram ser

oneroso. Também, um dos entrevistados informou estar utilizando a motocicleta emprestada pelo irmão, até conseguir comprar a dele.

Das 50 famílias entrevistadas no Residencial Montes Claros, 37 informaram que o(s) meio(s) de transporte por elas utilizado(s) atendem às suas demandas diárias, salientando que uma pessoa cadeirante informou já ter vivenciado algumas dificuldades. Entretanto, 13 responderam negativamente, ressaltando-se as seguintes justificativas:

Não atende em tudo. Tem que pagar taxa de transporte para entregar a feira.

Lotação é muito caro. Fica puxado pra nós.

São poucas lotações no final de semana.

Tenho que pegar duas lotações para escola. Fica muito caro e é muito tempo.

Trabalho muito distante. Melhor isso do que nada. (Obs. Morador vai de bicicleta para o trabalho.)

Lotação sempre atrasa.

Pode-se afirmar que nos dois residenciais são várias as estratégias e os meios de transporte utilizados pelas famílias no sentido de se locomoverem e enfrentarem as demandas do cotidiano. Entretanto, essas informações possibilitam perceber as dificuldades diárias vivenciadas por essa população, principalmente as que dependem do transporte público. Famílias muitas vezes têm que se submeter a pagar taxas de entrega das compras, além de arcar com o valor das passagens, impactando diretamente na já baixa renda financeira da família. Ainda, devido à distância a ser percorrida, tiveram que se adaptar a sair mais cedo e chegar mais tarde em casa. Enfatiza-se que pais de família chegam a gastar mais de uma hora nas lotações ou pedalando para terem acesso ao trabalho, e deste para sua casa ao final do dia, podendo causar além do desgaste físico e/ou psicológico, menor tempo de contato com suas famílias.

Outro aspecto que pode ser comprometido devido ao aspecto distância, e consequentemente, muitas vezes a dificuldade de locomoção, se refere à preservação dos laços de convivência dessas famílias com demais familiares e/ou amigos do bairro de origem. Diante dessa realidade se teve a intenção de identificar as estratégias utilizadas pelas famílias.

3.1.4 – Estratégias de preservação de laços de convivência com familiares e/ou amigos

Foram 43 as famílias pesquisadas no Residencial Vitória I que responderam positivamente a essa questão, informando detalhes dessa dinâmica, de acordo com a Tabela 16:

Tabela 16 – Dinâmica do contato de famílias do Residencial Vitória I com familiares e/ou amigos do bairro de origem

Famílias que mantém contato	Visita mútua	Fazem mais visitas	Recebem mais visitas	Fazem pouca visita	Recebem pouca visita	Somente por telefone
Quantidade de famílias	15	9	2	5	3	9
Percentual	34,8%	20,9%	4,6%	11,6%	6,9%	20,9%

Fonte: Elaboração própria

Diante dos dados é possível perceber que 34,8% das famílias, tanto visita quanto é visitada, salientando-se os seguintes comentários:

Nós visitamos os amigos. Eles sempre vêm aqui também.

A gente se visita, sim.

Nóis visita e recebe visita também.

São 25,5% as que, devido ao fator distância, agregado a dificuldades financeiras, mantém contato, porém com menos intensidade mútua, sendo essa realidade estendida para as outras 12, que pouco recebem ou fazem visitas, ressaltando-se os seguintes comentários:

A gente se vê de vez em quando. A gasolina tá cara. Nóis usa o carro só pro necessário.

Visitas é raro. Aqui é muito longe.

A gente visita. Às vezes fala por telefone. Difícil receber visita. É longe demais.

Não recebo visita. Eu que vou.

Nóis visita, mas não recebemos visitas porque é longe.

Quando dá nós vai. Mas eles não vêm por causa da distância.

A família me visita.

Cabe informar que todos os entrevistados informaram que além do contato pessoal, eles também se comunicam constantemente por meio de ligações telefônicas e mensagens de *Whatsapp*.

De acordo com Vitor Koki da Costa Nogami, pesquisador da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA), da Universidade de São Paulo, em entrevista concedida à Agência Universitária de Notícias (AUN), da USP, “A partir do momento que quebramos essa barreira de adotar a inovação, facilitamos a comunicação e melhoramos a qualidade de vida das pessoas. [...] Hoje, por meio do *Whatsapp*, elas conseguem manter contato com a família, enviar fotos e vídeos” (ARRUDA, 2017).

Considera-se também que esse aplicativo, por possibilitar o envio de mensagens escritas, de voz e de vídeo, inclusive em tempo real, muito tem facilitado o processo de comunicação entre as pessoas em todo o mundo. Trata-se, assim, da inserção e contribuição da tecnologia em todas as camadas sociais, sendo também uma estratégia utilizada pela população com menor poder aquisitivo como forma de ‘encurtar distâncias’, mesmo que virtualmente, além de colaborar com a contenção de gastos. Entretanto, ressalta-se que nem todas conseguem ter acesso à essa tecnologia, por vezes em decorrência do analfabetismo tecnológico, por outras devido à situação de extrema pobreza, impossibilitando inserir créditos no celular, de ter acesso à internet, e até mesmo de possuir um. Tal realidade pode restringir ainda mais o contato, contribuindo para o afastamento dessas pessoas de seus familiares e amigos.

Foram 9 os que informaram manter somente contanto telefônico, tendo como exemplo as seguintes justificativas:

Só por telefone. É longe demais.

Por telefone e zap. Nós não fazemos nem recebemos visita.

Por telefone. São duas lotação para ir e duas pra voltar. Tenho muitos filhos.

Só pelo telefone mesmo. Nem visito nem recebo visita. Trabalho no comércio de domingo a domingo.

Ao inverso dessa realidade, foram 7 os entrevistados que informaram não mais haver contato pessoal com familiares e/ou amigos do bairro de origem, sendo que duas informaram manter somente contato telefônico ou pelo *Whatsapp* e as outras 5 nem por esses meios. Ressaltam-se os seguintes comentários:

*É longe pra nós e pra eles.
A distância. Né? Nós não recebe e nem faz visita.
Fica complicado sair com os meninos.
Não fazemos nem recebemos visita. Visitei minha mãe duas vezes em quatro anos.
A distância. Não tem crédito de celular. Não tem zap. Nós não recebe visita. Nós
tá largado.*

Em relação à dinâmica de permanência dos laços de convivência com familiares e/ou amigos do bairro de origem, foram 41 as famílias do Residencial Montes Claros que responderam positivamente a essa questão, de acordo com a Tabela 17:

Tabela 17 – Dinâmica do contato de famílias do Residencial Montes Claros com familiares e/ou amigos do bairro de origem

Famílias que mantém contato	Visita mútua	Fazem mais visitas	Recebem mais visitas	Fazem pouca visita	Recebem pouca visita
Quantidade de famílias	13	9	9	6	4
Percentual	31,7%	21,9%	21,9%	14,6%	9,7%

Fonte: Elaboração própria

Diante dos dados é possível perceber que 31,7% das famílias, tanto visitam quanto são visitadas. Salientam-se os seguintes comentários:

*A gente recebe e visita também.
É perto. A gente vai a pé.
A gente se vê todo fim de semana. Nós vai mais. De ônibus, a pé.*

São 21,9% as que, devido ao fator distância, agregado às dificuldades financeiras, mantém contato, porém com menos intensidade mútua, sendo essa realidade estendida para as outras 9, que pouco recebem ou fazem visitas, ressaltando-se os seguintes comentários:

*Nós vai a pé uma vez na semana. Dá uma hora a pé.
Eles mais vêm. Eles têm meio de transporte.
A gente visita os da família e os amigos. Às vezes eles vêm.
Nós mais recebe. Pra ir não dá. Fica caro.
Poucas vezes nós visita os amigo. É muito longe.*

*Quando tem dinheiro pra lotação a gente vai.
Se conseguir carona com o ônibus escolar a gente vai.*

Ressalta-se que todos os entrevistados informaram que além do contato pessoal, eles também se comunicam constantemente por meio de ligações telefônicas e mensagens de *Whatsapp*.

Ao contrário dessa realidade, foram 9 os entrevistados que informaram não mais haver contato pessoal com familiares e/ou amigos do bairro de origem, sendo que 4 informaram manter somente contato telefônico ou pelo *Whatsapp* e 5 nem por esses meios. Ressaltam-se os seguintes comentários:

*Por conta da distância. Nem vamos, nem eles vêm.
Acesso ficou difícil. Eram só amigos, se perdeu a amizade.
Não recebemos visitas. É muito longe.*

Os dados e comentários das famílias dos dois residenciais permitem afirmar que a distância proporcionou impacto negativo na vida de várias delas, principalmente nas com menor renda financeira e/ou com maior quantidade de integrantes, uma vez que a locomoção se torna onerosa, muitas vezes impraticável. A distância também dificulta e até mesmo impossibilita que familiares e/ou amigos visitem as famílias nos residenciais. Como estratégias de permanência de contatos pessoais, famílias se locomovem a pé, muitas vezes percorrendo longas distâncias. Outras utilizam transporte público ou próprio, mas informaram nem sempre ter condições de pagar passagens ou de abastecer. Um delas informou que só faz visitas quanto consegue carona no ônibus escolar. A grande maioria das famílias informou utilizar ligações e mensagens por *Whatsapp*, entretanto, esses relacionamentos podem se tornar distantes, com tendência de passarem a ser esporádicos e, por fim, quebrados, conforme informado por 16 das famílias pesquisadas. Cabe, ainda, ressaltar a situação de uma das famílias ao dizer que não tem condições financeiras para pagar transporte público, não tem crédito para o celular, não tem *Whatsapp*, nem recebe visitas. Finaliza dizendo: “*Nóis tá largado.*” Percebe-se que, devido à precária situação financeira, morando em local distante, se vê obrigada a conviver sem os tão importantes vínculos familiares nem os estabelecidos com amigos do bairro de origem, podendo se sentir isolados, desamparados, ou seja, em situação de exclusão.

Diante dessa conjuntura, considerando-se a importância de convívio para um melhor bem estar dos seres humanos, entende-se ser provável o estabelecimento de novos laços de amizade, que podem inclusive contribuir com as demandas do cotidiano de famílias que além da proximidade física, muitas vezes enfrentam as mesmas dificuldades devido a similaridade da condição de vida que possuem.

3.1.5 – Estabelecimento de novos laços de amizade após a mudança para os residenciais

Com a mudança para os residenciais, devido o fator distância, várias foram as famílias que deixaram de manter contato permanente com demais familiares e/ou amigos do local de origem. Outras, mesmo não vivenciando essa situação, tiveram que se adequar a uma nova realidade de vida, em lugar diferente, convivendo com novas pessoas, vindas também de bairros distintos, possibilitando estabelecerem novos laços de amizade.

No Residencial Vitória I foram 43, ou seja, 86%, as famílias que responderam que estabeleceram novos laços de amizade com seus vizinhos, ressaltando-se as seguintes razões:

É bom ter amizade. Pretendo ter comércio aqui, por isso é bom amizade.

Quando preciso o vizinho pode ajudar.

Na hora que mais preciso quem socorre é os vizinhos.

A gente tem mais contato com vizinho que com parente.

A gente não vive só. É um ajudando o outro.

É importante pra todo mundo.

Ninguém vive só.

Inimizade não presta. A união faz a força.

A gente vale pelos vizinhos. Vizinho é como irmão da gente.

Por ser tão longe, um preciso do outro, pra olhar sua casa, seus animais. Um ajuda o outro.

Amizade é melhor que dinheiro.

Vizinho é o parente mais próximo.

Todavia, foram 7 as que responderam não ter estabelecido novos vínculos, sendo esses os motivos:

É o nosso jeito.

Fico na minha. Por escolha própria. Sou fechada.

Tenho dificuldade de fazer amigos.

Fico em casa com meus filhos.

Já no que tange aos novos vínculos de amizade que se formaram após a mudança das famílias participantes para o Residencial Montes Claros, foram 48, correspondendo a 96%, as que responderam positivamente, salientando-se as seguintes razões:

É uma forma de proteção.

Um precisa do outro. Ninguém vive sozinho.

A gente precisa das pessoas. Naonde a gente vai a gente precisa de amizade.

Um ajuda o outro. Sozinho não se faz nada.

Vizinho é tipo segunda família.

Você tendo amigos, você tem tudo. É mais fácil ter 20 amigos que duzentos reais.

Foram apenas 2 as que responderam não ter estabelecido vínculos, sendo esses os motivos:

É difícil selecionar amizade.

Fico mais quieta no meu canto.

As respostas obtidas permitem afirmar que a grande maioria das famílias valoriza os laços de amizade com os vizinhos. Percebe-se haver apoio quando deles necessitam, ou seja, estabelecer vínculos de convivência com a vizinhança é estratégia de ajuda mútua e de segurança uma vez que compartilham e convivem em ambiente dotado da mesma infraestrutura.

Além do contato pessoal, no qual um vizinho frequenta a casa do outro, ressaltam-se ainda as seguintes informações de entrevistados, percebendo-se as estratégias de contato entre as famílias por meio virtual:

O residencial tem grupo de zap, que um ajuda o outro. Tem mais de 100 pessoas que participa. Tem informação de tudo. É muito bom. (morador do Residencial Vitória I)

No grupo sabemos de tudo do bairro. Sobre coisas da escola, coleta de lixo, iluminação. Tudo. Tem até pessoas que posta que vendem lanche, roupa.
(moradora do Residencial Vitória I)

Tem um grupo de zap com mais ou menos 250 famílias. Aí a gente tem todas as informações de notícia, de tudo. Tem troca de ideias. Chama Grupo Residencial Montes Claros. (morador do Residencial Montes Claros)

O pesquisador da FAE, Vitor Nogami, em sua entrevista à AUN, afirmou que “[...] considerando que o ser humano é naturalmente social, o celular faz parte do processo de integração das pessoas com a sociedade” (ARRUDA, 2017).

A vantagem dessa estratégia de meio de contato se dá pela praticidade e rapidez de se levar as mesmas informações para muitas pessoas ao mesmo tempo, permitindo inclusive trocas de ideias e sugestões, possibilitando que os moradores se expressem, participem e que se inteirem dos fatos que acontecem nos residenciais.

Em sua pesquisa de doutorado realizada com moradores de baixa renda dos bairros Paraisópolis (Zona Sul), Cidade Tiradentes (Zona Leste) e Vila Sônia (Zona Oeste) da cidade de São Paulo, e com famílias em situação de extrema pobreza no sul da Índia, Vitor Nogami também constatou que além do contato com familiares e amigos, “Muitas pessoas, utilizam, ainda, o aplicativo para facilitar o trabalho, principalmente autônomos, já que facilita o relacionamento com clientes e fornecedores, acelerando o ciclo de vendas.” Complementou afirmando que “O aplicativo *Whatsapp* [...] transformou o modo como as pessoas se comunicam, [...] não só do ponto de vista pessoal, mas também do profissional (ARRUDA, 2017). Essa também é uma importantíssima estratégia, capaz de colaborar inclusive com as práticas comerciais já existentes nos residenciais, possibilitando que moradores divulguem seus produtos, facilitando e agilizando o processo de compra e venda.

É também possível solicitar a entrega de produtos a partir de ligações de celulares ou de mensagens de *Whatsapp*, tais como o gás de cozinha. Porém, moradores informaram

que nem todas as distribuidoras entregam. Quando o fazem, cobram taxas maiores de entrega, alegando serem locais distantes e perigosos.

Eles fala que é longe. Cobra mais pra entregar. Não vem de noite porque é perigoso. Ainda bem que nós conhece uns que entrega. É nossa valência. (Moradora do Residencial Montes Claros)

Identifica-se que, mesmo a tecnologia oferecendo maiores possibilidades e facilidades, mais um problema é vivenciado por essa população em decorrência do local onde residem, tendo que buscar apoio em pessoas conhecidas para ser atendida.

Abrindo-se um parêntese na discussão, é importante ressaltar a informação de famílias entrevistadas nesses dois residenciais que disseram ter ficado muito chateadas e preocupadas pelo fato de terem suas casas sorteadas originalmente em outros residenciais, localizados em áreas muito distantes de onde moravam, uma vez que impactaria negativamente em diversos aspectos da vida de suas famílias, principalmente nos relativos ao acesso ao trabalho e à escola dos filhos. Por coincidência, a mesma situação ocorreu com demais famílias com casas sorteadas nesses residenciais, que também teriam que enfrentar as mesmas dificuldades. Sendo assim, procuraram a Caixa Econômica Federal, que permitiu a troca das casas. As entrevistadas também informaram conhecer outras famílias que se utilizaram da mesma estratégia, tomando as mesmas providências no sentido de evitar dificuldades devido à distância do local de origem em relação à nova moradia.

Diante desses fatos é preciso se considerar a relevância tanto da estratégia utilizada pelas famílias quanto do procedimento flexível utilizado pela Caixa Econômica Federal ao permitir e realizar essas trocas, uma vez que possibilitou maior conforto, evitando desgastes desnecessários a pessoas que, devido à situação de vulnerabilidade, já podem ter vivenciado os mais diversos percalços em sua trajetória de vida.

O contexto apresentado possibilita perceber que a distância entre os residenciais e a área central da cidade, além da incipiente infraestrutura por eles oferecida, trouxe muitos desafios para as famílias, que em situação de vulnerabilidade devido à baixa renda têm que enfrentar as demandas diárias utilizando-se de estratégias nem sempre possíveis a todas, principalmente àquelas com menor condição financeira. Considera-se a importância da casa própria e a segurança que ela oferece, entretanto o fato de se localizar onde não há fácil acesso a serviços básicos e atividades rotineiras, muitas vezes pode gerar dificuldades,

desgastes, desconfortos e, até mesmo, impossibilidades para as famílias. É importante também ressaltar o quanto a tecnologia pode colaborar para o encurtamento da distância, mesmo que virtualmente. O fato de famílias se utilizarem dos dispositivos oferecidos pelo *Whatsapp* tanto para seus contatos com familiares e/ou amigos distantes, permitindo chamada de vídeo, quanto com seus vizinhos, é uma estratégia muito positiva, capaz de facilitar, agilizar e possibilitar respostas às mais variadas demandas dessa população, reduzindo principalmente os gastos financeiros.

Para além dos impactos que a distância oferece a essas famílias, outros importantes aspectos na vida delas são o tamanho e a estrutura das casas, além da infraestrutura físicas dos residenciais, uma vez que devem garantir bem estar às famílias atendendo suas necessidades, considerando suas particularidades.

3.2 – O tamanho e a estrutura das casas e a infraestrutura básica dos residenciais comparados às necessidades e estratégias utilizadas pelas famílias

Entende-se ser de suma relevância analisar o tamanho e a estrutura dos imóveis, além da infraestrutura básica dos residenciais, pois é nas casas que as famílias se abrigam e buscam conforto, que são complementados pelos componentes oferecidos pela infraestrutura física, trazendo maior segurança e bem-estar.

3.2.1 – Adequação das casas ao tamanho das famílias

Pelo fato de as casas terem sido planejadas para abrigar 4 pessoas, iniciamos analisando a adequação das famílias, de acordo com a quantidade de integrantes, em relação ao tamanho das casas. Foram essas as informações de famílias do Residencial Vitória I:

Tabela 18 – Quantidade de integrantes das famílias pesquisadas no Residencial Vitória I

Quantidade de moradores na casa	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Quantidade de casas	3	6	13	10	8	3	3	1	1	1	1
Percentual	6%	12%	26%	20%	16%	6%	6%	2%	2%	2%	2%

Fonte: Elaboração própria

Percebe-se que 10 das famílias entrevistadas possuem 4 integrantes, enquadrando-se ao tamanho das casas, com aproximadamente 40,79 m² de área interna, tendo dois dormitórios, uma sala, uma cozinha e um banheiro, projetados para essa quantidade de moradores. Para 13 das famílias, compostas por 3 integrantes, o espaço se torna ainda mais

confortável. O mesmo ocorre com as duas compostas por 2 moradores e com a que contém apenas 1 morador.

Entretanto, 8 das famílias são compostas por 5 pessoas, podendo de certa forma tornar o espaço menos confortável. Essa realidade se agrava em relação às 6 famílias compostas por 6 e 7 moradores e, principalmente para as 4 compostas por 8, 9, 10 e 11 integrantes.

Diante desse contexto, se perguntou aos entrevistados se o tamanho das casas oferecia conforto para a quantidade de pessoas da família. As opiniões deles foram as seguintes:

Tabela 19 – Tamanho das casas do Residencial Vitória I *versus* conforto das famílias de acordo com a quantidade de integrantes

Tamanho da casa oferece conforto para a quantidade de integrantes das famílias?	Sim	Não
Quantidade de casas	35	15
Percentual	70%	30%

Fonte: Elaboração própria

A partir dos dados foi possível perceber que 15 famílias consideram escasso o tamanho das casas. Dentre essas 13 possuem entre 5 e 11 integrantes. As outras duas possuem 04 moradores. Essas foram as principais observações feitas:

É muita gente. Dormem na sala e na cozinha.

A família é grande. Usa sala como quarto

Muita gente pra dois quartos.

Muita gente. Dormem quatro em um quarto.

Lote grande. Casa muito pequena.

Em relação à quantidade de integrantes das famílias pesquisadas no Residencial Montes Claros, comparada ao tamanho das casas, foram obtidas as seguintes respostas:

Tabela 20 – Quantidade de integrantes das famílias pesquisadas no Residencial Montes Claros

Quantidade de moradores na casa	1	2	3	4	5	6	8
Quantidade de casas	2	3	10	21	8	4	2
Percentual	4%	6%	20%	42%	16%	8%	4%

Fonte: Elaboração própria

Percebe-se que 21 das famílias entrevistadas são compostas por 4 integrantes, enquadrando-se ao tamanho das casas, com 44,55 m² de área interna, projetados para essa quantidade de pessoas. Para 10 das famílias, compostas por 3 integrantes, o espaço pode ser considerado mais confortável. O mesmo ocorre com as 3 compostas por 2 moradores e com as duas que contém apenas 1 morador.

Entretanto, 8 das famílias são compostas por 5 pessoas, podendo de certa forma tornar o espaço não tão confortável. Essa realidade se agrava em relação às 4 famílias compostas por 6 moradores e, principalmente para as duas compostas por 8 integrantes.

No que se refere ao conforto oferecido pelas casas, devido ao tamanho, comparado à quantidade de pessoas da família, foram essas as respostas dos entrevistados:

Tabela 21 – Tamanho das casas do Residencial Montes Claros *versus* conforto de acordo com a quantidade de pessoas das famílias

Tamanho das casas oferece conforto para a quantidade de pessoas das famílias?	Sim	Não
Quantidade de casas	40	10
Percentual	80%	20%

Fonte: Elaboração própria

A partir dos dados foi possível perceber que 10 das famílias consideram que o tamanho das casas não oferece conforto. Dentre essas, 5 são compostas por 5 integrantes; 3 possuem 6 moradores e duas são compostas por 8 pessoas. Essas foram as principais observações feitas pelos informantes:

São quatro filhos. Tenho que ter mais um quarto.

Tem muita gente. O bom é que saí do aluguel.

É muita gente na casa. Pelo menos mais um quarto.

Teria que ter mais um quarto. O terreno é bom, mas a casa é pequena.

Entende-se que nos dois residenciais a maioria das famílias entrevistadas informou que se encontra em situação confortável. Entretanto é preciso considerar que há outras que precisam se adaptar ao escasso espaço, muitas vezes não oferecendo o devido conforto e bem estar às famílias, que por diversos motivos são compostas por maior quantidade de integrantes. Salienta-se que muitas vezes as mais numerosas são as que convivem com condições financeiras menos favorecidas, podendo ter maior dificuldade para adequar, a casa no sentido de atender às suas demandas e particularidades. Também, pôde-se

perceber que pelo fato de estarem no que é próprio, a ausência de espaço acaba sendo superada pelas famílias.

Sendo assim, observou-se *in loco* e, também, perguntou-se aos moradores se já haviam feito alguma adequação (reforma) na parte interna das casas, sendo essas as respostas obtidas no Residencial Vitória I:

Tabela 22 – Realização de adequação (reforma) na parte interna das casas do Residencial Vitória I

Realização de adequação (reforma) na parte interna da casa	Sim	Não
Quantidade de casas	3	47
Percentual	6%	94%

Fonte: Elaboração própria

Foram 47 as famílias que responderam que não. Dentre elas, 23 informaram que não reformaram por não terem condições financeiras. Foram 15 as que disseram não haver necessidade de reformar a casa, que está ideal. Outras 6 não reformaram para não perderem os 5 anos de garantia, oferecidos pela Caixa Econômica Federal. Ainda, 3 delas acreditam que a estrutura da casa não suporta reformas.

Entretanto, foram 3 as famílias que informaram ter sido necessário adequar as casas. Um delas, cadeirante, acrescentou barra no banheiro para auxiliar no banho. As outras duas fizeram um quarto a mais, ligado à parte interna da casa.

Durante a realização das entrevistas, moradores do Residencial Vitória I informaram que as casas são padronizadas, com todas as portas com 80 cm de largura e, que nas que têm PcD física ou idosa, seriam instaladas barras e/ou acentos para banhos no banheiro, desde que solicitados. Em uma das moradias, com integrante idosa, foi informado que após receberem visita de profissional da Caixa Econômica Federal para que fosse solicitada a instalação ou não dos acessórios, o banheiro foi devidamente adaptado, contendo barra e acento para banho. Entretanto em outra, também com integrante idoso, não foi feita a instalação no banheiro, pois o morador informou não ter sido necessário.

Em outra casa, a moradora com deficiência física informou que tanto a barra do quintal da frente quanto a do banheiro, foram doadas e instaladas por pessoas da igreja. Salienta-se que ela não se propôs a informar detalhes sobre esse fato. Ressalta-se, ainda, que houve a tentativa de entrevistar mais uma família com integrante com deficiência física, entretanto, a moradora não se interessou em compreender a proposta da pesquisa.

Devido ao fato de as casas terem sido entregues sem muros e calçamento, se observou e perguntou aos informantes do Residencial Vitória I se já haviam feito alguma adequação (reforma) na parte externa das casas. Foram essas as informações:

Tabela 23 – Realização de adequação (reforma) na parte externa de casas do Residencial Vitória I

Realização de adequação (reforma) na parte externa das casas	Sim	Não
Quantidade de casas	46	4
Percentual	92%	8%

Fonte: Elaboração própria

Foram 4 as famílias que informaram que ainda não realizaram reformas na parte externa por ausência de condições financeiras. Essas casas não têm muros na frente. As que têm muros nas laterais e/ou no fundo, em sua maioria foram construídos pelos vizinhos. Nelas também os quintais não foram cimentados, encontrando-se exatamente como foram entregues.

Durante o processo de pesquisa foi possível observar que em dois quintais foram plantadas hortas para consumo próprio, sendo uma importante estratégia utilizada pelas famílias, possibilitando maior acesso a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), mesmo vivenciando situação de baixa renda. De, de acordo com o Art. 3º da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (2006),

A segurança alimentar e profissional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (LOSAN, 2006).

Percebe-se a importância da horta no quintal para essas famílias, uma vez que

Primeiro, contribui para o fornecimento de produtos frescos, nutritivos e disponíveis o ano todo. Segundo, melhora o acesso econômico dos pobres aos alimentos quando a produção familiar de frutas e hortaliças reduz os gastos com alimentos e quando os produtores obtêm renda com as vendas (FAO, 2012, p. 8).

Contudo, mesmo com tantos importantes benefícios, ainda é pequena a quantidade de famílias que produzem alimentos em suas casas, muitas vezes devido a questões culturais, pois nessas famílias são pessoas idosas as que plantam, podendo ser originárias de áreas

rurais. Outra razão pode ser o não domínio de técnicas de plantio, principalmente de famílias formadas por integrantes mais jovens nascidas na área urbana.

As outras 46 casas passaram por reformas na parte externa. Em 7 delas, além da construção de muros com portões e assentamento de piso no quintal, tendo para as famílias entrevistadas a finalidade de segurança, privacidade e maior conforto, uma vez que a maioria dos entrevistados se queixou da poeira, também foram construídos cômodos comerciais que estão em funcionamento, permitindo trabalho autônomo e aumento da renda familiar. Em outras duas, também existem cômodos comerciais em construção que, de acordo com os informantes, poderão oferecer futura renda financeira para a família. Em 5 casas foram construídos quartos no quintal do fundo, com o objetivo de abrigar seus moradores com melhor conforto. Na casa de uma cadeirante, foi instalada barra entre o portão social e a porta da sala. Nas demais moradias, identificaram-se construções de muros com e sem portões; quintais cimentados só na frente, outros na frente e lateral; além de coberturas para evitar o sol. Observou-se, também, a permanência da maioria das árvores plantadas em frente às casas. Cabe salientar que há mais quatro anos as casas foram entregues, possibilitando que seus moradores se organizassem e realizassem alterações para melhor bem estar de suas famílias.

Já no Residencial Montes Claros todas as 50 famílias pesquisadas informaram não ter realizado adequação (reforma) na parte interna das casas. Dentre elas, 23 informaram que não reformaram por não terem condições financeiras. Foram 15 as famílias que informaram que profissionais da Caixa Econômica Federal trocaram pisos e azulejos que soltaram e/ou estavam rachados. Outras 7 disseram não haver necessidade de reformar a casa por estar ideal. Também 5 das famílias não reformaram para não perderem os 5 anos de garantia oferecidos pela Caixa Econômica Federal. Ressalta-se, ainda, que no momento de realização da pesquisa havia pouco mais de um ano de entrega das casas, nem sempre sendo tempo suficiente para que as famílias conseguissem realizar alterações nas casas.

No sentido de verificar se as casas das famílias com integrantes com deficiência física ou idosos estão devidamente adaptadas, solicitou-se a indicação de participantes. Foram indicadas 4 casas, onde observou-se e perguntou-se se possuem portas mais largas, rampas de acesso às portas externas e à rua, além de barras e/ou acentos para banhos no banheiro. Em 3 das casas, todas as portas são mais largas, não há degraus ou outro tipo de obstáculo, os banheiros estão devidamente adaptados, porém para terem acesso à rua é necessário que cadeirantes percorram todo o passeio do quarteirão onde existe uma rampa para a rua, como pode ser observada no canto inferior direito da Figura 15:

Figura 15 – Rampa de acesso à rua no Residencial Montes Claros

Fonte: Prefeitura de Montes Claros

Disponível em: http://www.montesclaros.mg.gov.br/agencia_noticias/2014/jul-14/not_29_07_14_2489.php. Acesso em: 16/02/2018.

Devido a essa realidade, um dos moradores construiu rampa em frente a sua casa para possibilitar melhor locomoção. Na quarta casa a moradora que utiliza andador para se locomover informou não haver adaptações porque quando se cadastrou ainda não se encontrava nessa situação. Disse que mesmo informando sobre seu problema de saúde, quando recebeu a chave da casa, nenhuma providência foi tomada. Ela afirmou que:

Eles lá disseram que quando fiz a inscrição eu não informei do problema. Mas eu num tinha problema na época. Né?

Também se observou e perguntou às famílias pesquisadas no Residencial Montes Claros se já haviam feito alguma adequação (reforma) na parte externa das casas. Foram essas as respostas:

Tabela 24 – Realização de adequação (reforma) na parte externa de casas do Residencial Montes Claros

Realização de adequação (reforma) na parte externa da casa	Sim	Não
Quantidade de casas	36	14
Percentual	72%	28%

Fonte: Elaboração própria

Foram 14 as famílias que informaram que, por ausência de condições financeiras, ainda não realizaram reformas na parte externa. Todas essas casas não têm muros na frente. Salienta-se que 3 dessas, que também não possuem muros no fundo, têm servido inclusive para que demais moradores tenham acesso de uma rua para outra, não oferecendo privacidade nem segurança para as famílias. As que têm muros nas laterais e/ou no fundo, esses em sua maioria, foram construídos pelos vizinhos. Nelas também os quintais não foram cimentados, encontrando-se exatamente como foram entregues. Em uma delas há uma estrutura em madeira, coberta por um plástico preto, utilizada para vender poucos artigos de mercearia, que proporciona renda financeira extra para a família.

Contudo, foram 36 as casas que passaram por reformas na parte externa. Em 5 delas, além da construção de muros com portões e assentamento de piso no quintal, tendo por finalidade segurança, privacidade e maior conforto para as famílias, evitando poeira, também foram construídos cômodos comerciais que estão em funcionamento, permitindo trabalho autônomo e aumento da renda da família. Em outras 4 casas, foram construídos muros, porém não colocados portões e, nem todas cimentaram o quintal. Nelas também existem cômodos comerciais inacabados que, de acordo com os informantes, poderão oferecer renda futura para a família. Nas demais moradias, identificaram-se construções de muros com e sem portões; quintais cimentados só na frente, outros na frente e lateral; coberturas para evitar o sol. Também, em uma se utilizou o espaço do quintal do fundo da casa para cultivar pequena horta que contribui com alimentação para consumo próprio, considerada quantidade pequena diante de uma estratégia tão importante para a economia doméstica e melhoria na segurança alimentar. Também se observou que os moradores preservaram a maioria das árvores plantadas nas calçadas. Inclusive, uma das entrevistadas se queixou que na rua onde mora não houve o plantio.

Salienta-se que nos dois residenciais diversos muros foram construídos em parceria com vizinhos e/ou com ajuda de familiares, que doaram materiais e/ou mão-de-obra. Percebeu-se o esforço e a preocupação das famílias, utilizando as mais diversas estratégias e adaptações, em garantir privacidade e segurança para suas famílias. Pode-se afirmar, também, que a maioria das famílias valoriza e preserva a arborização existente, sendo a sombra oferecida mais um conforto para a comunidade.

Entretanto, devido a condição de baixa renda, além da quantidade de integrantes, nem todas conseguem as mesmas melhorias, sendo obrigadas a conviver com situações desconfortáveis, nem sempre adequadas às suas particularidades.

3.2.2 – A infraestrutura básica dos residenciais e as insatisfações das famílias

No sentido de oferecer local adequado para a moradia das famílias, o PMCMV estabelece normas para a infraestrutura básica a ser oferecida nos residenciais. Foram identificados os seguintes itens que compõem a infraestrutura dos residenciais pesquisados: rede de abastecimento de água, energia, rede de esgoto, pavimentação, arborização, drenagem, iluminação das ruas e segurança.

Das 50 famílias entrevistadas no Residencial Vitória I foram 22 as que declararam insatisfação em relação à infraestrutura básica, afirmando haver problemas referentes aos seguintes itens:

Tabela 25 – Insatisfação de famílias do Residencial Vitória I quanto à infraestrutura básica

Itens da infraestrutura	Iluminação das ruas	Drenagem	Esgoto	Segurança
Quantidade de insatisfações	9	11	2	12
Percentual	40,9%	50%	9%	54,5%

Fonte: Elaboração própria

Os dados possibilitam perceber que há significativa insatisfação em relação à segurança do residencial devido à ausência de patrulhamento policial no local. Foram 12 os moradores que disseram ser preciso mais policiamento nas ruas, principalmente à noite.

Em relação à drenagem, 11 moradores informaram que ocorrem alagamentos, invadindo as casas principalmente da parte mais baixa do bairro. Disseram também que os bueiros não suportam a quantidade de água e, que se encontram sujos com tampas quebradas, necessitando de manutenção e limpeza.

Foram 9 os moradores que disseram que, devido a lâmpadas de postes queimadas, as ruas são muito escuras, por vezes trazendo insegurança ao transitá-las à noite.

Ainda, 2 dos moradores reclamaram de mau cheiro nos esgotos de suas casas, que sempre se encontram entupidos.

Já no Residencial Montes Claros foram 40 as famílias que disseram estar insatisfeitas em relação aos seguintes aspectos da infraestrutura oferecida:

Tabela 26 – Insatisfação de famílias do Residencial Montes Claros quanto à infraestrutura básica

Itens da infraestrutura	Iluminação das ruas	Drenagem	Esgoto	Segurança	Outros
Quantidade de insatisfações	31	22	6	21	Área vazia com entulhos em frente a casa = 1
Percentual	62%	44%	12%	42%	2%

Fonte: Elaboração própria

Os dados possibilitam perceber a expressiva insatisfação em relação à iluminação das ruas, pois 31 dos moradores disseram que são muito escuras, por vezes trazendo insegurança ao transitá-las à noite, devido a postes com lâmpadas queimadas. Informaram já terem pedido para trocá-las, sendo atendidos. Porém sempre volta a ocorrer o mesmo problema.

Em relação à drenagem, 22 moradores informaram que ocorrem alagamentos, invadindo as casas principalmente da parte mais baixa do bairro. Disseram também que os bueiros não suportam a quantidade de água e, que se encontram sujos com tampas quebradas, necessitando de manutenção e limpeza.

Também foram 21 as pessoas que se queixaram em relação à segurança do residencial devido à ausência de patrulhamento no local. Moradores disseram ser preciso mais policiamento nas ruas, principalmente à noite.

Ainda, 6 dos moradores reclamaram de mau cheiro nos esgotos de suas casas, informando inclusive que a água volta para seus banheiros em época de chuvas.

Cabe salientar a observação de uma moradora que reclamou da área vazia existente em frente à sua casa, que está sendo utilizada para depósito de entulho e crescimento de matagal, que poderia ser utilizada para construção de praça, creche e posto de saúde para o residencial.

As informações permitem afirmar que as principais insatisfações relativas à infraestrutura básica dos residenciais se referem a problemas com iluminação e segurança, entendendo estarem interligados uma vez que ruas escuras podem provocar medo e insegurança aos moradores, principalmente para os que precisam transitá-las à noite. A drenagem também foi citada, pois não permitindo o devido escoamento das águas, gera alagamentos e traz prejuízos para as famílias, que inclusive já perderam móveis.

Percebeu-se que 28, correspondendo a 56%, ou seja, um pouco mais da metade das famílias pesquisadas no Residencial Vitória I, está satisfeita com sua infraestrutura básica. Entretanto, essa não é a mesma realidade do Residencial Montes Claros, pois 40 das 50

famílias pesquisadas, correspondendo a 80%, manifestaram insatisfação referente à infraestrutura básica, que deveria estar devidamente adequada conforme normas do PMCMV.

No sentido de enfrentamento desses problemas, participantes da pesquisa disseram que já entraram em contato com a companhia elétrica (CEMIG), informando das lâmpadas queimadas e da necessidade de troca, sendo atendidos. Porém alegaram que o problema é recorrente. Já em relação ao pouco patrulhamento policial e aos problemas com a drenagem, deram a entender que esperam soluções a partir do poder público municipal.

Diante dessa realidade, entende-se ser necessário que a comunidade se una e se organize, visando o bem estar comum, a partir de melhorias e benfeitorias para os residenciais que podem ocorrer por meio de um bom trabalho desenvolvido pelas associações de moradores.

3.2.3 – Associações de Moradores e a (não) participação das famílias

O principal objetivo das Associações de Moradores é proporcionar bem estar e melhor qualidade de vida, a partir de melhorias e benfeitorias que atendam às demandas da comunidade. Para tanto, além de uma diretoria comprometida e bem articulada, que se reúne regularmente, é fundamental que a comunidade seja convidada a participar para que possam tanto apontar questões a serem resolvidas quanto possíveis soluções para elas. Trata-se de um órgão de grande relevância para a comunidade, pois por meio dele problemas podem ser levados ao conhecimento do poder público municipal, e cobradas as providências necessárias para resolvê-los. Nesse sentido, perguntou-se aos entrevistados se sabem da existência da associação de moradores e, se ela já conseguiu benefícios para os residenciais. Foram essas as repostas obtidas no Residencial Vitória I:

Tabela 27 – Conhecimento sobre a Associação de Moradores dos Residenciais Vitória I e II benefícios alcançados

Conhecimento da Associação de Moradores e benefícios alcançados	Conhecem a Associação	Desconhecem a Associação	Conhecem benefícios	Desconhecem benefícios
Quantidade de famílias	22	28	5	45
Percentual	44%	56%	10%	70%

Fonte: Elaboração própria

Os dados mostram que 22 moradores sabem da existência da Associação de Moradores. Entretanto, a maior parte, ou seja, 28 dos entrevistados a desconhece. Mesmo significativa parte dos entrevistados estarem cientes da existência, 45 deles não sabem dos

benefícios já conquistados, sendo pequena a quantidade de moradores que tem esse conhecimento.

De acordo com as informações dos moradores entrevistados, os benefícios conquistados com o apoio da Associação para o Residencial Vitória I foram a entrada do ônibus no residencial e a escolinha de futebol, com aulas realizadas por um morador que é um dos integrantes da associação. O atual presidente da associação também informou haver projetos para implantação de uma feirinha; para a construção de mais uma praça e da sede da associação. Ele também informou que na gestão do antigo líder comunitário foi realizado, por meio de parceria entre a prefeitura municipal e uma ONG, cujo nome não soube informar, um projeto social voltado para mulheres, porém disse que “não foi pra frente”.

Cabe abrir um parêntese para salientar que, de acordo com recente informação obtida por meio de ligações telefônicas com o presidente da associação (25/02/2018), a aproximadamente 2 semanas os Correios começaram a entregar correspondências no residencial. Segundo ele, os serviços dos Correios no residencial aconteceram devido solicitações e empenho da Associação de Moradores. Uma moradora confirmou a informação (25/02/2018), dizendo ter recebido o boleto da Caixa Econômica Federal para pagamento da prestação da casa, fato nunca ocorrido anteriormente.

Perguntou-se, também, se algum integrante das famílias pesquisadas já participou de alguma das reuniões da Associação e o motivo.

Os 28 que não conhecem a Associação afirmaram nunca ter participado. Dos 22 que responderam conhecer, 12 disseram que já participaram, destacando-se as seguintes justificativas:

Saber dos cursos oferecidos pelo projeto.

Tive interesse em melhorar o bairro.

Pra ajudar a Associação. Tive interesse de entrar pra Associação.

Saber o que pretendia fazer para o bairro.

Chamaram. Mas não achei nada consistente.

Ainda, dos 22 que conhecem, foram 10 os que responderam não ter participado de reuniões, ressaltando-se as seguintes justificativas:

Trabalhava no horário da reunião.

Sempre tenho outros compromissos.

Não me interessa. Não.

Não gosto de reunião. Tem muito ti ti ti e fofoca.

Nunca fiquei sabendo de reunião.

Foi feito o mesmo questionamento às 50 famílias pesquisadas no Residencial Montes Claros em relação ao conhecimento da existência da Associação de Moradores que os representa, e se sabem dos benefícios por ela já alcançados, tendo sido obtidas as seguintes respostas:

Tabela 28 – Conhecimento sobre a Associação de Moradores do Povoado São Geraldo II e benefícios alcançados

Conhecimento da Associação de Moradores e benefícios alcançados	Conhecem a Associação	Desconhecem a Associação	Conhecem benefícios	Desconhecem benefícios
Quantidade de famílias	22	28	11	39
Percentual	44%	56%	22%	78%

Fonte: Elaboração própria

São 22 os moradores que sabem da existência da Associação de Moradores. Entretanto, a maior parte, sendo 28 dos entrevistados, desconhece. E, mesmo apesar de significativa parte dos entrevistados estarem cientes da existência, 39 não sabem dos benefícios já conquistados, sendo apenas 11 a quantidade de moradores que tem esse conhecimento.

De acordo com as informações dos entrevistados, pelo fato de pertencerem ao mesmo bairro, é a Associação de Moradores do Povoado São Geraldo II que responde e tem buscado melhorias para o Residencial Montes Claros. Segundo informações deles, foram os seguintes benefícios conquistados pela Associação para o residencial: implantação de pontos de ônibus em ruas do residencial; melhoria na iluminação das ruas; melhor acesso ao serviço de Saúde, mesmo sendo oferecido no São Geraldo II, e feira livre. Entretanto, esta já não mais acontece no residencial, uma vez que foi transferida para a Praça do São Geraldo II, porém devido à curta distância, significativa parte das famílias do residencial a frequenta.

As informações das famílias pesquisadas nesse residencial em relação à participação ou não de algum de seus integrantes em reuniões da Associação e o motivo, foram essas:

Os 28 que não conhecem a Associação afirmaram nunca terem participado. Dos 22 que conhecem, foram 13 os que responderam já terem participado de reuniões, destacando-se as seguintes justificativas:

Tem que ter interesse e ouvir o que tem pra falar.
Pra pedir pro ônibus circular no bairro.
Pra saber sobre barraquinhas pra feirinha. Mas não consegui. Tive interesse.
Fui ni uma. Interesse pelas melhorias para o residencial.
Saber a intenção da Associação e propostas para melhorias.
Tem que ir. Tem que participar.
Sou representante do residencial na Associação do São Geraldo II.

Ainda, das 22 famílias que conhecem, foram 9 as que responderam não ter participado, ressaltando-se as seguintes justificativas:

Não tenho interesse.
Muita conversa. Muito debate. Não gosto disso não.
Só chamaram agora em 07/09/2017. Acabei de ganhar criança.
Não tenho tempo. É final de semana a reunião e eu não fico em casa.

A partir dos dados obtidos é possível afirmar que menos da metade dos moradores entrevistados nos residenciais conhece as associações que os representam. Percebe-se, também, que são poucos os que têm interesse em participar das reuniões por elas realizadas. Tal realidade pode ser decorrente de vários fatores tais como a falta de informação; a não mobilização da diretoria para que ocorra o envolvimento da comunidade; a ausência de objetividade durante as reuniões; a rotina diária, muitas vezes exaustiva, dificultando a participação dos moradores, dentre outros. Tal conjuntura compromete o acesso a melhorias para os residenciais, pois com pouca participação diversos aspectos deixam de ser identificados e discutidos, uma vez que nem todas as propostas dos moradores são ouvidas.

Foi possível perceber a diferença de benefícios alcançados. Além de maior quantidade, a Associação do Povoado São Geraldo II conseguiu mantê-los, mesmo sendo transferida a feira de local. Tal fato pode ter ocorrido devido a sua maior solidez, uma vez que já existe desde a década de 1980.

Contudo, mesmo diante dessa conjuntura de não participação significativa das famílias em reuniões das associações de moradores, há reportagens em *sites*, que abordam reivindicações, por meio da mobilização da comunidade, exigindo providências do poder público em relação a problemas por ela vivenciados, tais como os seguintes exemplos:

- Manifestação de moradores do Residencial Montes Claros, em 05 de setembro de 2016, cobrando solução para a ausência de vagas na escola EE Francisco Peres e no CEMEI do São Geraldo II para atender às 499 famílias recém-chegadas no bairro. Pediram, também, a conclusão da construção da Unidade Básica de Saúde. Ressalta-se a participação do líder comunitário, de conselheiro do Conselho Tutelar e, do superintendente de ensino do município (ALENCAR, 2016).
- Aproximadamente 150 pessoas interditam as duas pistas da BR 365, por meio de pneus queimados, no dia 01 de junho de 2017. A comunidade pede solução para a falta de água há 4 dias no Residencial Montes Claros (JORNAL MONTES CLAROS, 2017).
- Em 22 de fevereiro de 2014, vídeo mostra reivindicação de moradores do Residencial Vitória I reclamando do valor das contas de água (INTER TV Grande Minas, 2014).
- Em reunião, moradores se manifestam e cobram projetos de construção de duas escolas e da Unidade Básica de Saúde para os Residenciais Vitória I e II. Reclamaram também dos ônibus escolares muito lotados, de acúmulo de lixo, de animais peçonhentos e do mau cheiro em terreno vazio existente no residencial, além da ausência de visitas de agentes de saúde nas moradias (COSTA, 2017).

Entende-se serem impactantes tais ações realizadas pela comunidade, uma vez que provocam ampla repercussão na mídia, gerando providências do poder público. Porém, associadas a elas talvez a efetiva e maior participação junto às associações de moradores pudesse ser uma relevante estratégia em favor dos residenciais para que possam oferecer melhor infraestrutura e, conseqüentemente, possibilitem maior bem-estar para as famílias.

As informações oferecidas permitem afirmar que tem sido grande o esforço de muitos moradores para terem acesso a uma melhor qualidade de vida, pois, de acordo com suas possibilidades, estratégias têm sido utilizadas no sentido de adequação das casas visando oferecer maior conforto para suas famílias. O fato dos moradores poderem contar com as Associações de Moradores também é um aspecto positivo, pois por representa-los junto ao poder público, podem ser utilizadas como estratégias no sentido de cobrar melhorias voltadas para a infraestrutura básica dos residenciais, sendo importante e fundamental a participação da

comunidade a partir de uma maior mobilização das diretorias das associações. Entretanto, é preciso considerar que, por questões políticas, nem sempre a população se sente representada pelos líderes de associações. Caberia, sim, um estudo mais aprofundado sobre o assunto, não sendo o foco desse estudo.

Além da necessidade de buscar melhorias para a infraestrutura dos residenciais, muitas vezes, devido à baixa renda e, conseqüentemente a situação de pobreza, outro aspecto que as preocupa é utilizar estratégias que permitam garantir a assiduidade do pagamento das parcelas do financiamento das casas, sendo fator relevante para a garantia definitiva da posse dos imóveis.

3.3 - Perfil socioeconômico das famílias *versus* entraves e estratégias para regularidade do pagamento das parcelas

O cadastro das famílias pesquisadas nos dois residenciais aconteceu no período correspondente às Fases 1 e 2 do PMCMV, entre os anos 2011 e 2015. O principal fator considerado para o acesso à Faixa 1 do programa é a renda mensal familiar, sendo durante a Fase 1 de até R\$ 1.350,00 e na Fase 2, de R\$ 1.600,00, ressaltando-se que é a partir dela que se define o subsídio assumido pelo governo, de até 90% do valor da casa, e o das parcelas fixas do financiamento a serem assumidas, sendo de 5% da renda mensal familiar.

Sabe-se que o público beneficiário da Faixa 1 do PMCMV tem o perfil de situação de vulnerabilidade social, em sua maioria devido à pobreza. Há famílias que, por meio do trabalho de seus integrantes, se mantêm com rendas maiores e, em diversos casos mais estáveis, devido suas origens provenientes de trabalho formal, informal e/ou de benefícios fixos. Contudo há aquelas que sobrevivem com baixíssima renda, em sua maioria instável, também devido à suas origens, de trabalho informal e/ou de benefícios variáveis, gerando imensas dificuldades, além de comprometer a regularidade do pagamento das parcelas.

3.3.1 – A renda mensal das famílias

As rendas mensais informadas pelas famílias entrevistadas nos dois residenciais foram as seguintes:

Tabela 29 – Renda mensal de famílias pesquisadas no Residencial Vitória I

Renda mensal da família	Inferior a 1 salário	De 1 a 2 salários	De 2 a 3 salários
Quantidade de famílias	13	31	6
Percentual	26%	62%	12%

Fonte: Elaboração própria

Foram 31 os informantes do Residencial Vitória I, sendo a maior parte deles, correspondendo a 62%, que declararam renda mensal entre 1 e 2 salários mínimos. São 13, equivalendo a 26%, os que informaram receber mensalmente menos que 1 salário mínimo, e 6, correspondendo a 12%, os que declararam renda familiar mensal entre 2 e 3 salários mínimos.

Já as famílias pesquisadas no Residencial Montes Claros informaram o seguinte:

Tabela 30 – Renda mensal de famílias pesquisadas no Residencial Montes Claros

Renda mensal da família	Inferior a 1 salário	De 1 a 2 salários	De 2 a 3 salários
Quantidade de famílias	10	34	6
Percentual	20%	68%	12%

Fonte: Elaboração própria

Os dados mostram que 34, a maior parte das famílias, correspondendo a 68%, possui renda mensal entre 1 e 2 salários mínimos. Foram 10, equivalendo a 20%, as que informaram receber mensalmente menos que 1 salário mínimo, e 6, correspondendo a 12%, as que declararam renda familiar mensal entre 2 e 3 salários mínimos.

Percebe-se que a maioria das famílias pesquisadas nos dois residenciais declarou que se mantêm com renda mensal variando entre 1 e 2 salários mínimos, atendendo aos critérios da Faixa 1 do programa.

Uma menor parte, correspondendo a 23% de todos os entrevistados, informou renda mensal inferior a um salário mínimo. Salienta-se que essas, devido à baixíssima renda, são as que pagam menor valor das parcelas do financiamento das casas.

Por fim, mesmo havendo 12% das famílias em cada residencial que declararam ultrapassar o valor máximo definido pelo programa, salienta-se que nem sempre o atingem de forma estável e constante, uma vez que podem ser diversas as origens dessas rendas, muitas vezes de trabalho informal, conforme informado pelas famílias entrevistadas.

Tabela 31 – Origens da renda mensal de 13 famílias do Residencial Vitória I que declararam receber menos de 1 salário mínimo

Origem da renda	Trabalho informal	PBF	Pensão dos filhos	Ajuda de familiares
Quantidade de famílias	8	9	2	3

Fonte: Elaboração própria

De acordo com os dados percebe-se que 8 dessas famílias, sobrevivem a partir de renda de trabalho informal, não oferecendo qualquer estabilidade ou segurança. Inclusive, duas delas informaram não haver ninguém trabalhando no momento da entrevista. São 9 as que complementam a renda com o benefício do PBF, com valores que variam de R\$ 39,00 a R\$ 240,00, de acordo com a composição e realidade de cada uma delas. Duas recebem pensão dos filhos, entretanto informaram que são valores baixos devido à realidade financeira dos pais que nem sempre trabalham com a carteira assinada. Duas das entrevistadas informaram receber ajuda financeira de filhos. Outra disse que a mãe a ajuda como e quando pode.

Tabela 32 – Origens da renda mensal de 31 famílias do Residencial Vitória I que declararam receber entre 1 e 2 salários mínimos

Origem da renda	Trabalho formal	Trabalho Informal	Aposen-Tadoria	BPC	Auxílio doença	PBF	Pensão Filhos	Ajuda de familiares
Quantidade de famílias	10	15	03	02	01	15	01	01

Fonte: Elaboração própria

A partir dos dados coletados, percebe-se que atualmente 10 dessas famílias se mantêm por meio da renda de trabalho formal de um dos integrantes. Dessas, 6 possuem mais um integrante que contribui com a renda a partir de trabalho informal. Outra com dois integrantes também em trabalho informal. Dentre as 10, são 3 as beneficiadas pelo PBF, recebendo valores que variam entre R\$ 163,00 e R\$ 290,00.

Foram 15 as famílias que informaram que no momento da entrevista sobreviviam a partir de trabalho informal, sendo que 7 delas têm dois integrantes trabalhando e, dentre essas, 3 realizam trabalho informal em pontos comerciais construídos nas próprias moradias. As outras 8 contam com a renda de apenas um integrante em trabalho informal. Dessas, uma realiza trabalho informal em cômodo comercial construído na casa. Duas delas, também, estão recebendo o benefício de Seguro Desemprego. Uma conta com pensão paga pelo pai das crianças, e outra recebe auxílio da mãe. Salienta-se que dessas 15 famílias, 10 informaram que complementam a renda com o benefício do PBF, recebendo valores que variam entre R\$ 78,00 e R\$ 352,00.

Foram 3 as famílias que informaram se sustentar por meio de 1 salário mínimo referente a aposentadoria, sendo que em uma delas a renda é complementada com o benefício do PBF. Também duas informaram se sustentar por meio do BPC para PcD, sendo que em uma delas há também a contribuição de trabalho informal de um dos integrantes, além do benefício do PBF. Ainda, outra entrevistada informou que se mantém com o benefício Auxílio Doença.

Tabela 33 – Origens da renda mensal de 6 famílias do Residencial Vitória I que declararam receber entre 2 e 3 salários mínimos

Origem da renda	Trabalho formal	Trabalho informal	Pensão por morte	Aposentadoria	BPC
Quantidade de famílias	05	01	01	01	01

Fonte: Elaboração própria

A partir dos dados é possível perceber que a maioria das famílias, num total de 5, se mantém por meio de integrantes com trabalho formal havendo, de certa forma, alguma estabilidade financeira. Em 3 delas, são 2 os integrantes que estão em trabalho formal, sendo que uma também pode contar com a renda de trabalho autônomo de um dos integrantes. Em outra, além da renda oriunda de trabalho formal de 1 dos integrantes, há a contribuição da renda de trabalho autônomo de outro, além da pensão de pessoa idosa. Na outra, além da renda formal de 1 dos integrantes, há também as rendas provenientes de aposentadoria por idade e, também, de BPC para PcD. Por fim, a outra se mantém a partir de 2 integrantes que realizam trabalho informal, podendo ser considerada aquela com menor estabilidade.

Já os informantes do Residencial Montes Claros forneceram as seguintes respostas em relação à origem das rendas de suas famílias:

Tabela 34 – Origens da renda mensal de 10 famílias do Residencial Montes Claros que declararam receber menos de 1 salário mínimo

Origem da renda	Trabalho informal	PBF	Pensão dos filhos	Ajuda de familiares	Outros
Quantidade de famílias	7	8	2	1	1
Percentual	70%	80%	20%	10%	10%

Fonte: Elaboração própria

Os dados possibilitam perceber que 70%, sendo a maioria dessas famílias, as que sobrevivem por meio de renda de trabalho informal, não oferecendo qualquer estabilidade ou segurança. Salienta-se que em uma das famílias ninguém estava trabalhando no momento da entrevista. São 80% as que recebem o benefício do PBF, com valores que variam de R\$ 39,00

a R\$ 280,00, de acordo com a composição e realidade de cada uma das famílias. Duas delas recebem pensão dos filhos, entretanto informaram que são valores baixos devido à realidade financeira dos pais que nem sempre trabalham com a carteira assinada. Uma das entrevistadas informou receber ajuda financeira da mãe, pois não tem conseguido trabalho e, seu marido se encontra encarcerado, não havendo possibilidade de contribuir com as despesas da família. Outra informou que construiu em sua casa um pequeno cômodo comercial para instalação de salão de beleza. Entretanto, devido à dificuldade de obter clientes no residencial, o arrendou no intuito de conseguir renda, de certa forma mais estável, para sua família.

Tabela 35 – Origens da renda mensal de 34 famílias do Residencial Montes Claros que declararam receber entre 1 e 2 salários mínimos

Origem da renda	Trabalho formal	Trabalho Informal	PBF	BPC	Aposen-Tadoria	Pensão Filhos	Pensão p/morte	Ajuda de familiares
Quantidade de famílias	14	11	16	6	1	3	1	1
Percentual	41,1%	32,3%	47%	17,6 %	2,9%	8,8%	2,9%	2,9%

Fonte: Elaboração própria

A partir dos dados coletados, percebe-se que 41,1% dessas famílias têm integrantes em trabalho formal. Dentre elas, apenas uma tem duas pessoas que atualmente trabalham sob esse regime. Em outras 3 há integrantes que contribuem com a renda por meio de trabalho informal. Outra também conta com o valor de 1 salário mínimo referente ao BPC de um filho com deficiência. E, ainda, 5 delas são beneficiadas pelo PBF, recebendo valores que variam entre R\$ 39,00 e R\$ 168,00.

Foram 11 as famílias que informaram sobreviver a partir de trabalho informal, sendo que em uma dessas famílias 3 pessoas trabalham atualmente e, em 3 delas, são duas as que têm 2 integrantes trabalhando. São 8 as que informaram complementar a renda com o benefício do PBF, recebendo valores que variam entre R\$ 241,00 e R\$ 425,00. Ressalta-se que o trabalho informal acontece em 3 das moradias dessas famílias, sendo que em duas delas cômodos da casa estão sendo utilizados para fins comerciais. Em outra foi construído um ponto comercial na área externa.

Foram 6 as famílias que informaram se sustentar com 1 salário mínimo referente ao BPC, sendo que 5 delas são compostas por pessoas com deficiência física e a outra por pessoa idosa, e nessa a renda é complementada com o benefício do PBF. Salienta-se, também, que dentre as 5 primeiras, uma conta com a renda de integrante que desenvolve trabalho

informal, além de receber ajuda de familiar que efetua o pagamento das parcelas do financiamento da casa.

Uma das informantes disse que naquele momento sobrevivia somente com a pensão de 1 salário mínimo do filho e que, devido a problemas com a gravidez em curso, não tem conseguido trabalhar. Outra informou que cuida da avó idosa, sendo que esta recebe pensão por morte do cônjuge, no valor de 1 salário mínimo e, que complementa a renda com o benefício do PBF. Ainda, outra informou que sobrevivem ela e o companheiro com a aposentadoria dele, complementando a renda com o benefício do PBF.

Cabe ressaltar que foram 16 as famílias que informaram complementar a renda com o benefício do PBF, inclusive sendo para algumas um valor bem significativo, uma vez que os valores informados variam entre R\$ 39,00 e R\$ 425,00.

Salienta-se que apenas uma família declarou 2 integrantes em trabalho formal, recebendo 1 salário mínimo cada.

Tabela 36 – Origens da renda mensal de 6 famílias do Residencial Montes Claros que declararam receber entre 2 e 3 salários mínimos

Origem da renda	Trabalho formal	Trabalho informal	PBF	BPC
Quantidade de famílias	4	2	1	1
Percentual	66,6%	33,3%	16,6%	16,6%

Fonte: Elaboração própria

Os dados mostram que a maioria das famílias, num total de 4, se mantém por meio de integrantes com trabalho formal havendo, de certa forma, alguma estabilidade financeira. Em duas delas, são 2 os integrantes que estão em trabalho formal, sendo que uma também pode contar com a renda de trabalho autônomo de um dos integrantes. Em outra, além da renda oriunda de trabalho formal, há a contribuição da renda de trabalho autônomo de outro integrante. Ainda, outra complementa a renda do trabalho formal com o benefício do PBF. Entende-se que essas famílias têm certa estabilidade financeira, uma vez que se mantém a partir de rendas mais estáveis.

Uma das famílias se sustenta com renda obtida a partir do BPC para pessoa idosa, acrescida pelo trabalho autônomo de mais 3 dos integrantes, e outra se mantém por meio de trabalho autônomo de 4 integrantes, sendo que 2 deles trabalham em pequeno comércio existente em um dos cômodos da casa.

Considerando as informações relativas às origens das rendas das famílias pesquisadas nos residenciais, pode-se afirmar que as que sobrevivem com baixíssima renda,

inferior a 1 salário mínimo, convivem com constante instabilidade, pois além de não estarem inseridas em trabalho formal, dependem de benefícios sociais variáveis e/ou demais auxílios incertos, impossibilitando qualquer planejamento financeiro familiar. As famílias que se mantêm com renda de até 2 salários mínimos não é possível afirmar que têm situação considerável estável. Nelas, mesmo havendo renda de trabalho formal, que nem sempre é permanente, ou proveniente de BPC, pensão por morte ou aposentadorias, equivalentes a 1 salário mínimo, as demais são originárias da complementação de trabalhos informais, acrescidas ou não de benefícios variáveis sociais e/ou pensões e ajudas incertas. Situação semelhante acontece com as famílias que declararam receber entre 2 e 3 salários, pois mesmo sendo rendas razoáveis, não podem ser consideradas estáveis, uma vez que essas pessoas realizam trabalho informal, incerto. Ainda, as que desenvolvem atividade formal também podem sofrer consequências da instabilidade do mercado de trabalho cada vez mais seletivo, exigindo pessoas qualificadas.

3.3.2 – O nível de escolaridade e as profissões/ocupações dos provedores das famílias

O nível de escolaridade é um relevante aspecto a ser considerado uma vez que, pelo fato de grande parte dos provedores dessas famílias terem baixa qualificação profissional, ele se reflete diretamente nos tipos de atividades laborais desenvolvidas, além da permanência nelas e, principalmente na renda familiar. As seguintes informações das famílias pesquisadas confirmam essa realidade:

Tabela 37 – Nível de escolaridade dos provedores de famílias do Residencial Vitória I

Nível de escolaridade	S/ escolaridade	Alfabetizado	Fund. incomp.	Fund. comp.	Médio incomp.	Médio comp.	Superior Completo	Total
Homens		1	15	4	3	15		38
Mulheres	2		12	8	5	12	2	41
PcD	1					1		2
Idoso(a)		4	1					5
TOTAL	3	5	28	12	8	28	2	86
Percentual	3,4%	5,8%	32,5%	13,9%	9,3%	32,5%	2,3%	100%

Fonte: Elaboração própria

A partir dos dados acima se percebe que são 86 as pessoas que mantêm as 50 famílias pesquisadas no Residencial Vitória I. A maior parte das pessoas que mantêm as famílias, 48, atingiu o ensino fundamental, sendo que dessas 28 não o concluíram. Foram 36 as que atingiram o ensino médio, sendo 28 as que o concluíram e, dessas 15 são homens.

Pode-se perceber também que apenas duas mulheres concluíram o ensino superior, ressaltando-se que uma delas realiza trabalho informal e outra se encontra desempregada. Tal realidade sugere que até mesmo pessoas com maior nível de escolaridade têm enfrentado dificuldades para inserção no tão competitivo mercado de trabalho.

Percebe-se, também, que são 41 as mulheres que informaram contribuir para a renda familiar. Dessas, 12 terminaram o ensino médio, entretanto 27 não possuem esse nível de escolaridade. Foram 38 os homens que disseram contribuir com a renda familiar. Desses, 15 finalizaram o ensino médio. Porém, 27 também não possuem esse nível de escolaridade. Tal realidade pode dificultar a inserção no mercado de trabalho formal ou permitir o desenvolvimento de atividades laborais melhor remuneradas.

No sentido de confirmar tais suposições, perguntou-se qual a profissão ou ocupação dos 86 provedores das famílias pesquisadas no Residencial Vitória I, sendo obtidas as seguintes respostas:

Tabela 38 – Tipo de profissão/ocupação dos provedores de famílias do Residencial Vitória I

Profissão/ocupação HOMENS	Trabalho formal		Profissão/ocupação MULHERES	Trabalho formal	
	Sim	Não		Sim	Não
Ajudante de pedreiro	1	3	Atendente de <i>telemarketing</i>	2	
Bico		3	Auxiliar de serviços gerais	1	
Churrasqueiro	1		Babá		3
Comerciante autônomo		2	Cabeleireira/manicure		7
Entregador	1		Comerciante autônoma		7
Funcionário público	1		Confeiteira		1
Instalador de fibra ótica	1		Cozinheira	1	2
Jardineiro	1		Diarista		6
Lavador de carros		1	Funcionária pública	1	
Marceneiro		1	Gari		1
Motorista		2	Relojoeira		1
Office boy	1		Salgadeira		1
Operador de caixa	1		Serviços Gerais		2
Operador de máquina	1		Vendedora	2	3
Pedreiro	5	6			
Pintor		1			
Porteiro	1				
Taxista		1			
Serviços Gerais		2			
Vendedor		1			
TOTAL	15	23	TOTAL	07	34
Percentual	39,5%	60,5%	Percentual	17%	83%
Aposentado		3	Aposentada		2
BPC – PcD		1	BPC – PcD		1

Fonte: Elaboração própria

Percebe-se que a maioria, ou seja, 60,5% dos homens e 83% das mulheres informou realizar atividades informais, normalmente mal remuneradas. Ressalta-se também que os que estão inseridos em trabalho formal, em sua maioria, desenvolvem atividades nem sempre bem remuneradas.

Já as famílias pesquisadas no Residencial Montes Claros forneceram as seguintes informações a respeito do nível de escolaridade e do tipo de profissão/ocupação realizada por seus provedores:

Tabela 39 – Nível de escolaridade dos provedores de famílias do Residencial Montes Claros

Nível de escolaridade	S/ escolaridade	Alfabetizado	Fund. incomp.	Fund. comp.	Médio incomp.	Médio comp.	Superior incomp.	Total
Homens			15	7	6	9		37
Mulheres	1		9	2	4	12	1	28
PcD	3	1	3					7
Idoso(a)			2			1		3
TOTAL	4	1	29	9	10	22	1	76
Percentual	5,2%	1,3%	38,1%	11,8%	13,1%	28,9%	1,3%	

Fonte: Elaboração própria

Os dados acima mostram que 38,1% das pessoas que mantêm as famílias não completou o ensino fundamental, seguida por 28,9% que completou o ensino médio. Percebe-se, também, que é maior o número de homens que contribuem para a manutenção das casas, sendo que dos 37, 15 têm baixo nível de escolaridade, uma vez que não completaram o ensino fundamental e, somente 9 concluíram o ensino médio. Observa-se que são 28 as mulheres que informaram contribuir para a renda familiar. Dessas, 12 terminaram o ensino médio, entretanto 15 não possuem esse nível de escolaridade, também podendo dificultar a inserção no mercado de trabalho formal ou permitindo inserção em funções mal remuneradas. Observa-se, ainda, que apenas uma atingiu o ensino superior, porém devido à ausência de renda não o concluiu.

Diante dessa conjuntura, perguntou-se qual a profissão ou ocupação dos 76 provedores das famílias pesquisadas no Residencial Montes Claros, sendo obtidas as seguintes respostas:

Tabela 40 – Tipo de profissão/ocupação dos provedores de famílias do Residencial Montes Claros

Profissão/ocupação HOMENS	Trabalho formal		Profissão/ocupação MULHERES	Trabalho formal	
	Sim	Não		Sim	Não
Acabador de mármore	01		Artesã		03
Ajudante de pedreiro		07	Atendente de <i>telemarketing</i>	02	
Ajudante de torneiro mecânico		01	Auxiliar de câmara frigorífica	01	
Atendente	01		Auxiliar de serviços gerais	01	
Auxiliar de armazém	01		Cabeleireira/manicure		04
Auxiliar de eletricitista	01		Comerciante autônoma		05
Bombeiro hidráulico		01	Copeira	01	
Chapeiro		01	Diarista		04
Churrasqueiro		01	Doméstica	01	
Comerciante autônomo		03	Promotora de cartão	01	
Fotógrafo		01	Salgadeira	01	
Frentista	01		Vendedora		04
Garçon		01	TOTAL	08	20
Mecânico		01	Percentual	28,6%	71,4%
Mecânico industrial	01				
Motorista		02			
Moto taxista		01			
Operador de betoneira		01			
Padeiro		01			
Pedreiro	02	04			
Prestador de serviços		01			
Promotor de vendas		01			
Salgadeiro		01			
Vendedor		01			
TOTAL	08	30			
Percentual	21%	79%			
Aposentado	01				
BPC – Idoso	01		BPC – PcD	03	
BPC – PcD	02		Pensionista	03	

Fonte: Elaboração própria

Percebe-se que a grande parte, 79% dos homens e 71,4% das mulheres realiza trabalho informal, em atividades que nem sempre exigem alto nível de escolaridade. Observa-se, também que apesar de os demais estarem inseridos em trabalho formal, a maioria das atividades realizadas não exige nível elevado de escolaridade, muitas vezes sendo mal remuneradas.

Considerando-se o nível de escolaridade das pessoas provedoras das famílias pesquisadas nos dois residenciais pode-se afirmar que em sua maioria este é considerado baixo, uma vez que a maior parte não concluiu o ensino fundamental. Tal realidade sugere a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, tanto formal quanto informal. Além disso, as atividades por eles desenvolvidas, justamente por nem sempre exigirem maior qualificação,

costumam não ser bem remuneradas, podendo comprometer na renda financeira familiar. Salienta-se a significativa participação da presença feminina que trabalha e contribui para a renda da família, sendo esta uma relevante estratégia para uma melhor qualidade de vida, uma vez que a junção de várias rendas pode trazer maior conforto e segurança. Os dados abaixo melhor explicitam a dinâmica provedora das 100 famílias pesquisadas nos residenciais.

Tabela 41 – Provedores de famílias do Residencial Vitória I

Provedor(es)	Casal	Homem	Mulher	Idoso	PcD	Vários
Quantidade de famílias	20	6	13	03	1	7
Percentual	40%	12%	26%	6%	2%	14%

Fonte: Elaboração própria

Constatou-se que são 6 as famílias pesquisadas mantidas somente pelos homens. Dessas, todas as mulheres se declararam como “do lar” e, uma delas informou complementar a renda com o benefício do PBF. São 20 as famílias providas pelo casal, sendo que 9 declararam receber o benefício do PBF. Foram 13 as famílias que informaram ser mantidas somente por mulheres, sendo que 10 declararam ser beneficiadas pelo PBF e duas recebem pensão dos filhos. São 3 as famílias mantidas pela renda de pessoa idosa. Apenas uma família se mantém com o BPC para PcD. Por fim, verificou-se que são 7 as famílias que se mantêm a partir da combinação das rendas de vários dos seus integrantes. Em uma delas todos os integrantes estão atualmente realizando algum de tipo de atividade remunerada. Também 3 delas contam com o benefício do PBF.

Nas famílias entrevistadas no Residencial Montes Claros a dinâmica provedora acontece da seguinte maneira:

Tabela 42 – Provedores de famílias do Residencial Montes Claros

Provedor(es)	Casal	Homem	Mulher	Idoso	PcD	Vários
Quantidade de famílias	11	19	06	01	04	09
Percentual	22%	38%	12%	2%	8%	18%

Fonte: Elaboração própria

Constatou-se que são 19 as famílias pesquisadas mantidas somente pelos homens. Dessas, todas as mulheres também se declararam como “do lar” e, 15 informaram complementar a renda com o benefício do PBF. São 11 as famílias providas pelo casal, sendo que 3 declararam receber o benefício do PBF. Foram 6 as famílias que declararam ser mantidas somente por mulheres, sendo que 3 informaram ser beneficiadas pelo PBF e duas recebem pensão dos filhos. Apenas uma família se mantém com a aposentadoria do idoso, que

também declarou receber benefício do PBF. Identificou-se 4 famílias que se mantêm apenas com o BPC para PcD. Verificou-se, também, que são 9 as famílias que se mantêm a partir da combinação das rendas de vários dos seus integrantes, salientando-se que existem aquelas em que todos os integrantes estão atualmente realizando algum de tipo de atividade remunerada.

Nos dois residenciais percebe-se que as famílias pesquisadas têm buscado variadas estratégias para subsistência, inclusive envolvendo rendas de mais de um integrante, no sentido de viver com maior dignidade. Entretanto, devido às baixas remunerações, e à situação de desemprego, dentre outros fatores, estas famílias nem sempre conseguem renda mínima necessária para conseguir sanar todas as despesas, dentre elas as parcelas das casas, que foram financiadas em 120 meses, com valores fixos definidos a partir da renda comprovada pela família ao fazer o cadastro para a aquisição da moradia.

3.3.3 – Assiduidade e estratégias para pagamento das parcelas do financiamento

Os valores mensais das parcelas informados pelas famílias dos dois residenciais variaram entre R\$ 25,00 e R\$ 79,90. Estão compatíveis aos critérios de valor mínimo a ser pago pelas famílias com menor renda e ao percentual de 5% do valor da renda máxima, de R\$ 1.350,00 e R\$ 1.600,00, estabelecidos para as Fases 1 e 2 do programa.

Mesmo sendo considerados baixos, se comparados aos valores de aluguéis, significativa quantidade de famílias, devido a diversas razões, não estão conseguindo manter o pagamento em dia. No Residencial Vitória I a assiduidade das parcelas se encontra assim:

Tabela 43 – Assiduidade nas parcelas do financiamento de 50 casas do Residencial Vitória I

Assiduidade das parcelas	Sim	Não
Quantidade de famílias	27	23
Percentual	54%	46%

Fonte: Elaboração própria

É possível observar que 46% das famílias entrevistadas não estão com as parcelas em dia. Foram 13 as que informaram estar com as parcelas em atraso devido à atual situação de desemprego. As outras 10 informaram que a renda da família não tem sido suficiente para pagar todas as contas. Duas delas informaram que apesar das dificuldades financeiras, estão se esforçando para regularizar parcelas em atraso. Dentre as diversas justificativas, salientam-se as seguintes:

Desemprego dos dois. Tem parcelas acumuladas.

Sem condições financeiras. Desemprego. Tem outras contas pra pagar, senão eles cortam.

Tem seis meses que meu marido está sem emprego. A família é grande.

Estamos com problema de saúde na família.

Dependo de tirar boleto na Caixa. Já cheguei pagar cinco parcelas junto.

Sem condições financeiras.

Já dentre as 27 famílias que estão com as parcelas em dia, 9 têm trabalho formal, conseguindo programar os gastos mensais, separando a verba necessária para pagá-las. Outras 5 famílias também conseguem fazer o mesmo, uma vez que 2 delas contam com o BPC e três com aposentadoria, sendo rendas mensais fixas.

Duas das famílias informaram que pagam as parcelas com o benefício do PBF. Outras duas informaram receber ajuda de familiares que efetuam o pagamento. Foram 7 as que informaram que mesmo em situação de trabalho informal, se organizam e separam a verba para manter as parcelas em dia. E, ainda, outras duas informaram que deixam de pagar outras contas ou comprar alimentos para manter as parcelas em dia, salientando que se esforçam muito. Ressaltam-se as frases de alguns entrevistados:

Nóis tira da boca pra pagar.

Atraso outras contas, mas não deixo de pagar.

Com esforço. Deixo de comprar outras coisas pra pagar as parcelas.

Minha mãe paga pra mim.

Pago com o Bolsa Família.

O PMCMV também ofereceu uma verba no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), referente ao Programa Minha Casa Melhor, lançado em junho/2013, para aquisição de móveis e eletrodomésticos, visando maior conforto para as famílias contempladas no Residencial Vitória I. Das 50 famílias entrevistadas, foram 33 as que informaram ter recebido esse valor, pois se mudaram sem móveis. Entretanto, 22 delas disseram que não conseguiram pagar devido ao acúmulo com as parcelas do financiamento da casa, além do desemprego. Outros 3 moradores informaram que devido à uma greve da Caixa Econômica Federal, por não terem conseguido retirar boletos de pagamento, houve acúmulo de parcelas, comprometendo a capacidade de pagamento. Outras 5 famílias estão pagando em dia e, uma

está com parcelas em atraso. Mais 4 mulheres entrevistadas não souberam informar se as parcelas estavam em dia, pois quem paga é o provedor da família. Ainda, as outras 17 famílias não receberam essa verba, sendo que 8 delas informaram não ter sido necessário e as 9 restantes por receio de não conseguirem realizar o pagamento.

As famílias pesquisadas no Residencial Montes Claros informaram que a assiduidade de pagamento das parcelas se encontra da seguinte maneira:

Tabela 44 – Assiduidade nas parcelas do financiamento de 50 casas do Residencial Montes Claros

Assiduidade das parcelas	Sim	Não
Quantidade de famílias	34	16
Percentual	68%	32%

Fonte: Elaboração própria

Observa-se que 32% das famílias entrevistadas não estão com as parcelas em dia. Foram 6 as que informaram estar com as parcelas em atraso devido à situação de desemprego. As outras 10 informaram que a renda da família não tem sido suficiente para pagar todas as contas. Dentre essas famílias, uma informou estar se esforçando para pagar parcelas em atraso. Salienta-se que outra informou que atualmente tem oito parcelas atrasadas, e que quando tinha seis em atraso tentou pagar duas, porém não foi permitido, uma vez que na Caixa Econômica Federal foi informada que só receberiam se pagasse três parcelas de uma só vez. Dentre as diversas razões do não pagamento, salientam-se as seguintes:

Muita gente daqui não paga as parcelas.

Estou com quatro atrasadas. Manter a casa sem marido está muito difícil.

Não sobra dinheiro. Água e luz é muito caro e eles corta.

Tem contas acumuladas e não consigo pagar.

Já, dentre as 34 famílias que estão com as parcelas em dia, 12 têm trabalho formal, conseguindo programar os gastos mensais, separando o valor necessário para pagá-las. Outras 6 famílias também fazem o mesmo, uma vez que 5 delas contam com o BPC e outra com pensão por morte, sendo rendas mensais fixas.

Uma das famílias informou que paga as parcelas com o benefício do PBF. Outra informou que recebe ajuda de um familiar que efetua o pagamento. Foram 10 as que informaram que mesmo em situação de trabalho informal, se organizam e separam o valor

para pagar as parcelas em dia. Ainda, 4 informaram que deixam de pagar outras contas ou comprar alimentos para manter as parcelas em dia, ressaltando que se esforçam muito. Salientam-se as frases de alguns entrevistados:

*Nóis tira até da boca pra pagar. Tem que organizar pra pagar.
Deixo tudo pra pagar. Atraso outras contas.
Com esforço. Deixa de comer alguma mistura, mas pago em dia.
A gente se organiza. Não dá pra ficar sem pagar.*

Ressalta-se que a verba de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), referente ao Programa Minha Casa Melhor não foi disponibilizada a essas famílias, uma vez que o programa foi interrompido antes da entrega das chaves das casas do residencial Montes Claros

Os dados nos mostram que, principalmente as famílias menos favorecidas economicamente, em sua maioria se mantendo por meio de renda de trabalho informal e/ ou benefícios variáveis, são as que não estão assíduas em relação às parcelas de suas casas. É preciso considerar que mesmo sendo baixo o valor das parcelas, a regularidade em relação a contas de água e de energia se torna prioridade, uma vez que deixam de ser fornecidas por falta de pagamento. Sendo assim, o não pagamento das parcelas da casa pode ser considerado estratégia de garantia de acesso a serviços essenciais para o bem estar dessas famílias.

Entretanto, percebe-se que as demais famílias também se esforçam e se organizam para manter as parcelas em dia, mesmo recebendo rendas consideradas fixas ou mais estáveis, pois costumam ser baixas se comparadas às demandas que enfrentam cotidianamente. Utilizam como estratégia a priorização do pagamento das parcelas em detrimento de outras contas, demonstrando o receio de não terem a garantia de posse do imóvel.

Ainda cabe salientar que entrevistados dos dois residenciais se mostraram incomodados com a maneira definida pela Caixa Econômica Federal para o pagamento das parcelas, uma vez que mesmo sendo valores fixos não é disponibilizado carnê, sendo considerado por eles um aspecto facilitador. Informaram que todos os meses têm que se dirigir à agência da Caixa Econômica Federal para retirar a guia de pagamento, sendo inclusive cobrada taxa para sua emissão. A guia também pode ser retirada a partir do *site* da Caixa Econômica Federal, porém por se tratarem de famílias que nem sempre possuem computadores, impressoras e acesso à internet, muitas vezes recorrem a *Lan Houses* para imprimi-las, também pagando taxas. Além das taxas para impressão, ainda se queixaram do

custo mensal de deslocamento para efetuar os pagamentos, uma vez que não existem bancos nem casas lotéricas próximas aos residenciais, tornando-se muitas vezes impraticável principalmente para as famílias de mais baixa renda, dificultando a assiduidade dos pagamentos. Cabe salientar que devido ao recente início dos serviços dos Correios no Residencial Vitória I, entregando o boleto emitido pela Caixa Econômica Federal para pagamento das parcelas, essa dificuldade seja amenizada, uma vez que os moradores já não precisarão retirar a guia para pagamento. Entretanto, essa ainda não é uma realidade no Residencial Montes Claros.

Diante desse contexto, que exige tanto dessas famílias que muitas vezes têm tão pouco, enfrentando dificuldades diárias na luta pela subsistência e por melhores condições de vida, pode-se afirmar que a mudança para os residenciais trouxe junto com a satisfação da realização do sonho da casa própria diversos desafios frente às demandas postas diariamente. Tal realidade pode refletir na intenção ou não de permanência das famílias nos residenciais.

3.4 – Satisfações e insatisfações contrapostas à intenção de permanência nos residenciais

A partir de todas as informações obtidas nesse estudo, é possível afirmar que depois da mudança para os residenciais, vários têm sido os desafios, necessitando de diversas estratégias e/ou adaptações dessas famílias para que possibilitem garantir o enfrentamento das demandas diariamente a elas postas. Percebeu-se o quanto as famílias têm se esforçado para conquistarem maior conforto e melhor qualidade de vida. Entretanto, também se constatou que o aspecto distância da área central da cidade muito tem refletido negativamente, uma vez que torna mais onerosa a vida dessas famílias de baixa renda, contribuindo para a situação de segregação, podendo comprometer a intenção ou não de permanência nos residenciais.

Os dados obtidos pelas famílias pesquisadas no Residencial Vitória I, em relação à permanência ou não nos residenciais diante das dificuldades vivenciadas cotidianamente, foram as seguintes:

Das 50 famílias, 20, ou seja, 40% disseram ter a intenção de permanecer no residencial, ressaltando-se as seguintes justificativas:

Mesmo faltando muita coisa, nós gostamos daqui.

Já tenho muita idade. É muito bom pra mim.

Estou na minha casa.

*É a única coisa que tenho pra deixar pros meus filhos.
 Casa própria nunca tive. Quero ficar aqui. Só tem que trazer melhoria pra cá.
 Acostumei aqui.
 Gosto daqui. Saí do aluguel.
 Daqui somente pro cemitério. Estou dentro da minha casinha. É minha.
 A gente ter a casa da gente é segurança pra gente.*

Entretanto foram 30, correspondendo a 60%, as que informaram ter a intenção de se mudar do Residencial Vitória I, sendo esses os motivos e os locais onde gostariam de morar:

*Muito distante. Não tem benefício pra nós. Mais próximo do centro.
 Penso direto. O lugar não dá, não tem nada. Voltar pro Independência.
 É longe de tudo. Mas tem que ficar aqui. Não tem jeito. Ir pro Major Prates. Lá tudo é mais fácil.
 A gente sofre aqui. Queria voltar para onde eu vim.
 Sim. Falta muita coisa. Tudo é muito longe. Pro Eldorado.
 Local isolado, sem estrutura. Casa colada. Não tem privacidade. Voltar pro Sumaré.
 Todo dia penso ir embora pro Major Prates.
 Todos os dias. É longe de tudo. Estamos isolados. Ir pro Maracanã.
 Penso. É muito longe. Tive que largar o trabalho para cuidar dos filhos. Voltar pro Renascença.
 Aqui é muito difícil. Fico muito sozinha. Ficar junto da família na Vila São Francisco de Assis.
 Sim, sempre. Ir pra qualquer lugar mais perto do centro.
 Já. As dificuldades financeiras, de distância. Alugar aqui e ir pro Maracanã ou Major.
 Não gosto daqui. Me sinto isolada de tudo. Quando digo onde moro sinto preconceito das pessoa. Voltar pro Jardim Palmeiras.*

As informações obtidas junto às famílias do Residencial Montes Claros foram as seguintes:

Foram 40, correspondendo a 80%, as que disseram ter intenção de permanecer no Residencial Montes Claros, ressaltando-se as seguintes razões:

No início não me adaptava. Tinha vontade de voltar para o lugar de onde vim. Agora já acostumei. Gosto demais daqui.

Meu sonho era ter uma casa própria. Eu gosto daqui e o bairro é bom.

É minha, no meu nome, foi Deus que me deu. É uma coisa pra mim e pro meu filho.

Nunca tive minha casa própria. Não quero largar ela nunca.

Vim do sufoco para o céu. Gostamos daqui. Temos que gostar.

Não gosto. Mas não quero mudar. Saí do aluguel.

Minha casa. Gosto daqui. Pode ser longe, pode ser tudo, mas é da gente.

As casinhas são boas. É pequena mas bem organizada. Agradeço à Deus por não pagar aluguel.

As outras 10 famílias, equivalente a 20%, disseram ter a intenção de se mudar do Residencial Montes Claros, informando os seguintes motivos e o locais:

É muito distante. Difícil pra serviço, pra estudo. Queria ir pra lugar mais central.

É muito longe. Difícil pra trazer os filhos. Queria voltar pro Delfino.

Não tem benefício nenhum. Sinto falta da família. Tive depressão. Voltar pro Maracanã.

Falta segurança. Monte de lixo e entulho na área de frente da minha casa. Matagal que esconde malandro. Queria voltar pra onde eu morava.

Depressão, sozinha, sem ninguém pra ajudar, muito distante. Nem sei pra onde quero ir.

Está caro pagar as contas. Custo de vida caro. Pensei voltar pra área de risco pra não pagar contas.

Tudo é longe. Tem que gastar muito pra poder ficar no bairro. Queria voltar para onde estava antes.

Em relação às informações das famílias do Residencial Vitória I, pode-se afirmar que a menor parte não tem a intenção de se mudar, uma vez que encontraram no residencial o refúgio e a segurança para suas famílias, valorizando muito o fato de estarem em moradia própria, não mais tendo que pagar aluguel. Entretanto, o mesmo não acontece com as 30 demais que informaram ter vontade de se mudar, alegando insatisfação, devido principalmente ao fator distância, que dificulta o acesso a serviços, ao convívio com familiares, além de tornar o custo de vida mais elevado, impactando significativamente na renda financeira de famílias que já possuem tão baixo poder aquisitivo.

Já no Residencial Montes Claros, percebeu-se o inverso, ou seja, a maior parte das famílias pesquisadas informou ter a intenção de permanência, e 10 foram as que disseram que gostariam de se mudar para áreas mais centrais e bairros com melhor infraestrutura, com melhor acesso a serviços, ou para ficarem próximas de familiares.

Cabe considerar um fator interessante que pode gerar impactos nessa conjuntura: o tempo. Salienta-se já serem 4 anos que as famílias convivem e enfrentam as difíceis demandas cotidianas, podendo gerar muitos desconfortos e até mesmo falta de esperança de uma vida melhor devido à longa espera por melhorias na infraestrutura básica do Residencial Vitória I, ressaltando-se os comentários de moradoras:

Precisa terminar essa escola logo. Tinha que ter posto de saúde pra nós aqui do residencial. Tem dois anos que eles prometeu. É minha. A gente precisa. Mas falta tudo. Precisa melhorar o bairro. Podia ter projeto social, cooperativa, lugar de lazer pros menino. Eles exclui a população pobre pra dentro do mato.

É notória a insatisfação em relação a promessas ainda não cumpridas; a falta de acesso a serviços e ao comércio; além de benfeitorias que envolvam e proporcionem, inclusive, qualificação profissional no sentido de geração de renda, além de socialização e entretenimento para as famílias do Residencial Vitória I. Entretanto, talvez devido ao menor tempo de permanência, as famílias do Residencial Montes Claros, estando muitas vezes entusiasmadas em decorrência da recente conquista da casa própria, mesmo já vivenciando difíceis enfrentamentos na rotina diária, podem ainda ter perspectivas de melhoras na qualidade de vida. Mesmo assim, moradores já manifestaram insatisfações:

A questão é que colocaram a gente aqui e nos abandonaram. Aqui é uma solidão completa. Largaram a gente aqui. Ninguém nunca veio saber nada de nós aqui. As vezes sinto falta das pessoas vim na minha casa. Eu sinto solidão. Chega fim de semana eu entro aqui pra dentro e vou dormir porque num tem nada pra fazer aqui. Num tem nada na rua. É muito parado. Tinha que resolver o problema dessa área aqui na frente. Tem cobra, escorpião, mato, lixo.

Tem espaço pra posto de saúde, pra academia pública, quadra para as criança, farmácia. Eles podia colocar.

Tenho dois filhos que não quer vim morar aqui. É longe.

Frente a essas observações pode-se questionar, inclusive, se o nível de satisfação e intenção de permanência continuará o mesmo daqui a algum tempo, caso benefícios não sejam alcançados por essas famílias, uma vez que estão bem cientes em relação a possibilidades de melhorias que proporcionariam melhor bem estar a todos.

Entende-se, ser relevante considerar que se trata de uma população que também tem ciência de que se tivessem sido construídas 500, ao invés de 499 casas, a infraestrutura mínima, com escola, posto de saúde e de demais equipamentos públicos, deveria ser oferecida juntamente com a entrega das chaves. Eis os comentários de entrevistados do Residencial Montes Claros:

É, mas se tivesse as 500 casas eles era obrigado a oferecer tudo. Mas só tem 499.

Olha aí. Derrubaram a casa 500 para não ter benefício.

Cabe, ainda, considerar a percepção de moradores quanto às possibilidades de melhorias na qualidade de vida quando afirmam:

As indústrias do Distrito podiam dar mais oportunidade de emprego pra gente aqui. Estamos tão perto deles. Ia facilitar demais. (moradora do Residencial Vitória I)

Eles podia melhorar a estrada que liga o residencial ao Mirante do Sol e BNB.

São só 2 quilômetros. Ia ajudá muito. (morador do Residencial Montes Claros)

Pode-se afirmar serem sugestões e estratégias que visam contribuir para o coletivo, para os interesses da comunidade, ou seja, para possibilidades de melhorias na qualidade de vida de todos. A proximidade local do Residencial Vitória I com as indústrias contribuiria com menor tempo e menos custo com locomoção, entretanto o fator baixa escolaridade de grande parte dos provedores das famílias seria um significativo dificultador para a contratação. Já a adequação da estrada ligando ao loteamento Mirante do Sol e ao Clube do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), seria outra opção para interligar o Residencial

Montes Claros com os demais bairros mais próximos, facilitando acesso a serviços neles oferecidos.

As informações possibilitaram identificar a insatisfação e a vontade de se mudar de significativa parcela das famílias pesquisadas, principalmente as do Residencial Vitória I, sentindo-se isoladas, distante de tudo, abandonadas. Alegaram ser muito difícil conviver com tantas demandas que delas exigem muitos esforços, nem sempre possíveis devido a condição de baixa renda. Entretanto, mesmo com esse contexto, também informando haver insatisfações, a maioria delas informou que não tem a intenção de se mudar, pois o fato de estarem no que é próprio supera as mais diversas dificuldades já vivenciadas em outros locais. Famílias sugerem e acreditam em futuras melhorias para os residenciais, entendendo que por meio delas o cotidiano poderá se tornar mais fácil, menos oneroso e com maiores oportunidades.

Diante desse contexto, é necessário que as políticas voltadas para a habitação partam do princípio de que moradia não se resume a uma casa, mas sim a um local composto por benfeitorias básicas e suficientes que garantam conforto e bem estar à todos, suscitando a vontade de permanência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A moradia é direito de todos os cidadãos, sendo reconhecido mundialmente a partir da Declaração Universal de Direitos Humanos, de 1948, uma vez que se trata de algo fundamental para a garantia de abrigo e segurança do ser humano, sem discriminação e preconceitos, oferecendo a dignidade e o exercício da cidadania.

Para além de uma estrutura física, a moradia deve oferecer acesso a serviços e equipamentos capazes de garantir conforto e bem-estar para as famílias. Entretanto, devido à desigualdade social, causadora da situação de pobreza, em suas variadas vertentes e causas, nem todos têm facilidade de adquirir moradia própria, causando dificuldades para a vida de muitas pessoas em situação de vulnerabilidade social, que muitas vezes se sujeitam a morar em locais insalubres, em áreas de risco ou assumindo aluguéis, comprometendo a situação de baixa renda.

Diante desse contexto, desde a década de 1940 o Estado brasileiro implementou variadas políticas públicas voltadas para a habitação popular, que trouxeram avanços e também retrocessos. Entretanto, todas elas se revelaram insuficientes face à gravidade do problema. Foi somente após a criação do Ministério das Cidades, em 2003 e, posteriormente com o novo Sistema Nacional de Habitação de Interesse Popular, instituído em 2005, que se estabeleceram subsídios financeiros e legais necessários para a criação do programa habitacional com mais expressivo resultado quantitativo criado no país, o Programa Minha Casa Minha Vida. Sua primeira etapa foi lançada em 2009, e representou a entrega de mais de 2,6 milhões de moradias até 2016, beneficiando mais de 10,4 milhões de pessoas em diversas cidades brasileiras, dentre elas Montes Claros, cidade média do norte de Minas Gerais.

O foco desse estudo foi a Habitação de Interesse Social, representada pela Faixa 1 do programa, que tem por objetivo beneficiar famílias com renda mensal de até R\$ 1.800,00. A pesquisa de campo foi realizada junto a famílias de dois residenciais, sendo o Vitória I, localizado ao extremo norte e o Montes Claros, ao extremo sul, ambos construídos em áreas distantes da área central da cidade.

Devido ao fator distância e à incipiente infraestrutura dos residenciais, nem sempre é fácil o acesso a serviços (educação, saúde, bancos, correios, casas lotéricas, lazer, etc.), e demais equipamentos (comércio em geral), tão necessários às famílias. A distância também pode comprometer a permanência no trabalho, os vínculos familiares e/ou os laços de amizade nos bairros de origem, pois muitas das famílias têm dificuldade de locomoção.

Salienta-se que mesmo vindas de casas alugadas, cedidas, compartilhadas e/ou de área de risco, o acesso a serviços e equipamentos e atividades diárias, por vezes era mais fácil nos locais de origem uma vez que famílias moravam em bairros mais consolidados, com melhor infraestrutura ou mais próximos do centro da cidade. No sentido de enfrentarem essas dificuldades, famílias dos dois residenciais informaram que utilizam de estratégias que partem desde a locomoção a pé e/ou por meio de bicicletas, inclusive percorrendo longas distâncias; limitar meios de transportes próprios e até emprestados (motocicletas e/ou automóveis), somente para trabalho, pois nem sempre têm condições de abastecê-los para outros fins; utilizar caronas de vizinhos e/ou de ônibus escolares, até mesmo para visitar parentes; utilizar transporte público, sendo muitas vezes oneroso, além de moroso, devido as longas distâncias percorridas; pagar taxas de entrega quando realizam suas feiras; por fim, chegando ao ponto de deixarem filhos morando com demais familiares, para que tenham mais fácil e menor oneroso acesso à escola em outros bairros.

A não proximidade com a família e demais amigos dos bairros de origem também contribuiu para que vínculos de amizade fossem estabelecidos entre os novos vizinhos. Por conviverem no mesmo local, com situações muitas vezes semelhantes, vários enxergam na vizinhança a companhia, o apoio, a segurança, alegando que um precisa do outro.

Os residenciais são compostos por pequenas casas iguais que nem sempre atendem às demandas e singularidades das famílias uma vez que, devido à ausência de condições financeiras, muitas vezes não conseguem adequá-las. Ressalta-se o positivo exemplo de residenciais existentes no Uruguai, citados no Plano Nacional de Vivendas (PVN), implementados entre 1968 e 1983, frutos de consistentes diagnósticos das realidades das famílias beneficiadas, que procuraram atender suas particularidades e número de integrantes construindo casas de 1 a 4 dormitórios. Talvez essa fosse uma importante alternativa, a ser avaliada pelo Estado, no sentido de garantir maior bem estar para esse público. Mesmo assim, apesar das dificuldades cotidianas foi possível observar que grande tem sido o esforço das famílias no sentido de garantir maior privacidade, pois várias foram as que conseguiram murar seus lotes, muitas vezes com ajuda de familiares, amigos e vizinhos. Entretanto, a maior parte delas não realizou adequações internas, sendo a principal razão a ausência de condições financeiras. Em algumas construíram cômodos e abriram pequenos pontos comerciais, para contribuir para a renda da família. Contudo, diversas casas, principalmente nas que moram famílias com menor condição financeira e/ou com muitos integrantes, ainda continuam sem melhorias, impossibilitando, principalmente, segurança.

A infraestrutura básica dos residenciais deve atender aos critérios e normas do PMCMV, oferecendo: via de acesso, iluminação pública, rede de esgoto e drenagem, rede de abastecimento de água e energia, transporte público, além de segurança, coleta de lixo. Porém, na opinião das famílias, nem todos esses critérios têm sido atendidos devidamente, sendo a iluminação pública, a falta de patrulhamento policial e a drenagem, os que causaram maior insatisfação a elas. Em relação à iluminação, moradores informaram sempre manter contato com a companhia de energia elétrica, pois mesmo fazendo os reparos necessários, o problema é recorrente. No que tange à drenagem e à segurança pública famílias demonstraram que aguardam intervenção do poder público, ou seja, não informaram qualquer ação no sentido de que esses problemas sejam solucionados.

Os dois residenciais pesquisados têm Associações de Moradores para representá-los, sendo uma importante entidade capaz de intervir junto ao poder público, tendo por objetivo reivindicar melhorias para a comunidade. Entretanto, a maioria das famílias desconhece a existência delas, como também os benefícios alcançados. Grande parte também informou não ter interesse em participar das reuniões. Salienta-se, porém, que as associações podem ser utilizadas como relevantes estratégias em favor de benfeitorias para os residenciais. Para tanto, é fundamental que a comunidade participe, se interesse, se mobilize, se organize. Nesse sentido, seria fundamental o fortalecimento das diretorias dessas associações, com o apoio da CORDAM a partir da elaboração de projetos voltados para de cursos de qualificação que permitam empoderamento e mais informação sobre como realizar ações mais consistentes e pertinentes para os residenciais, ganhando assim maior legitimidade junto às famílias.

As famílias sorteadas assinam contrato com a Caixa Econômica Federal assumindo financiamento de até 120 meses, com parcelas fixas de acordo com a renda mensal. Contudo, devido à realidade de baixa escolaridade da maioria de seus provedores, a inserção e a permanência no competitivo e exigente mercado de trabalho formal ficam comprometidas e, até mesmo improváveis, fazendo com que os moradores realizem atividades informais, nem sempre garantindo estabilidade financeira, refletindo muitas vezes na assiduidade do pagamento das parcelas, principalmente das famílias com menor renda e/ou com maiores integrantes, infringindo uma das normas do PMCMV. No sentido de evitar atrasos, várias das famílias, principalmente as com rendas consideradas mais estáveis, separam do orçamento doméstico o valor das parcelas. Há as que deixam de pagar outras contas ou de comprar, inclusive alimentos, para manter a assiduidade. Entretanto, principalmente as com menores condições financeiras, deixam de pagar as parcelas para que

não falte em primeiro lugar alimentos, seguidos de energia ou água, uma vez que estes serviços, pelo não pagamento deixam de ser fornecidos. Ressalta-se serem famílias que muitas vezes convivem com o desemprego e, mesmo tendo mais de um provedor, nem sempre conseguem ganhos suficientes para a manutenção do lar. Contudo, devido à infração de normas do programa, correm o risco de não terem a posse da casa. Sendo assim, seria importante um trabalho social com essas famílias tendo por objetivos, além da qualificação profissional para melhor colocação no mercado de trabalho, tanto formal quanto informal, o de elaboração de planejamento de gastos mensais, no sentido de sistematizá-los, considerando-se as prioridades e possibilidades. Tais ações poderiam ser realizadas para toda a comunidade por meio de projetos sociais realizados nos próprios residenciais, facilitando a participação de todos.

Diante dessa conjuntura, na qual se identificam tantos desafios e entraves a serem enfrentados por essas famílias após a mudança para os residenciais, é possível afirmar que mesmo tendo conquistado o acesso à casa própria, este veio recheado de percalços que exigem muito de pessoas que muitas vezes têm tão pouco. Várias foram as que informaram que gostariam de se mudar dos residenciais, de voltar para os bairros de origem, onde tudo era mais fácil. Todavia, grande parte delas considera que, apesar das dificuldades, ter a casa própria, independente de onde e em que condições, é um sonho realizado, é a segurança para a família, é uma conquista imensurável.

Salienta-se, que diante das condições e realidades já vivenciadas por elas, o fato de estarem no que 'é seu' é muito satisfatório. Entretanto, se os residenciais além de garantir uma estrutura física básica, estivessem em melhor localização e/ou que oferecessem infraestrutura adequada, capaz de permitir mais acesso aos serviços e equipamentos necessários para atender às demandas das famílias, sem delas exigir tanto investimento, principalmente financeiro, poderíamos falar em justiça e inclusão social. Contudo, é possível afirmar que essa realidade nem sempre ocorre, principalmente, devido à localização dos residenciais, na sua grande maioria em áreas periféricas, nas quais, seguindo às regras do mercado, o valor da terra é menor e, em especial, no caso de Montes Claros, pertencentes à empresas responsáveis pelas construções que, com intenções estritamente financeiras, nem sempre se voltam para os interesses sociais.

Nesse sentido, cabe ao poder público direcionar essa tão importante política por caminhos voltados para o direito de moradia, em detrimento dos interesses capitalistas do

mercado imobiliário, muitas vezes segregadores e excludentes. Somente assim poderíamos, realmente, pensar em dignidade para essas famílias.

Entende-se que os dados e resultados obtidos nesse estudo podem contribuir para a realização de outras pesquisas, que tenham por objetivo identificar demais entraves vivenciados e estratégias de enfrentamento utilizadas pelos beneficiários de outros residenciais, tanto do município de Montes Claros quanto de outros da região norte mineira. Tais estudos poderiam contribuir nas avaliações do PMCMV, suscitando aprimoramentos, visando melhorias que trariam maior conforto para seus moradores, podendo inclusive se expandir como subsídios de análise para todo o território nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sérgio et al. **Política Social e Combate Pobreza**. 4.ed. Rio e Janeiro: Zahar, 1998.

ALENCAR, Girleno. Moradores do São Geraldo pedem mais vagas escolares. **Gazeta Norte Mineira**, 07/07/2016. Disponível em: <https://www.gazetanortemineira.com.br/noticias/cidade/moradores-do-sao-geraldo-pedem-mais-vagas-escolares>. Acesso em: 22/11/2017.

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. **Coleção Os Pensadores, Vol. 2**. São Paulo: Nova Cultural. 1991. p. 102-119.

ARRUDA, Beatriz. A adoção de smartphones pelo consumidor de baixa renda é estimulada pelo Whatsapp. **Agência Universitária de Notícias – AUN**. São Paulo: USP, 28/06/2017. Disponível em: <https://paineira.usp.br/aun/index.php/2017/06/28/a-adocao-de-smartphones-pelo-consumidor-de-baixa-renda-e-estimulada-pelo-whatsapp/>. Acesso em 19/02/2018.

ASSELIN, Louís-Marie. **Analysis of multidimensional poverty: theory and case studies, economic studies in inequality, social exclusion and well-being**, vol. 7, Ottawa: Springer, 2009. p. 3-6.

AZEVEDO, Sergio de. A crise da política habitacional: dilemas e perspectivas para o final dos anos 90. In: RIBEIRO Luiz Cezar de Queiroz; AZEVEDO, Sergio de. **A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à reforma urbana**. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1996. p. 73-101.

BARROS, Ricardo Paes de; CAMARGO, José Márcio; MENDONÇA Rosane. Uma agenda de combate à pobreza no Brasil. In: **Perspectivas da Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, 1993. Considerações da professora

BRASIL. **Guia para regulamentação e implementação de Zonas Especiais de Interesse Social: ZEIS em vazios urbanos**. Brasília: Ministério das Cidades, dezembro de 2009.

_____. Ministério das Cidades. **Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009**. Disponível em: https://www.cidades.gov.br/images/stories/.../Leis/L11977compilado_2009_07_07.pdf. Acesso em 05/04/2017.

_____. Ministério das Cidades. **Portaria 465, de 03 de outubro de 2011**. Disponível em: http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Portarias/Portaria_N_465_FAR_Consolidada_21-01-2013.pdf. Acesso em: 03/11/2017.

_____. Ministério das Cidades. **Portaria 518, de 08 de novembro de 2013**. DOU de 11/11/2013 (nº 219, Seção 1, pág. 62). Disponível em: http://www.goiania.go.gov.br/portal/Dados/uploads/arquivos/2461/Portaria%20518%20-%202013_420307340277778.pdf. Acesso em 02/11/2017.

_____. Ministério das Cidades. **Programa Minha Casa, Minha Vida**. 2016. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/habitacao-cidades/programa-minha-casa-minha-vida-pmcmv>. Acesso em 08/05/2017.

_____. Ministério das Cidades. Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU). Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). **Manual de Instruções para Seleção de Beneficiários**. Brasília: Secretaria Nacional de Habitação, 2016.

_____. **Pacto Universal sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. Decreto Nº 591, de 6 de julho de 1992. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm. Acesso em: 06/05/2017.

_____. **Sobre o PAC**. Ministério do planejamento, Desenvolvimento e Gestão. 2015. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/investimento-e-pac/sobre-o-pac>. Acesso em 15/02/2018.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Minha Casa Melhor**. 2013. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/minha-casa-melhor/Paginas/default.aspx>. Acesso em 03/09/2017

Calendário: Moradores cobram conclusão de obra de escola em Montes Claros. **MG Inter TV 1ª Edição – Grande Minas**: Montes Claros, 21/03/2018. Jornal televisivo. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6597529/>. Acesso em: 21/03/2018.

CASTRO, José Roberto. Inadimplência motivou suspensão do Minha Casa Melhor, diz Dilma: Governo estuda incluir programa que dá crédito para a compra de móveis e eletrodomésticos dentro do Minha Casa Minha Vida. **O Estado de São Paulo**, 06/03/2015. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,inadimplencia-motivou-suspensao-do-minha-casa-melhor-diz-dilma,1645732> Acesso em: 01/12/2017.

COMPARATO, Fábio Konder. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. 7ª ed. Rev. E atual. – São Paulo: Saraiva, 2010, p. 70-80.

COSTA, Simone da Silva. A trajetória recente da política de habitação social no Brasil. **Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, v. 1, p. 1-11, 2014. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/rp3/article/view/11773>. Acesso em 05/01/2018.

COSTA, Vitor. Moradores do Residencial Vitória I e II cobram projetos. **Jornal O Norte de Minas**. 14/03/2017. Disponível em: <http://onorte.net/montes-claros/moradores-do-residencial-vit%C3%B3ria-i-e-ii-cobram-projetos-1.469950>. Acesso em: 28/11/2017.

CUCOLO, Eduardo. Cresce calote no Minha Casa, Minha Vida. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 jun. 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/06/1636053-cresce-calote-no-minha-casa-minha-vida.shtml>. Acesso em: 03/01/2018.

CYMBALISTA, Renato. A trajetória recente do planejamento territorial no Brasil: apostas e pontos a observar. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 111, p. 29-45, jul./dez. 2006.

DEUS, João Batista de. As cidades médias na nova configuração territorial brasileira. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 24, n. 1-2, p. 81-91. Jan./Jun. 2004.

Diário Oficial da União. **Gerência Executiva Habitação Montes Claros – MG**: extratos de convênio. Seção 3. 02/09/2015. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/99186379/dou-secao-3-02-09-2015-pg-107>. Acesso em: 01/12/2017.

Diretório de Empresas da ECONODATA. **Associação dos Moradores do Povoado São Geraldo II. 2016**. Disponível em: <http://www.econodata.com.br/lista-empresas/MINAS-GERAIS/MONTES-CLAROS/A/21368212000104-ASSOCIACAO-DOS-MORADORES-DO-POVOADO-SAO-GERALDO-II>. Acesso em 21/11/2017.

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Segurança Alimentar e Nutricional**. 2012. Disponível em: http://www.fao.org/ag/agp/greenercities/pt/hup/seguranca_alimentar.html. Acesso em: 18/02/2018.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit Habitacional no Brasil 2013**: resultados preliminares. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/596-nota-tecnica-deficit-habitacional-2013normalizadarevisada/file>. Acesso em: 17/02/2018.

_____. **Fundação João Pinheiro e Ministério das Cidades divulgam os resultados do Déficit Habitacional Municipal no Brasil**. 19/03/2013. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/noticias-em-destaque/2680-fundacao-joao-pinheiro-e-ministerio-das-cidades-divulgam-os-resultados-do-deficit-habitacional-municipal-no-brasil>. Acesso em 04/01/2018.

G1. **Valor da prestação do Minha Casa para quem tem renda menor subirá**. 13/01/2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2016/01/valor-da-prestacao-da-primeira-faixa-dominha-casa-subira-diz-caixa.html>. Acesso em 18/02/2108.

GIULIANI, M. V. O lugar do apego nas relações pessoas-ambiente. *In*: TASSARA, E. T.; RABINOVICH, E. P.; GUEDES, M.C. (orgs.). **Psicologia e ambiente 1**. São Paulo: Educ., 2004. p. 89-106.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

HARVEY, David. O Direito à Cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n° 29, dezembro 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br//index.php/ls/article/view/18497>. Acesso em 07/12/2017.

HENRIQUES, Ricardo. Desnaturalizar a desigualdade e erradicar a pobreza no Brasil. *In*: NOLETO, Marlova Jovchelovitch; WERTHEIN, Jorge. (orgs.). **Pobreza e Desigualdade no Brasil**: traçando caminhos para a inclusão social. Brasília: Unesco, 2003.

HOLZ, Sheila; MONTEIRO, Tatiana Villela de Andrade. Política de Habitação Social e o Direito à Moradia no Brasil. *In*: **X Colóquio Internacional de Geocrítica**. Diez años de

cambios en el mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Barcelona: Universidad de Barcelona, 26-30 de maio, 2008. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/xcol/158.htm>. Acesso em 02/05/2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40. Acesso em 03/04/2017.

_____. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. **Estudos & Pesquisas**: informação demográfica e socioeconômica. N.º. 34, 2014. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91983.pdf>. Acesso em 21/02/2018.

INTER TV Grande Minas. **Moradores do Residencial Vitória em Montes Claros reclamam do valor das contas de água**. 22/02/2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/mg/grande-minas//videos/v/moradores-do-residencial-vitoria-em-montes-claros-reclamam-do-valor-das-contas-de-agua/3166382/> Acesso em 28/11/2017.

JORNAL MONTES CLAROS. **Montes Claros – moradores do bairro São Geraldo II interditam BR-365 por falta de água**. 05/06/2017. Disponível em: <https://jornalmontesclaros.com.br/2017/06/05/montes-claros-moradores-do-bairro-sao-geraldo-ii-moradores-interditam-br-365-por-falta-de-agua/>. Acesso em 28/11/2017.

JORNAL O NORTE. **Residencial Vitória I: escola com 12 salas e quadra poliesportiva está sendo construída**. Jornal O Norte de Minas, 21/10/2106. Disponível em: <http://cms.hojeemdia.com.br/preview/www/2.917/2.924/1.480994>. Acesso em 22/11/2017.

KANT, Immanuel. Transição da filosofia moral popular para a metafísica dos costumes. In: **Fundamentação da Metafísica dos Costumes e Outros Escritos**. Trad. Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70 LDA, 2007, p. 39-85.

LAFER, Celso. A reconstrução dos direitos humanos: a contribuição de Hannah Arendt. **Estudos Avançados**. São Paulo, vol. 11, n. 30, p.55-65, 1997.

LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Lei 11.346 de 15 de setembro de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm. Acesso em 20/02/2018.

MARICATO, Ermínia. Autoconstrução: a arquitetura possível. In: **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2.ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982. p. 71-94.

_____. **Habitação e cidade**. São Paulo: Atual, 1997.

MARINHO, Jefferson Luiz Alves. Moradia digna: um direito de todos, um dever do estado, uma realidade de poucos. **XXI Encontro Regional de Estudantes de Direito e Encontro Regional de Assessoria Jurídica Universitária “20 anos de Constituição. Parabéns! Por quê?”**. 2008. Disponível em: http://www.urca.br/ered2008/CDAnais/pdf/SD3_files/Jefferson_MARINHO.pdf. Acesso em: 06/01/2018.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: Ensaio de sociologia da história lenta**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MEYER, João Fernando Pires. As políticas habitacionais e seus desdobramentos. *In*: VARGAS, Heliana C.; ARAÚJO, Cristina Pereira de. (orgs.). **Arquitetura e mercado imobiliário**. São Paulo: Manole, 2014. p. 105-128. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=OB0vCQAAQBAJ&pg=PT87&lpg=PT87&dq=>. Acesso em 04/01/2018.

MINHA CASA MINHA VIDA. **Minha Casa Minha Vida: inscrições e expectativas**. Disponível em: <http://www.minhavidaminhacasa.com/minha-casa-minha-vida-2016-inscricoes-e-expectativas>. Acesso em: 02/05/2017.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. O marco conceitual da vulnerabilidade social. **Revista Sociedade em Debate**. 17(2). Pelotas: UCPEL. p. 29-40, jul.-dez. 2011.

MORAES, Daniel. Minha Casa Minha Vida: prefeitura divulga obras de melhorias nos novos residenciais. **Prefeitura Municipal de Montes Claros**. ASCOM, 04/03/2015. Disponível em: http://www.montesclaros.mg.gov.br/agencia_noticias/2015/mar-15/not_04_03_15_3489.php. Acesso em 12/12/2017.

MORAES FILHO, Hélio de. **A política habitacional urbana no Brasil e o Programa Minha Casa Minha Vida: o caso de Montes Claros /MG**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015. 196p.

NERI, Marcelo. Direitos trabalhistas, encargos e informalidade. **Conjuntura Econômica – FGV**, p. 38-41, set. 2000.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Desafios para a política habitacional: 2a. etapa do Programa Minha Casa, Minha Vida**. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia. 2012. Disponível em: http://observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_content&view=article&id=1695%3Adesafios-para-a-politica-habitacional-2o-etapa-do-programa-minha-casa-minha-vida&catid=43%3Anoticias&Itemid=114&lang=pt#. Acesso em: 09/05/2017.

ONUBR - Nações Unidas no Brasil. **Moradia não pode se reduzir a uma mercadoria, diz relatora da ONU**. 13/04/2017. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/moradia-nao-pode-se-reduzir-a-uma-mercadoria-diz-relatora-da-onu/>. Acesso em: 07/01/2018.

_____. **O que são os direitos humanos?** 2017. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/>. Acesso em 02/12/2017.

OSÓRIO, Letícia Marques. Direito à moradia no Brasil. **Fórum Nacional de Reforma Urbana**. 2002. Disponível em: <http://www.forumreformaurbana.org.br>. Acesso em 20/04/2017.

PEREIRA, Andréia; VIEIRA, Márcia. Minha Casa Minha Vida: residencial Vitória marca um novo tempo da habitação em Montes Claros. **Prefeitura Municipal de Montes Claros**. ASCOM, 22/07/2013. Disponível em: http://www.montesclaros.mg.gov.br/agencia_noticias/2013/jul-13/not_22_07_13_0737.php. Acesso em: 05/10/2017.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org). **História da cidadania**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PORTAL BRASIL. **Com nova fase, Minha Casa Minha Vida vai alcançar 4,6 milhões de casas construídas**. 2016. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2016/03/minha-casa-minha-vida-chega-a-3a-fase-com-2-milhoes-de-novas-moradias-ate-2018>. Acesso em 09/05/2017.

_____. **Minha Casa Minha Vida prioriza famílias de baixa renda**. 2013. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2013/12/minha-casa-minha-vida-prioriza-familias-de-baixa-renda>. Acesso em: 23/05/2017.

POZZER, Milene Ana dos Santos. Socialização política: promoção da cidadania através das associações de moradores. **I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**. Universidade Estadual de Londrina. Jun/2010. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/4.MilenePozzer.pdf>. Acesso em 04/01/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. **Cadastramento Programa Minha Casa Minha Vida**. 13/05/2013. Disponível em: http://www.montesclaros.mg.gov.br/agencia_noticias/2013/mai-13/Cadastramento-Minha-Casa-Minha-Vida-060513.htm. Acesso em 01/12/2017.

_____. **Lei 3995, de 16 de julho de 2008**: dispõe sobre a implantação e execução da Política Municipal de Habitação de Interesse Social – PMHIS. Montes Claros: Prefeitura Municipal de Montes Claros, 2008a. Disponível em <www.montesclaros.mg.gov.br/publica_legais/leis-2008/jul08/lei_3995_08.pdf>. Acesso em 16/02/2018.

_____. **Plano Diretor Atual de Montes Claros**. Lei No. 2.921 de 27/08/2001. Disponível em: <http://www.montesclaros.mg.gov.br/planodiretor/LEIS/Plano%20Diretor%20Atual%20de%20Moc%202001.pdf>. Acesso em: 20/02/2018.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

RIBEIRO, Edaléa Maria. A política de Habitação Popular no Brasil em tempos de globalização neoliberal. In: **III Jornada Internacional de Políticas Públicas**., 2007, São Luiz. Anais... São Luiz: UFMA, 2007. p. 1-9. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoA/1211e0723ab90108ae52Edal%C3%A9a.pdf>. Acesso em: 08/08/2017.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil**: Afinal, do que se trata? Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003. p. 9-27.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1989.

RUFINO, Maria Beatriz Cruz. Um olhar sobre a produção do PMCMV a partir de eixos analíticos. In: AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz. (orgs.). **Minha Casa... e a Cidade?:** avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 51-72.

SANTOS, Antônio Silveira Ribeiro dos. **Arborização urbana:** importância e aspectos jurídicos, 2001. Disponível em: <http://www.ultimaarcadenoe.com.br/arborizacao-urbana/>. Acesso em 18/02/2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice:** O social e a política na Pós-modernidade. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 1995. p. 203-241.

SANTOS, Cláudio Hamilton M. **Políticas Federais de Habitação no Brasil: 1964/1998.** Texto para Discussão. n. 654. Brasília: IPEA, 1999.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais.** 2ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, Lindon Jonhson Dias da, **A modernidade no sertão:** a experiência do I Plano Diretor de Montes Claros na década de 1970. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, Montes Claros, 2008.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Desigualdade, pobreza e programas de transferência de renda na América latina. Editorial. **Revista de Políticas Públicas.** Vol. 13. n.2. p. 157 a 159. jul./dez. 2009.

SINATURA, Cristiane. Padronização em casas populares ignora particularidade brasileira. **Jornal do Campus.** USP: São Paulo, 17/04/2009. Disponível em: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2009/04/padronizacao-em-casas-populares-ignora-particulariedade-brasileira/>. Acesso em 03/01/2018.

VILLAÇA, Flávio. A Segregação Urbana e a Justiça (ou a Justiça no Injusto Espaço Urbano). São Paulo. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, ano 11, n. 44, julho/setembro, p.341-346, 2003. Disponível em: <http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/ibccrim.pdf>. Acesso em 23/05/2017.

_____. Dilemas do Plano Diretor. In: CEPAM. **O município no século XXI:** cenários e perspectivas. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam, 1999. p. 237 – 247. Disponível em: http://www.ufjf.br/pur/files/2011/04/Dilemas_PD_Villa%C3%A7a1.pdf. Acesso em 20/02/2018.

APÊNDICES

APÊNDICE 1



MESTRADO ASSOCIADO UFMG-UNIMONTES EM SOCIEDADE, AMBIENTE E TERRITÓRIO

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA

Entrevistador(a): _____ Data: _____

Residencial _____ Rua: _____ N°: _____

1) Desde quando sua família mora no residencial? _____

2) Sua família é composta por quantas pessoas? _____

Adultos _____ Crianças (0 a 12 anos) _____ Adolescentes (13 a 18 anos) _____

Pessoa idosa (mais de 65 anos) _____ Pessoa com deficiência _____

3) Qual a profissão/ocupação e o nível de escolaridade dos integrantes que mantêm a família?

() **o homem** - profissão/ocupação _____

Escolaridade - () Sem escolaridade () Alfabetizado (lê e escreve) () Fundamental incompleto () Fundamental completo () Médio incompleto () Médio Completo ()

Superior incompleto () Superior completo () Pós-graduação

() **a mulher** - profissão/ocupação _____

Escolaridade - () Sem escolaridade () Alfabetizado (lê e escreve) () Fundamental incompleto () Fundamental completo () Médio incompleto () Médio Completo ()

Superior incompleto () Superior completo () Pós-graduação

() **a pessoa idosa** - profissão/ocupação _____

Escolaridade - () Sem escolaridade () Alfabetizado (lê e escreve) () Fundamental incompleto () Fundamental completo () Médio incompleto () Médio Completo ()

Superior incompleto () Superior completo () Pós-graduação

() **a pessoa com deficiência** - profissão/ocupação _____

Escolaridade - () Sem escolaridade () Alfabetizado (lê e escreve) () Fundamental incompleto () Fundamental completo () Médio incompleto () Médio Completo ()

Superior incompleto () Superior completo () Pós-graduação

() **outro(s). Quem?** _____ Profissão/ocupação _____

Escolaridade - () Sem escolaridade () Alfabetizado (lê e escreve) () Fundamental incompleto () Fundamental completo () Médio incompleto () Médio Completo ()

Superior incompleto () Superior completo () Pós-graduação

4) Em qual bairro vocês moravam antes de se mudarem para o residencial? _____

A residência era: () alugada () cedida () compartilhada com outra família () recebia Bolsa Moradia () em área de risco () outra situação. Qual? _____

5) Qual(is) desses serviços era(m) de fácil acesso no bairro onde moravam?

() Educação () Saúde () Creche () Transporte () Acesso ao trabalho () Comércio () Bancos () Casa Lotérica () Correios () Lazer () Outros . Quais?

6) Depois que se mudaram para o residencial sua família sentiu dificuldade para ter acesso a algum desses serviços? De que maneira a família teve que agir para ter acesso a eles?

() Educação _____

() Saúde _____

() Creche _____

() Transporte _____

() Acesso ao trabalho _____

() Comércio _____

() Bancos _____

() Casa Lotérica _____

() Correios _____

() Lazer _____

() Outros. Quais? _____

7) Qual(is) meio(s) de transporte sua família utiliza?

() Automóvel próprio. Quem utiliza? _____

() Motocicleta própria. Quem utiliza? _____

() Bicicleta. Quem utiliza? _____

() Ônibus. Quem utiliza? _____

() Moto-taxi. Quem utiliza? _____

() Vans, fretamentos. Quem utiliza? _____

() A pé. Quem utiliza? _____

() Outro. Qual? _____

Quem utiliza? _____

8) Esse(s) meio(s) de transporte atende(m) às necessidades da família?

() Sim

() Não. Por que? _____

9) A família mantém contato com amigos e/ou familiares moradores no bairro de onde vieram?

() Sim. Como? _____

() Não. Por que? _____

10) Qual a renda mensal total da família? _____

() inferior a 1 salário mínimo () de 1 a 2 salários mínimos () de 2 a 3 salários mínimos
() de 3 a 4 salários mínimos () de 4 a 5 salários mínimos

11) Quem sustenta e qual a origem da renda da família?

() **o homem** - carteira assinada () trabalho autônomo () aposentadoria ()
pensão () benefício () PBF () outro () Qual? _____

() **a mulher** - carteira assinada () trabalho autônomo () aposentadoria ()
pensão () benefício () PBF () outro () Qual? _____

() **a pessoa idosa** - carteira assinada () trabalho autônomo () aposentadoria ()
pensão () benefício () PBF () outro () Qual? _____

() **a pessoa c/ deficiência** - carteira assinada () trabalho autônomo ()
aposentadoria () pensão () benefício () PBF () outro () Qual? _____

() **outros**. Quem? _____ - carteira assinada () trabalho autônomo ()
aposentadoria () pensão () benefício () PBF () outro () Qual? _____

12) Em quantas parcelas foi financiada a casa? _____ Qual o valor da parcela? _____

13) A família tem conseguido manter em dia as parcelas do financiamento?

() Sim. Como? _____

() Não. Por que? _____

14) O tamanho da casa oferece conforto para a quantidade de pessoas da família?

() Sim

() Não Por que? _____

15) A casa está devidamente adaptada para a pessoa com deficiência física?

() Possui portas mais largas () Banheiro adaptado () Rampas de acesso às portas
externas () Rampas de acesso à rua

O que falta? _____

16) A família já fez alguma adequação (reforma) na parte interna da moradia?

() Sim. Qual(is)? _____

Por que ? _____

() Não. Por que? _____

17) A família já fez alguma adequação (reforma) na parte externa da moradia?

() Sim. Qual(is)? _____

Por que ? _____

() Não. Por que? _____

18) A família utilizou a verba do Minha Casa Melhor para mobiliar a casa?

() Sim. Por que? _____

() Não. Por que? _____

19) A família tem alguma insatisfação em relação à infraestrutura do residencial?

() Não

() Sim. Água () Energia () Esgoto () Pavimentação () Arborização ()

Drenagem () Iluminação das ruas () Segurança () Outros () Qual(is)?

Por que? _____

20) Existe alguma organização/associação da comunidade que busca solucionar as questões (necessidades) do residencial?

() Sim. Quais benefícios já alcançou? _____

() Não. Por que? _____

21) Algum integrante de sua família já participou de alguma reunião da organização/associação?

() Sim. Por que? _____

() Não. Por que? _____

22) A família já pensou em se mudar do residencial?

() Sim. Por que? _____

Para onde? _____

() Não. Por que? _____

Demais informações oferecidas pelo(s) participante(s):

APÊNDICE 2



MESTRADO ASSOCIADO UFMG-UNIMONTES EM SOCIEDADE, AMBIENTE E TERRITÓRIO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____
fui informado(a) sobre a pesquisa acerca da Habitação de Interesse Social no município de Montes Claros (MG), que tem como objetivo de investigação Analisar as estratégias utilizadas para o enfrentamento de entraves vivenciados no cotidiano de famílias de baixa renda moradoras em residenciais de Habitação de Interesse Social, do Programa Minha Casa Minha Vida, no município de Montes Claros (MG).

Fui esclarecido(a) que os dados e resultados individuais deste trabalho estarão sempre sob sigilo ético, não sendo mencionado os nomes dos participantes em nenhuma apresentação oral ou material escrito que venha a ser publicado. Os sujeitos que responderam aos formulários e/ou aos questionários não sofrerão nenhum risco ou dano. Se durante a pesquisa o sujeito decidir não continuar mais a responder, terá toda liberdade para fazê-lo, sem que isto lhe acarrete qualquer prejuízo.

Dentro destas condições, me disponho a responder as questões do formulário, assim como as perguntas do questionário. Estou ciente de que, mesmo não recebendo nenhum benefício imediato deste estudo, minha participação será de extrema importância para um conhecimento aprofundado sobre Impactos vivenciados e estratégias utilizadas por famílias de baixa renda ao se tornarem moradoras em residenciais de casas populares no município de Montes Claros (MG), permitindo possíveis reflexões sobre o aprimoramento da Política Pública de Habitação no município de Montes Claros (MG).

Após estar ciente e ter sido devidamente informado(a) sobre os aspectos da pesquisa por meio deste termo de consentimento e, ter esclarecido minhas dúvidas, concordo voluntariamente em participar desta pesquisa. Receberei uma cópia assinada desse consentimento.

_____ Nome do Participante	_____ Assinatura do Participante	_____ Data
<u>Eliana de Araújo Vieira</u> Nome do Pesquisador	_____ Assinatura do Pesquisador	_____ Data
<u>Dra. Heloisa Soares de Moura Costa</u> Nome do Orientador	_____ Assinatura do Orientador	_____ Data

As dúvidas relacionadas a essa pesquisa poderão ser sanadas por Eliana de Araújo Vieira, via correio eletrônico: eliaravieira@hotmail.com ou contato telefônico (38) 9 9120-0043.